

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História**

ANDERSON DE JESUS DOS SANTOS

PEDRA BONITA – AS PEDRAS QUE CONTAM: Aspectos socioeconômicos do ciclo da mineração de cassiterita no Vale do Jamari/sub-bacia do Rio Jacundá do fim da década de 50 à 90.

**Porto Alegre
2014**

ANDERSON DE JESUS DOS SANTOS

PEDRA BONITA – ASPEDRAS QUE CONTAM: Aspectos socioeconômicos do ciclo de mineração de cassiterita no Vale do Jamari/sub-bacia do Rio Jacundá do fim da década de 50 à 90.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: Dr^a Cláudia Musa Fay

**Porto Alegre
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237P Santos, Anderson de Jesus dos

Pedra Bonita – as pedras que contam : aspectos socioeconômicos do ciclo de mineração de Cassiterita no Vale do Jamari/Sub-Bacia do Rio Jacundá do fim da década de 50 à 90 / Anderson de Jesus dos Santos. – Porto Alegre, 2014.

115 f. : il.

Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Musa Fay.

1. Brasil - História - Regime Militar, 1964-1985.
2. Rondônia – História. 3. Rondônia – Colonização. 4. Mineração – Rondônia. 5. Florestas – Rondônia. I. Fay, Cláudia Musa. II. Título.

CDD 981.15

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

PEDRA BONITA – AS PEDRAS QUE CONTAM: Aspectos socioeconômicos do ciclo de mineração de cassiterita no Vale do Jamari/sub-bacia do Rio Jacundá do fim da década de 50 à 90.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 5 de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a Cláudia Musa Fay – PUCRS

Prof^a. Dr^a Maria Heloisa- Lenz-UFRGS

Prof^a. Dr^o Antonio de Ruggiero -PNPD/PUCRS-Capes

Porto Alegre
2014

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Maria Rosa e José Baioco (*in memoriam*), à minha esposa e filhos, uma pequena família, mas muito importante que colaborou, dentro da medida do possível, para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de ter sonhado, pensado e escrito esse trabalho, aos colegas do MINTER PUCRS/FCR que além de tudo sempre estiveram atentos para ouvir uns aos outros, sendo esses colegas também amigos: Ana Paula Pellegrino Gottardi, Breno Azevedo Lima, Célio Leandro da Silva, Devanir Aparecido dos Santos, Francisco Carlos Ferreira, Francisco Clébio Pinheiro, José Carlos Vitachi, Josimar Batista dos Santos, Lourismar da Silva Barroso, Lucineide da Silva Teixeira, Roselli Aparecida Cavalcante, Walter Gustavo da Silva Lemos, Siméia de Oliveira Vaz Silva, Solange Gonçalves da Fonseca. Agradecer aos Professores Doutores que deixaram o conforto de suas casas e famílias e como *destemidos pioneiros* atravessaram esse país continental para trazer a luz do conhecimento ao povo da Amazônia: Charles Monteiro, Marçal Paredes, Klaus Hilbert, Maria Cristina dos Santos, Taís Campelo Lucas, Flávio Heinz, Luciano Aronne de Abreu, Cássio Alan Albernaz. Gostaria de reverenciar a memória da saudosa professora Núncia Santoro Constantino que nos proporcionou não apenas o saber, mais a sensibilidade de como tratar o ser humano no uso da História Oral, que nos recebeu com tanta atenção e carinho no período que ministrou sua disciplina em Porto Alegre, o nosso respeito e admiração eternos. Gostaria de agradecer ao professor Doutor Fábio Rycheki Hecktheuer diretor da Faculdade Católica de Rondônia – FCR, ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia o Senhor Confúcio Aires Moura, ao Secretário de Estado da Educação Senhor Emerson Castro, a Direção da escola Marechal Castelo Branco professor Jeferson e professora Joelma os meus sinceros agradecimentos. Um agradecimento especial à professora doutora Cláudia Musa Fay, minha orientadora, pela paciência, rapidez, carinho e como sempre procurou responder as minhas dúvidas e dificuldades ao longo do mestrado e durante a feitura desse trabalho, o meu muito obrigado.

Partindo dali e caminhando por três dias em direção ao levante, encontra-se Diomira, cidade com sessenta cúpulas de prata, estátuas de Bronze de todos os deuses, ruas lajeadas de estanho, um teatro de cristal, um galo de ouro que canta todas as manhãs no alto de uma torre. Todas essas belezas o viajante já conhece por tê-las visto em outras cidades.

Italo Calvino.

RESUMO

O presente trabalho é o fruto, de pelo menos, dez anos de pesquisa desde a elaboração do projeto, a primeira entrevista e os primeiros documentos catalogados no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia. Trata sobre as relações sociais e econômicas na área do atual Município de Itapuã do Oeste e da Floresta Nacional do Jamari, no período que compreende meados dos anos 50 até o final da década de 90 do século XX. Nesse período a cassiterita passa a ocupar lugar de destaque na economia local, já que a borracha perde sua importância econômica na região e seu valor no mercado internacional. O fim do garimpo manual em 1971 atraiu para a região empresas nacionais e grupos multinacionais, que mudaram alguns aspectos da exploração mineral e as relações de trabalho, de modo a torná-las mais humanas do que eram nos tempos dos seringais e posteriormente dos garimpos. Com o surgimento do povoado de Itapuã do Oeste no final dos anos 70 as diferenças entre Itapuã do Oeste e a Mineração Jacundá são imensas do ponto de vista das estruturas básicas de atendimento à sua população, tais como: saneamento básico, prevenção às doenças endêmicas, iluminação pública, educação, etc. Porém, com a quebra da cassiterita entre 1989/1990, no mercado internacional, a mineração de cassiterita viveu um processo de adaptação à nova realidade imposta pelo mercado, assim uma parte significativa da população da Mineração Jacundá que não foi demitida passou a fixar residência no distrito de Itapuã do Oeste em um momento que o distrito é elevado à condição de Município.

Palavras-Chave: Mineração de Cassiterita, Colonização do Estado de Rondônia, Regime Militar 1964-1985, Floresta Nacional do Jamari e Itapuã do Oeste.

ABSTRACT

This work is the result of at least ten years of research since the development of the project, to the first interview and first cataloged documents in Historical Documentation Center of the Court of Rondônia. It discusses the social and economic relations in the current City of Itapuã do Oeste and the Jamari National Forest area, in the period that includes the mid 50s until the late 90s of XX century. During this period cassiterite comes to occupy a prominent place in the local economy since the rubber loses its economic importance in the region and its value in the international market. The end of manual mining in 1971 attracted for the region national companies and multinational groups, which changed some aspects of mineral exploration and working relationships in order to make them more human than they were in the days of the rubber and later of the mines. With the emergence of Itapuã do Oeste in the late 70 the differences between Itapuã do Oeste and the Jacundá Mining are immense in terms of the basic structures of care for the population, such as sanitation, prevention of endemic diseases, public lighting, education, etc. But with the breakdown of cassiterite in 1989/1990 in the international market, the cassiterite mining underwent a process of adaptation to the new reality imposed by the market, so a significant part of the population of Jacundá Mining that has not been fired began to settle in the Itapuã do Oeste at a time when the district Itapuã do Oeste is elevated to municipality.

Keywords: Cassiterite Mining, Colonization of Rondônia State, 1964-1985 Military Regime, the Jamari National Forest and Itapuã do Oeste.

LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS

Mapa 1 – Província Estanífera de Rondônia-----	37
Mapa 2 – Zoneamento Ambiental Floresta Nacional do Jamari-----	79
Mapa 3 – Floresta Nacional do Jamari-----	80
Mapa 4 – Rodovia 452 Projetada-----	103
Gráfico 1 – Estanho-----	33
Gráfico 2 – Brasil: produção de estanho contido em cassiterita (1965/1970)-----	37
Tabela 1 – Infraestrutura da Mina-----	88
Tabela 2 – Eleições no Município de Jamari/Itapuã do Oeste -----	95

ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ATPC – Association of Tin Producing Countries
BRASCAN – Brasil Canadá Ltda
CESBRA – Cia Estanífera do Brasil
CDH/TJ – Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia
CSN – Cia Siderúrgica Nacional
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EBESA – Empresa Brasileira de Estanho S.A
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ERSA – Estanho de Rondônia S.A
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FERUSA – Companhia de Mineração Ferro-Union
FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FLONA – Floresta Nacional
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
ITC – International Tin Council
ITRI – International Tin Research Institute
ITSG – Internacional Tin Study Group
LME – Bolsa de Metais de Londres
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NUAR – Núcleo de Apoio Rural
POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
RADAM – Radar da Amazônia
RAL – Relatório Anual de Lavra
SNIEE – Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Estanho
SnO₂ – bióxido de estanho
SRS – Supply Rationalization Scheme
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
USGS – United States Geological Survey

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	13
2. A IMPORTÂNCIA DO ESTANHO PARA O TERRITÓRIO-----	22
2.1. O “Fim” do 2º Ciclo da Borracha -----	22
2.2. A Descoberta da Cassiterita-----	30
2.3. O Interesse de Grupos Locais na Exploração da Cassiterita e os Primeiros Garimpos--- -----	38
3. A RELAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL COM TERRITÓRIO E O ESTANHO NO MERCADO MUNDIAL-----	44
3.1. O Governo Dutra e o Segundo Governo Vargas (1951-1954) -----	45
3.2. Os Anos JK e a Importância da Política Desenvolvimentista para o Estanho-----	51
3.3. As Mudanças na Política Nacional em 1964 e a Resistência do Poder Local-----	57
3.4. O Fim do Garimpo Manual na Província Estanífera de Rondônia-----	62
3.5. A Chegada dos Grupos Multinacionais e O Milagre Econômico-----	66
4. OS PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL PARA O TERRITÓRIO-----	73
4.1. A Pavimentação da BR 364 e Construção UH de Samuel-----	73
4.2. A Criação da Flona do Jamari-----	80
5. O DECLÍNIO-----	83
5.1. Itapuã do Oeste: A vila, O distrito, O município <i>versus</i> Mineração Jacundá: Instalação, Apogeu e Crise-----	83
5.2. “O Fim do Ciclo?” – implicações das políticas para o Setor-----	97
5.3. Uma nova postura em relação à FLONA JAMARI-----	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	110

1. INTRODUÇÃO

A investigação proposta está convencionada ao estudo das relações socioeconômicas, no processo de transição do ciclo da borracha e o todo o período do ciclo da mineração de cassiterita, numa região compreendida como Vale do Jamari/Sub-bacia do Rio Jacundá. Região de antigos seringais, que hoje pertencem ao Município de Itapuã do Oeste, e a FLONA (Floresta Nacional do Jamari), criada pelo Decreto-Lei nº 90.224, de 25/09/1984 com uma área de 215.000 Ha (Duzentos e quinze mil hectares) respectivamente.

Esse estudo socioeconômico trata de uma Empresa de Mineração de cassiterita que se instala nessa região antes do fim do garimpo manual. E com o fim do garimpo outros grupos multinacionais se associam a essa empresa, esta, de maneira genérica, é conhecida como Mineração Jacundá.

Trafegando pela Rodovia BR 364 no sentido Porto Velho/Cuiabá passa-se por uma pequena cidade situada à margem esquerda da rodovia, chamada Itapuã do Oeste no Estado de Rondônia que em Tupi quer dizer Pedra Grande/Bonita. Mais a diante, no Km 105, há uma estrada à esquerda que dá acesso a Flona Jamari onde é extraída cassiterita, que em outras épocas era transportada por tropas de burros conduzidas por homens, que anteriormente viviam da extração do Látex. Esses trabalhadores tinham a tarefa de levar o minério até a rodovia, transportar alimentos, remédios e equipamentos quando retornavam as Vilas de São Sebastião, Santa Maria e Santa Bárbara.

As contradições que surgem a partir da fundação de Itapuã do Oeste e a presença da Mineração Jacundá na região passam a ser o objeto desta pesquisa tanto que é necessário retornar aos tempos dos seringais para compreender as relações de trabalho, e logo após, as mudanças ocorridas nessas relações. O modelo administrativo adotado pela Mineração Jacundá e a estrutura que deriva desse modelo também é importante quando relacionamos a Vila de Itapuã do Oeste que não nasceu de projetos de colonização do Governo Federal, mas é um resultado desses projetos e que, a princípio, contribuiu “apenas” (MARX, 2010, p.113/114) com a mão de obra.

Além disso, tem-se o interesse em entender o processo de decadência da Mineração gerada pela quebra da cassiterita no mercado internacional, as adaptações e improvisos que a empresa mineradora foi obrigada a adotar para não encerrar suas atividades na região e reconhecer que essas estratégias passaram por uma fase de aproximação com a Vila de Itapuã

do Oeste, que agora tinha se tornado Município transferindo, dessa forma, uma parte significativa de sua população para a cidade. Então, pode-se estabelecer um marco temporal que vai de meados da década de 50 do século XX até o final da década de 90 do século XX, período em que o Município inicia sua fase de desenvolvimento e a Mineração Jacundá começa a ser negociada com outras empresas nacionais como Estanho de Rondônia S.A– ERSa e logo após nos anos 2000 a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Mas esse processo de compra e venda a partir desse período não é tema deste estudo conforme a delimitação do título do trabalho.

Temos, referencialmente, o contexto histórico compreendido como o período da Segunda Guerra Mundial, criação do Território Federal do Guaporé hoje, Estado de Rondônia, momento em que Getúlio Vargas, por meio dos acordos de Washington, cria por via de Decreto a “batalha da borracha” e, ao mesmo tempo, em que envia soldados da FEB para a Europa, também precisa de trabalhadores para extrair o látex dos seringais amazônicos, já que os seringais do Sudoeste Asiático haviam “caído em mãos” dos japoneses que faziam parte do eixo.

Com o fim da Segunda Guerra em 1945, a exploração do látex perde seu sentido econômico e estratégico, muitos nordestinos resolvem ficar e até o final da década de 1950 uma parte significativa dos seringais irão se transformando em garimpos de cassiterita, uma nova leva de nordestinos chegaria à Amazônia, embora a exploração do látex ainda fosse desenvolvida, em uma escala bem menor de produção, muitos já viriam para trabalhar na exploração de cassiterita, que é matéria prima para a fabricação da liga de estanho.

Em 31 de Março de 1971, por meio da portaria Ministerial nº 195/70¹, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, a garimpagem manual foi proibida, alegando que o garimpo manual tinha um percentual de aproveitamento bastante reduzido, além inviabilizar o uso da tecnologia. A utilização da lavra mecanizada geraria mais empregos e ordenaria a produção. Esse discurso atendia aos interesses governamentais, dos grupos nacionais e multinacionais.

Entre 1958 e 1970 toda a economia local se desenvolveu à sombra da exploração da cassiterita. Entretanto, em 31 de março de 1971, através da Portaria Ministerial nº 195/70, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, ocorreu a proibição sumária da garimpagem manual, sob a alegação de que o garimpo tinha um percentual de aproveitamento reduzido e inviabilizava a exploração complementar

¹ Portaria Ministerial nº 195 de 15 de Abril de 1970 do Ministério de Minas e Energia, tratava sobre o fim da garimpagem manual na Província Estanífera de Rondônia a retirada de garimpeiros das regiões de lavra e seu envio aos seus locais de origem, importante salientar que os efeitos desta portaria estavam previstos para 31 de Março de 1971. Grifo do mestrando.

mecanizada. Embasava-se na alegação de que a exploração mecanizada era economicamente mais rentável.

A medida culminou com a remoção dos garimpeiros para fora de Rondônia e privilegiou um reduzido número de empresas de grande porte, predominantemente multinacionais, o que, ironicamente, encerrou o Ciclo da Cassiterita, já que deixaram de circular riquezas locais e o resultado econômico da exploração passou a ser aplicado fora do Território. (FIERO, 2003, p.33).

O Brasil aparecerá como um dos maiores produtores de cassiterita, a partir dos investimentos feitos por empresas brasileiras e multinacionais. A implantação das Empresas de Mineração no estado foram responsáveis pela geração de vários empregos diretos e indiretos, bem como para aquecimento de uma economia que até então apresentava um quadro de estagnação, ocasionada pelo esgotamento de um ciclo. Esse período é compreendido pela historiografia regional como o 2º ciclo da borracha ocorrido na década de 40.

Com o declínio do ciclo da borracha, muitos seringueiros e seringalistas abandonaram a extração do látex, para servirem de mão de obra para esse novo ciclo que se iniciava, mas houve aqueles que permaneceram na extração do látex, ou simplesmente foram se dedicar a outras atividades, como: a agricultura, a pecuária, ao pequeno comércio, ou mesmo a pesca artesanal.

Durante toda a década de 60, do século XX, a cassiterita, em sua maior parte, foi explorada em garimpos manuais “a céu aberto”, ou seja, não havia um controle mais efetivo do Governo Federal em relação à atividade de mineração, por parte das autoridades locais, os agentes públicos de modo direto ou indireto tiravam vantagem política e/ou financeira da situação vigente. A questão foi se tornando complexa à medida que nos aproximávamos da década seguinte, e desse modo o Governo Federal tinha a responsabilidade de intervir.

Essa intervenção não tarda em acontecer justamente por conta do grande contingente de “garimpeiros” que surgiram da própria região e de outros lugares do país, afinal a região vivia mais um processo de estagnação econômica, esse grande número de pessoas perdem o seu meio de subsistência, e é claro que as tensões sociais tendem a se tornarem mais agudas, o Governo Federal temendo uma convulsão social promove a retirada dos garimpeiros de Porto Velho e das regiões de garimpos de cassiterita. Em sua obra, *Mocambo: Com feitiço e com Fetiche* Menezes comenta sobre o bairro e a presença dos garimpeiros:

... o Mocambo alcançou o seu auge a partir dos anos 40, com a batalha da borracha e entrou em declínio nos anos 70, com a proibição da exploração manual da cassiterita.

Nesse período, os relatos sobre o Mocambo conduzem-nos sempre aos bares, restaurantes, casas noturnas e pensões, onde se atendia a leva de homens trazidos de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste. (MENEZES, 1999, p.17).

Para tornar “segura” a exploração da cassiterita, sem abrir mão do projeto de progresso iniciado ainda no Governo Juscelino Kubitschek, o Governo Militar lançou mão dos recursos que dispunha para organizar essa atividade produtiva. As autoridades já conheciam o potencial mineral da região que faz parte da Província Estanífera de Rondônia, as pesquisas dão conta desse potencial, as autorizações eram viabilizadas pelo Ministério de Minas e Energia via decreto Presidencial.

O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM dava parecer favorável e despachava para a Justiça. Nesse ponto havia os entraves. O que mais chama a atenção era como ocorriam essas interrupções ou obstruções da justiça, elas ocorriam de forma muito sutil. Era sempre uma cadeia de contratemplos que faziam os processos ficarem parados por meses ou anos.

As ações possessórias, de demarcação, que ocorrem ao final da década de 50 até final da década de 60, são em boa parte de territórios que estão sob litígio. A questão central é que esses territórios são seringais ou ex-seringais que estão sendo, naquele momento, alvo de pesquisa de minérios. Existe um grande número de processos do final da década de 50 solicitando autorização para pesquisa de minérios na região e a Justiça na época não criava muitas dificuldades para autorizar. O processo passava por um trâmite normal dentro da Instituição e o prazo era normal, algo em torno de noventa dias e tudo estava devidamente legalizado.

O regime militar vai ter grande importância para a economia amazônica e isso inclui o processo de exploração da cassiterita na região bem como a influência em todo o processo político e, nesse caso em especial, um controle maior sobre a Justiça. É possível perceber que em alguns processos os juízes procuravam de alguma forma proteger os proprietários das terras e que, de alguma maneira, não queriam perder seus patrimônios para algum arrendatário desonesto, dono de empresa mineração pequena ou mesmo para uma grande multinacional que já ambicionava vir para o Território. É importante lembrar que ao final dos anos 50 e início dos anos 60 já havia geólogos brasileiros e estrangeiros, em grande maioria, “perambulando” pela região.

Com relação ao surgimento da vila de Itapuã do Oeste o processo de exploração da Cassiterita não teve importância, pois a vila nasce da necessidade de prover os agricultores quando primeiro momento do processo de colonização e assentamento dirigido, que o Governo

Militar geria por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, não foram contemplados.

Os projetos de assentamento do Governo Federal se baseavam em uma estrutura dividida em glebas que partiam de uma rodovia principal, e se subdividiam em estradas menores criando um esquema conhecido por especialistas como “espinha de peixe”, os lotes eram divididos entre 21 e 42 alqueires, entre essas glebas eram criados os Núcleos de Apoio Rural – NUAR², em Itapuã do Oeste esse processo não ocorreu como nos demais lugares. Os imóveis: Aliança do Jamari, Providência, São Pedro e Alegria, não faziam parte do programa de reforma agrária do Governo Federal, eram de propriedade privada ou estavam sob litígio, isso significa dizer que o nascimento de Itapuã do Oeste não está atrelado a uma política de Estado num primeiro momento, mas um esforço dos migrantes que haviam chegado à região e necessitavam de, como já dissemos antes, uma base logística mínima para prover suas necessidades básicas. Depois da chegada dos migrantes e do esforço para seu nascimento é que a presença do Estado finalmente se estabelece e de forma tímida.

A maioria dos migrantes recém-chegados à região são agricultores em busca de terras, que já se encontram escassas, as terras são pouco férteis, as técnicas utilizadas na sua preparação para o plantio são rudimentares e destroem os nutrientes que ela possui. O tipo de lavoura praticada na região é perene (milho, arroz, feijão), também conhecida como lavoura branca, que não dá o resultado esperado para a maioria dos agricultores. A lavoura permanente (café, por exemplo), necessita de tempo para crescer e produzir as primeiras colheitas, não há crédito para financiamento, não há produção satisfatória para prover os agricultores, a agricultura passa a ser uma via pouco provável de promover o desenvolvimento da vila.

O distrito até sua emancipação em 13 de Fevereiro de 1992³ recebeu da Prefeitura de Porto Velho recursos muito modestos que foram mal aplicados, de modo que não tinha uma

²O NUAR tinha como objetivo principal criar uma base logística para o agricultor/migrante que acabará de ser assentado, esses núcleos deveriam ter uma estrutura mínima do Estado, como: escola, delegacia de polícia, posto da SUCAM (hoje FUNASA), promoção social, posto de saúde, mercado, lojas, enfim uma pequena vila.

³O município foi criado com o nome de Jamari, em 13 de fevereiro de 1992, através da lei nº 364, com áreas desmembradas dos municípios de Ariquemes e Porto Velho. Devido a insatisfação dos moradores com a denominação Jamari, foi realizado um plebiscito para que retornasse o nome Itapuã do Oeste. No dia 24 de outubro de 1997, através da lei nº 747 foi dada nova denominação ao Município de Jamari, que passou a denominar-se Itapuã do Oeste. Fonte: <http://www.itapuadooeste.ro.gov.br/index.php/o-municipio/historico>. Acesso em: 24/10/2012.

estrutura mínima para se tornar Município, a empresa colaborava com a comunidade de maneira “tímida”, mas em alguns momentos era mais perceptível sua presença do que a do poder público.

O crescimento de Itapuã do Oeste, nesse momento, fica condicionado aos empregos que a Jacundá proporciona à comunidade. Isso ocorre por falta de investimentos do poder público no recém-nascido Município, tanto para a área rural com financiamentos e estrutura como escola, saúde e estradas para os agricultores assentados na região, como também para a precária zona urbana do município, que até então contava com praticamente a mesma estrutura feita pelos moradores da localidade, a empresa construtora Basevi, instala-se no local e abre a primeira rua em 1981. A pequena escola feita de lascas e coberta de tabuinhas de madeira silvestre foi construída na propriedade do Senhor Amaro Pacífico, depois sendo transferida para a Av. Costa e Silva, o local onde funciona até os dias atuais.

A construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Samuel é vislumbrada como grande oportunidade para Rondônia e para o Município de Itapuã do Oeste. A obra após terminada se torna um grande castigo para o município. A localidade possui o lençol freático sensível e com a construção do Lago da Usina Hidrelétrica as inundações passaram a ser constantes, causando contaminação do lençol, por conta da cidade não possuir rede de esgoto, a estação de tratamento de água só chegaria ao Município em 2000, os casos de malária e dengue eram alarmantes.

A organização existente dentro de um setor de mineração é algo completamente diferente da estrutura de um garimpo manual convencional. Uma grande empresa de mineração tem em sua área de exploração uma estrutura que possibilita que as atividades possam ocorrer dentro da mais absoluta segurança para que em momento nenhum tenha suas atividades interrompidas.

Os funcionários que trabalham diretamente na exploração do minério, de forma geral, moram o mais próximo possível dos locais de lavra, do mesmo modo os funcionários que trabalham em atividades que viabilizem a exploração mineral, esses funcionários atuam nessas áreas: mecânica leve e pesada, eletricidade de baixa e alta tensão. Cita-se a segurança patrimonial e segurança do trabalho, além de contar com a prevenção de acidentes de trabalho, a Mineração Jacundá contava com tratamento preventivo de endemias e doenças tropicais que eram realizados em seu hospital localizado em Santa Maria e Santa Bárbara.

Santa Maria não se tornou um acampamento de mineração perfeito do dia para noite. Houve uma vila e uma região a ser explorada anteriormente, esta São Sebastião, uma vila tão exígua e com tão pouca infraestrutura que há poucos registros de imagem de sua antiga estrutura física, mas é possível conseguir imagens de arquivos pessoais de famílias que residiram naquela localidade e, o resgate da memória sobre São Sebastião com antigos funcionários ou moradores da antiga vila. Com esses dados foi possível compreender como era a Vila e o funcionamento da mina que tinha suas atividades nas imediações, a partir do que é relatado no laudo de avaliação que consta nos autos do processo 12096/69.

Levando em consideração os dados tem-se uma vila com uma proporção muito menor do que Santa Maria. São Sebastião possuía uma estrutura mínima de funcionamento, e por conta da estrutura funcionava também com um número bastante reduzido de funcionários, não possuindo nenhuma das vantagens mencionadas em Santa Maria, se quer contava com um ambulatório, possuía para suas comunicações com o mundo civilizado um sistema de rádio amador.

Ao que tudo indica um número considerável de funcionários em São Sebastião possuía pouca escolaridade, não possuía carteira de trabalho assinada, as moradias conforme constam dos autos processuais dão conta de um barracão onde eram guardados ferramentas e implementos, outro onde eram preparadas as refeições que servia também de refeitório e armazém, e outro que servia de residência técnica e escritório da Empresa, quatro casas que serviam de residências aos demais funcionários e que ao longo da década de 70 devem ter se estendido para não mais que uma dúzia de residências, todas feitas com madeira e palha retiradas da floresta e, uma igreja que também funciona como uma escola primária. Essas condições mudam a partir do final da década de 70 com a estruturação da Vila de Santa Maria.

As condições de trabalho e de vida eram um fator realmente a ser considerado, dada a distância dos grandes centros e as atividades desenvolvidas dentro da área de exploração mineral serem danosas à saúde do trabalhador, os riscos de acidentes de trabalho inclusive de mutilações e morte, tornando as atividades muito perigosas. De acordo com os relatos de trabalhadores, até mesmo para os técnicos as condições de trabalho eram bastante adversas, isso explica, em parte, a necessidade da empresa em promover atividades esportivas, de lazer, mecanismos de entretenimento e relativo “conforto”, estabilidade e segurança aos funcionários, desta forma tornando desejável o trabalho na mineração. Premiações coletivas também ocorriam quando as minas superavam suas metas de produção. Festas, churrascos eram

oferecidos nos ambientes de trabalho. Quando um determinado turno tinha superado sua meta de produção os encarregados promoviam essa “premiação” como forma de “motivar” os demais turnos de trabalho.

A distância até Itapuã do Oeste, a vila mais próxima, seria de aproximadamente 60 quilômetros, mas existe um pequeno problema aqui. A vila de Itapuã só passaria a existir no início da década de 80, logo todas as operações da empresa se restringiam à capital Porto Velho que estava a uma distância média de 170 quilômetros. A partir da década 80 as primeiras reservas aluvionares começam a sofrer esgotamento, entre elas, as reservas próximas à vila de São Sebastião. A vila que está próxima aos igarapés Cinzano e São Sebastião esta com seus dias contados, logo seria abandonada e se tornaria mais uma ruína obsoleta do Capitalismo.

As descobertas da Mina de Potosi, 14 de Abril e Serra da Onça, juntamente com o preço do minério no mercado internacional deram uma nova dinâmica no processo de exploração e criaram grandes expectativas na região. Aproximadamente 90% da população economicamente ativa trabalhavam na empresa, poderia ter sido certamente um grande salto para a pequena vila. Um grande número de funcionários morava nas casas recém-construídas das vilas de Santa Maria e Santa Bárbara, todos os dois complexos residenciais possuíam a mesma estrutura, o que garantia conforto e bem estar para os funcionários, mas é necessário ressaltar que em meados da década de 80 Itapuã do Oeste se torna Distrito do Município de Porto Velho.

Foram utilizadas as técnicas de investigação propostas por métodos específicos de História Oral, (origem voluntária e cápsula narrativa) conforme Sebe, 2000, Caldas 1999 e Constantino 2004. Com relação aos dois primeiros autores houve o contato com a metodologia trabalhada por ambos durante a graduação em História, e algum tempo depois sob a orientação de Alberto Lins Caldas fizemos parte da equipe de pesquisadores do projeto Nordesteiros na Amazônia, financiado pelo PIBIC, essa experiência foi aproveitada para pensar o projeto Pedra Bonita e executar parte dele. Essa metodologia colabora e se completa com os procedimentos adotados a partir da experiência da saudosa prof^a Dr^a Núncia Constantino com vasta experiência na pesquisa e no uso da História Oral, que trouxe grandes contribuições a este trabalho de dissertação. Parte-se então da ideia que visava entrevistar ex-funcionários da Empresa ou mesmo pessoas que vivem na região desde a implantação da empresa no município. A análise pretendida no trabalho parte das concepções ou conceitos de poder, economia e Estado trabalhados por Marx, Bourdieu, Hobsbawm e a partir das análises históricas desenvolvidas por Le Goff, Certeau, Furet, Veyne, Ginzburg, Bloch e Duby, ou seja, teóricos que trabalham com uma abordagem cotidiana e interdisciplinar da História. Lançando

suas análises a partir das “massas”, utilizando o imaginário social como uma base para compreensão das sociedades, tem-se então essas concepções que, são ainda pouco utilizadas no Brasil e no caso da Amazônia os trabalhos chegam a ser em número reduzido.

Por se tratar de um recorte temporal recente compreendendo da década de 50 a década de 90 houve a possibilidade de, também, contar com fontes recentes, desta forma têm-se os documentos existentes no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça/RO – CDHTJ/RO, que perfazem desde a pesquisa de minérios, reclamações trabalhistas, ações demarcatórias, ações de reconhecimento de Domínio, com referência a região constando nos autos mapas de demarcação de terras, que se entende hoje como o município de Itapuã do Oeste.

O presente trabalho teve seu desenvolvimento dividido em duas etapas. Inicialmente, realizou-se um levantamento documental e bibliográfico concernente ao projeto. Para o levantamento além de bibliografia específica e pertinente, foram utilizados os documentos do Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça/RO, o qual possui um grande acervo, contendo solicitações à Justiça para pesquisa de minérios em regiões que se subentende como seringais, solicitadas por seus proprietários, bem como laudos técnicos contidos nos autos processuais. Em um segundo momento, obtêm-se as entrevistas utilizadas na Dissertação.

Após dois anos de pesquisa no CDHTJ/RO conseguimos encontrar no ano de 2002 uma coleção de processos que tratavam sobre Alvarás de autorização do DNPM para pesquisas na região do Vale do Rio Jamari. Dentre os diversos documentos e processos do CDHTJ/RO optou-se, em trabalhar com os mais antigos que foram encontrados, e que se encontram disponíveis a pesquisadores. O primeiro deles é o processo nº12096 de 15/10/1969 data de sua autuação. O segundo é o processo nº 2481/61. Além desses documentos disponíveis no CDHTJ/RO, houve acesso à escritura pública de criação da Mineração Jacundá e da Filial da Companhia Estanífera do Brasil – CESBRA aqui no Estado de Rondônia, na Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER/RO e também documentos oficiais do Governo Federal e do Governo de Rondônia em formato virtual nas páginas oficiais.

Em seu livro *Para um novo conceito de Idade Média* Le Goff, em sua introdução menciona Michelet dizendo que o documento é na verdade um trampolim para a imaginação do historiador, o documento por si só é algo inerte, o historiador que é o artífice da História, é ele quem da vida e voz ao documento.

2. A IMPORTÂNCIA DO ESTANHO PARA O TERRITÓRIO

2.1 O “Fim” do 2º Ciclo da Borracha

A vivência do seringueiro remonta ao século XIX. Os hábitos e costumes das populações vindas do Nordeste brasileiro em meados deste século com forte migração em 1870, época de uma grande seca ocorrida no nordeste, estabelece-se nas colocações dos seringais da Amazônia, sobretudo nas regiões do Rio Madeira, no Acre e nas regiões do atual Departamento do Beni na Bolívia. O seringueiro passa a ter uma vida tão difícil tal qual fora ante, um regime de trabalho de semiescravidão ou de escravidão propriamente dita sendo rigidamente controlado pelo coronel de barranco ou seringalista.

O látex é extraído de uma árvore conhecida na região pelo nome de seringueira, seu nome científico é *Hevea Brasiliensis*, uma árvore que depende substancialmente de água para sua produção, portanto sua concentração maior se dá nas cabeceiras dos rios da região, conhecida pelo nome de seringal.

A produção do látex extraído da seringueira era contabilizada por fichas chamadas de conta corrente, da qual o saldo credor, a produção, era invariavelmente menor que o saldo devedor, esse saldo devedor era obtido em virtude da necessidade de gêneros alimentícios, roupas, calçado e até mesmo as passagens do seu local de origem até o seringal, e que no momento da contratação o trabalhador fica parcialmente ciente.

Os seringais são sistematicamente divididos em “estradas” e a quantidade de estradas definidas para cada seringueiro forma uma colocação, local onde o seringueiro abre uma pequena clareira, onde estabelece seu quintal e constrói seu tapiri. Esse espaço é onde são guardadas as suas ferramentas, localiza-se também o casebre para a defumação do látex colhido na noite anterior, árvores frutíferas ao redor que talvez nascessem ao acaso, algum animal de estimação que dorme debaixo do assoalho do casebre, em geral é um cachorro que vai acompanhá-lo ao trabalho e quando precisar se deslocar até o *barracão*⁴ ou até um vizinho próximo. Qualquer um que não esteja adaptado ao ambiente de uma colocação de seringueiro não saberia diferenciar o quintal da floresta.

⁴ O chamado Sistema de Barracão era responsável pelo aprisionamento do seringueiro ao Seringal, sendo proibida qualquer prática de cultivo ou criação que visasse à alimentação do seringueiro ou de sua família, em alguns casos o uso da força era aplicado para dar o bom exemplo, dessas relações de trabalho surge o termo “Coronel de Barranco” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.157).

O tapiri é a habitação do seringueiro. É construído com lascas de madeiras, coberta com palha amarrada com cipó, por estar dentro da floresta fechada, em geral é construído pelo menos a setenta centímetros de altura, para evitar animais peçonhentos e outros animais que oferecem algum perigo. Acima mencionamos que as árvores frutíferas nascem “ao acaso”, isso ocorre por conta das exigências de alguns proprietários que proibiam os seringueiros de qualquer atividade agrícola ou diferente daquela que eles deveriam realizar exceto a extração do látex.

Essas informações são comuns tanto nas narrativas como nos discursos oficiais sobre o abastecimento dos seringais, que a história regional trata de “aviação”⁵. Durante a Segunda Guerra os Estados Unidos e aliados forneciam produtos industrializados aos seringais. Esses produtos eram dos mais diversos, como cigarros, bebidas, armas (em especial revólveres, rifles, espingardas e muita munição), copos, panelas, talheres.

Os acordos de Washington⁶ aguçaram a visão mercadológica dos empresários estadunidenses, devido as necessidades e as condições com a vinda de tantos nordestinos para os seringais da Amazônia, muitos vieram apenas com a roupa do corpo. Isso por si só, havia se tornado uma grande oportunidade de comércio internacional. Os acordos de Washington firmados entre os Estados Unidos e o Brasil em 15 de dezembro de 1942, previam um esforço do lado brasileiro na extração do látex, matéria-prima para a produção da borracha que serviria para abastecer a indústria norte-americana. Para tanto, o governo brasileiro deveria recrutar, inicialmente, 16.000 trabalhadores. Porém para tal recrutamento o Brasil receberia do governo estadunidense a importância inicial de U\$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil dólares), sendo este montante dividido em oito (8) parcelas de U\$ 300.000,00 (Trezentos mil dólares), que serviriam para pagar toda a logística de traslado dos trabalhadores do Nordeste para a Amazônia, mas também previam o investimento americano com vista ao início da

⁵ Fazia parte do sistema de abastecimento criado no período da Segunda Guerra, mas que por problemas de logística não funcionava a contento deixando os seringais e principalmente os seringueiros sem provisões entregues a própria sorte tendo que enfrentar os perigos da floresta ou sagacidade dos patrões, esse abastecimento deveria ocorrer por meio da SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico. Teixeira e Fonseca, 2003: p.159.

⁶ Esses acordos previam iniciativas destinadas mesmo a interferir nas tradicionais relações de produção estabelecidas no sistema extrativista. Essas medidas pretendiam eliminar o sistema de barracão e aviamento. O governo para quebrar o monopólio das casas aviadoras, criou o Banco da Borracha S/A, que financiava o seringalista em troca da exclusividade na comercialização de seu produto. Dessa forma mantinha controle sobre preços e estoques. A eliminação do intermediário, o aviador, foi iniciativa seguida com o maior interesse pelos norte-americanos, pois garantiria uma maior segurança no abastecimento desse produto estratégico. A criação do Banco da Borracha não foi iniciativa única da intervenção estatal no sistema extrativista da Amazônia. Fazia parte de um complexo de iniciativas que abrangiam, inclusive o abastecimento aos seringalistas de produtos exportados pelo governo norte-americano diretamente para a Amazônia pela Rubber Development Corporation e distribuídos internamente pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.159).

instalação do parque industrial com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. O recrutamento foi feito com base no acordo tendo ainda como norma legal o Decreto-Lei Nº 5.813 - de 14 de setembro de 1943, prevendo dessa forma a Comissão dos Acordos de Washington⁷ que os trabalhadores deveriam estar em seus locais de trabalho na safra de 1944.

O nordestino, conhecido como soldado da borracha, era alistado, recebia uma muda roupa, um par de botinas, um saco de estopa, uma marmitta de flandres, talheres (garfo, colher e faca), um facão, um revólver de 6 tiros, um rifle Winchester papo amarelo calibre 22, uma caixa de munição para o rifle e outra para o revólver, uma carteira de cigarros Colomy. Primeiro deve-se compreender, afinal o que é o soldado da borracha? O soldado da borracha é o jovem nordestino, alistado no período de guerra que teria como opção ir para o “front” ou vir para a Amazônia, no período da Segunda Grande Guerra que compreendia 1943 a 1945, para trabalhar na extração do látex, mas especificamente por ocasião dos acordos de Washington.

O Estado, por meio de uma propaganda ideológica, estimulava o sentimento de patriotismo e o desejo de ganhar dinheiro, além da possibilidade de escapar da seca que castigava cruelmente o sertão. A busca de riqueza na Amazônia possibilitaria não só a vitória na Segunda Grande Guerra, mas também suas vitórias pessoais, a realização de seus sonhos pessoais que variam, desde dinheiro para comprar um pedaço de terras para família, como o sonho de “enriquecimento fácil”.

Os demais itens que aparecem acima eram liberados assim que chegavam ao seringal e, eram conduzidos à colocação, mas, ficavam devendo a passagem, os utensílios e a alimentação

⁷Os documentos que informam os números e valores descritos são: o Decreto-Lei Nº 5.813 - de 14 de setembro de 1943 - PUB. CLBR 1943 que “*Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências*”. E ainda, o ACORDO – O Presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o Coordenador da Mobilização Econômica e a Rubber Development Corporation, agência oficial do Governo Norte-Americano, que passou a substituir a Rubber Reserve Company nos acordos assinados por esta com o Governo Brasileiro e entidades autárquicas federais, pelo seu representante especial no Brasil, considerando: a conveniência de manter os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia, com o fim de incrementar a produção de borracha; e, tendo em vista as obrigações assumidas para com as famílias de trabalhadores já encaminhados por força de acordos anteriores firmados entre a Rubber Development Corporation e o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Documentos disponíveis em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1943/5813.htm>. Acesso em: 18/02/2014.

que eram debitados da caderneta do barracão, a produção era registrada em uma conta corrente, uma espécie de ficha funcional que tinha o registro de débito e crédito do trabalhador, e que em alguns seringais era sempre mais débito do que crédito, conforme já havíamos mencionado antes.

O rio no período de sua cheia mantinha as seringueiras de sua margem todas verdejantes e saudáveis, com uma boa produção pelas águas que mantinham a terra sempre irrigada, porém no período de seca o rio diminui o seu exuberante poder e as seringueiras têm que se esforçarem com suas raízes para alcançarem a água tão essencial para a sua sobrevivência.

O rio não é apenas o meio de ligação entre uma colocação e outra ou mesmo o caminho por onde se escoam a produção agrícola e gomífera, mas há outras relações de trabalho que foram estabelecidas, como o trabalho do ferreiro, por exemplo, que compete produzir as ferramentas utilizadas na extração do látex, cita-se a poronga que é uma espécie de capacete feito de lata com uma lamparina que é utilizada para o corte da seringueira à noite.

A faca de corte é a mais importante ferramenta do seringueiro, é forjada pelo ferreiro no fogo e na água. O fogo dá a forma e a água dá a tempera, o gume. A intensidade do corte é determinada pela água e não é qualquer água, é a água corrente do rio. Um bom ferreiro pode fabricar uma faca de corte que é capaz, de sugar o máximo possível de látex da seringueira, tirando dela toda a essência da vida e em pouco tempo ela estará morta. A princípio, parece uma temeridade alguém fazer uma ferramenta tão “eficiente” a ponto de matar a árvore, já que é justamente o fato da árvore estar viva que garante a sobrevivência do seringueiro. Mas, durante o período da Segunda Guerra “os fins justificavam os meios” e o esforço de guerra era necessário para a garantia da matéria-prima aos aliados.

A capacidade de produzir uma ferramenta tão eficaz corre a região criando uma reputação para o ferreiro⁸, dando vida a algo inanimado por meio do objeto que com o tempo torna-se símbolo.

A Faca de corte passa de pai para filho, pode-se entender como um presente, mas se for analisado nas condições de vida dessa população, o trabalho é quase ou totalmente escravo, assim a faca de corte não era um presente e sim uma sina, um castigo por assim dizer.

⁸A importância do ferreiro ou aquele que forja para os povos orientais é daquele que é capaz de constituir o ser a partir do não-ser, fazer transformações, juntar elementos, de certo modo é uma figura divina, um semideus, ou ainda de um velho ferreiro que produz um sabre capaz não só de matar, mas de extinguir a alma. (CHEVALLIER; GHEERBRANT, 2002, p.423).

A vida dentro da floresta, mesmo para o caboclo, nunca foi uma tarefa fácil de ser desenvolvida, já para o nordestino isso vai gerar um discurso, que não é apenas o discurso de um grupo de trabalhadores, mas um discurso do Estado. O discurso do soldado da borracha é daquele que encara a floresta, firma acampamento e corta a seringa como se estivesse cumprindo uma missão oficial a ele confiada.

O caboclo nascido no seringal não possuía as preocupações que os nordestinos tinham em sua vinda para a Amazônia, a adaptação e o aprendizado no corte da seringa, uma vez que desde a tenra idade aprendiam o ofício com os pais. No caso dos nordestinos as dificuldades eram maiores, pois além de não conhecerem a floresta, havia uma série de outros problemas que enfrentavam, por exemplo, as colocações que ficavam distantes e as habitações que eram construídas por eles mesmos. Se o caboclo via a cabana como habitação, o nordestino já há tinha como uma barraca de campanha, já que eles estavam em uma missão.

A Amazônia até 1912, ainda, figurava como importante produtor de borracha, porém entre 1870-80, Alexander Wickham leva juntamente com sua bagagem sementes de *Hévea Brasiliensis* (seringueira), onde irá cultivá-las no Jardim Botânico de Kew em Londres, (Teixeira e Fonseca) com as mudas que são adquiridas a partir desse cultivo, elas são levadas para a Malásia e de modo linear e planejado plantaram imensos seringais de modo que facilitassem o processo de coleta do látex. De maneira natural o seringal da Amazônia não possuiu esse formato, o que dificulta um pouco o trabalho de coleta do látex. Esses fatores derrubaram o preço do produto e tornou antieconômica a sua exploração na Amazônia restando aos seringalistas a redução de sua atividade econômica, venda de sua propriedade ou um milagre que possibilitasse o retorno ao período áureo da borracha. O milagre aconteceu, na verdade demorou um pouco, e só foi possível porque os seringais da Malásia caíram nas mãos do Império do Japão que na época, como sabemos, era parte do eixo e assim Inglaterra e os Estados Unidos viram seus estoques de borracha irem para a indústria, principalmente a bélica ameaçada de colapso.

Com o fim da Segunda Guerra em 1945, a exploração do látex perde seu sentido econômico e estratégico, muitos nordestinos resolvem ficar. E até o final da década de 1950 uma parte significativa dos seringais vão se transformar em garimpos de cassiterita, uma nova leva de nordestinos vêm para Amazônia, essas migrações de nordestinos que ocorrem ora em função do látex, e em outro momento em função da cassiterita não ocorrem ao simples sabor do acaso, essas migrações e mudanças de ciclos ocorrem em função das necessidades de

matéria-prima para os países que detém o grande capital, que estabelece acordos com o Governo Federal, logo é uma necessidade externa e não exatamente local, é obvio que terá um impacto maior em sua origem, no que diz respeito ao meio ambiente, emprego, problemas sociais oriundos do garimpo que não suporta a demanda de trabalhadores.

Terras foram destinadas aos soldados da borracha a título de indenização, sendo que, alguns jamais receberam. Obvio que algumas dessas promessas nunca passaram de mera especulação, sendo utilizadas como mecanismo de promoção política. Por conta de que, em algumas regiões eram muito precárias as condições em função das estradas não serem pavimentadas ou simplesmente não existirem. As terras foram destinadas à Reforma Agrária nos anos 60 e 80 mais a pensão vitalícia de dois salários mínimos que os ex-soldados da borracha recebem e que consideram injusto em comparação ao sacrifício feito por eles à Pátria por ocasião da guerra.

A não realização dos sonhos impossibilitou, a muitos desses homens, o seu retorno para casa, não apenas pela falta de dinheiro para retornarem, pois alguns tiveram a oportunidade de retorno, mas como a grande maioria veio com o sonho de ficar rico extraindo o látex, por uma questão de orgulho ou vergonha dos familiares uma parte desses homens elegeram a Amazônia como lugar para passar o resto de seus dias. Isso ocorre em virtude da sua identificação com o ideal do soldado da borracha e seringueiros, a respeito da identidade podemos dialogar conforme Pollak permite:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.02).

Falta então o terceiro herói, que na realidade é uma figura forjada de dois elementos anteriores (o caboclo e o nordestino), com um ingrediente da História que se pode chamar de temporalidade. Aqui esta o garimpeiro. É importante observar que mudanças ocorridas nos ciclos econômicos, criam situações que forcem trabalhadores a se adaptar a novos processos produtivos.

Na Amazônia não foi diferente, com o fim do ciclo da borracha não significa que não havia mais a extração do látex, mas não era possível a sobrevivência apenas por esse meio. Isso gerou mudanças, como já fora mencionado, nas atividades, nas relações de trabalho e em elementos novos, tais como: o espaço geográfico e as ferramentas de trabalho. A faca de corte será substituída pela bateia, as roupas, o regime e as relações de trabalho, essa última passará por um processo de mudança. Os seringais dão espaço para grandes clareiras nas cabeceiras de igarapés e rios menos caudalosos. Surgem os primeiros garimpos.

A princípio parece estranho falar de personagens que não estão diretamente inseridos nesse processo produtivo, objeto de análise nesse trabalho, mas não há outros personagens que compõem o cenário do final do 2º Ciclo da Borracha, sendo eles: ex-soldados da borracha e seringueiros. Apesar da velocidade com que os boatos sobre minério se espalham, não havia como garimpeiros já estarem apostos a qualquer descoberta, resta à elite local proprietária de seringais, onde havia ocorrência do minério, utilizar os meios e recursos que eram disponíveis para a época.

Quando se fala dos meios, leva-se em conta a relação patrão e empregado existente no seringal e que remonta ao século XIX. Quando se menciona os recursos o ponto inicial é o capital que viabiliza a atividade tanto para aquisição de ferramentas e insumos para a produção como para o pagamento da mão de obra técnica, qualificada para esse trabalho de prospecção e verificação de possíveis jazidas. Mesmo para geólogos experientes a certeza do minério só será realidade em meados dos anos 50, conforme o depoimento de Dantas⁹:

Começando daqui, é Jacundá, Cachoeirinha, Oriente Novo, São Domingos, São Lourenço, Massangana, todos esses locais praticamente todos eram seringais.

Com a descoberta da Cassiterita no final da década de cinquenta, e juntamente com o pessoal que veio do Nordeste, seringueiros aquele negócio todo. Nomes que ainda andam pela região, o engenheiro BATHES, teve o JORGE VAN ROUTH, que também são, esse era Holandês mesmo, o KLOOSTERMAN, que foi um geólogo que veio na época, e foi um dos caras que fez um trabalho científico em termos de dados técnicos, em termos de reserva, em termos de prospecção na região muito grande, é um cara que ficou ai dez anos praticamente dentro do mato certo? Geólogo KLOOSTERMAN, teve outro também o KORPERSHOR na área de avaliação final das reservas. Então foram algumas pessoas, que vieram pra região e que deixaram um conteúdo muito bom. (DANTAS, 2001, p.02).

A presença contundente de garimpeiros na região e principalmente na Capital do Território Federal do Guaporé preocupa as autoridades no final da década de 50 porque já havia

⁹ Carlos Alberto Dantas, ex-gerente operacional da CESBRA na Mina Santa Bárbara trabalhou na empresa de 1978 até meados dos anos 2000, em entrevista concedida e autorizada em 2001, ainda trabalha no ramo de consultoria para empresas de mineração. Grifo do mestrando.

uma massa de “desocupados” com o Fim do 2º Ciclo da Borracha. A partir dos dados levantados, quer seja processos de permissão de lavra, relatórios do DNPM com números positivos de produção, é possível perceber que o Governo Federal não está totalmente inerte, isso desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A posição de Vargas diante da situação da cassiterita no Território Federal do Guaporé é de uma inércia velada, “pode ser que não seja importante, mas vamos acompanhar progressivamente o desfecho das novas descobertas”, pode ter sido o pensamento do presidente. Essa “inércia velada”, não significa que o governo Vargas não fez e/ou não pretende fazer nada. Significa dizer que ele agiu com cautela. Tanto que ele criou o Decreto-Lei nº 1985 de 29 de janeiro de 1940, ou seja, é ele quem cria o Código de Minas, e o Código não determina que só empresas possam participar de atividades de mineração, a garimpagem esta prevista e amparada pela norma legal.

Depois de dois períodos áureos da borracha a situação na região é de fato de estagnação econômica, de “cintos apertados”. Após a crise de 1929 os preços de vários produtos, principalmente aqueles que impulsionavam a indústria, como a borracha, estavam muito aquém do que realmente um dia haviam sido. Não há dúvidas quanto à instabilidade política que a crise causou a muitos países, tanto que houve o golpe militar em 1930. Em um breve comentário de Hobsbawm podemos visualizar:

Não é fácil caracterizar o impacto político da Depressão sobre o resto da América Latina, pois embora seus governos ou partidos governantes caíssem como paus de boliche à medida que o colapso nos preços mundiais de seus produtos básicos de exportação quebrava suas finanças, não caíram na mesma direção. (HOBSBAWM, 2007, p.109).

No Brasil, a Depressão acabou com a Oligarquia “República Velha” de 1889-1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista-nacionalista. Ele dominou a história de seu país pelos vinte anos seguintes. (HOBSBAWM, 2007, p.110).

O governo revolucionário ocupa e nacionaliza empresas estrangeiras. Na região por conta da derrocada da borracha, os ingleses que estão no controle administrativo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, já planejam uma retirada e possível abandono da Ferrovia, porque ela havia perdido seu sentido econômico e estratégico para os britânicos, o que piorou a situação econômica na região.

Aluizio Ferreira levantou uma parte de recursos para pagamento de salários, manutenção e funcionamento da Ferrovia mantendo a salvo alguns empregos, desse modo

Aluízio¹⁰ fica responsável pela administração da Ferrovia, mais tarde vindo a ser governador do Território Federal do Guaporé, em 1943.

Por último, pode-se dizer apoiados no que Hobsbawm fala a respeito dos anos de 1930, que eles foram importantes para uma proximidade entre as minorias politizadas e a massa trabalhadora comum referindo-se ao Terceiro Mundo. Vargas sabia como ninguém fazer bom uso desse mecanismo e tirar proveito deles utilizando os sindicatos para fazer-se ouvir pela massa operária.

Havia aqui na Amazônia um bom discípulo de Vargas, Aluízio Ferreira muito habilidoso na política, e que possuía grande carisma junto aos trabalhadores da cidade de Porto velho e região amazônica. Apesar de ser encarregado da Administração do posto telegráfico, e mais tarde como já tínhamos dito da administração da Ferrovia, o alcance da sua autoridade e influência política não ficava restrita a esses órgãos, por conta da autonomia e ousadia administrativa em que atuava tornando impossível o desvencilhar de qualquer momento histórico desse período, assim como ocorre com o seu homônimo Nacional.

2.2 A Descoberta da Cassiterita

A Cassiterita é o minério fundamental para a produção do estanho. A primeira jazida descoberta no Brasil ocorreu nos anos de 1940, e que teve relevância durante certo tempo, estava localizada em Minas Gerais, na Região de São João Del Rei, além dessa havia uma jazida em Ipamirim no Estado de Goiás. O estanho nessa época possuía um grau de importância muito grande, porque praticamente todos os objetos que possuíam liga metálica precisavam de estanho em sua composição para evitar a oxidação (ferrugem), o estanho é utilizado na fabricação e revestimento de armas, munições e utensílios usados em combate, além do uso civil, como se observa abaixo:

¹⁰ Os problemas enfrentados pela ferrovia levaram seus administradores ingleses a iniciar um processo de dispensa de inúmeros trabalhadores em 1930, o que ocasionou uma intensa agitação popular em Porto Velho. Tal situação obrigou o governo revolucionário do Amazonas a tomar medidas, levando seu representante em Porto Velho a intervir, em nome dos interesses nacionais, na Madeira Mamoré Railway Company. Aluízio comprometeu-se, em nome do Governo Nacional, a contribuir com trinta contos de réis mensais para salvar a Companhia de uma crise ainda maior. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.153).

O estanho¹¹ é um metal fornecido principalmente da cassiterita¹². Ele é útil na fabricação de latas de conserva, na obtenção do bronze (usado em esculturas e nos sinos), também em refrigeradores, condicionadores de ar, radiadores e soldas, por exemplo. (BRANCO, 2008, p. 608).

O período de descoberta das primeiras jazidas no Brasil em Rondônia “coincide” com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reorganização das potências vencedoras do conflito.

O Brasil, também, por meio dos acordos de Washington começa a criar as condições para início de uma produção industrial com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, não se pensava apenas na produção de bens de consumo não duráveis, mas sim em uma produção de bens de consumo duráveis, esse pensamento tem início com o Governo Vargas durante o dito acordo e recebe recursos do governo norte-americano para esse e outros projetos. Uma política que foi chamada de: política de alinhamento cultural e econômico. Esse pensamento de desenvolvimento industrial passará por Vargas até sua morte e, continuará durante o Regime Militar e não será interrompido.

A chamada indústria de base passa a ser um mote para o progresso do País, Getúlio Vargas já tinha elevado a Região à condição de Território Federal do Guaporé, Aluizio Ferreira foi o primeiro governador do Território e levou as primeiras amostras de cassiterita para Rio de Janeiro para análise e confirmação conforme aparece nesse trecho do depoimento do senhor Eric:

Aluizio Ferreira recebeu amostras de cassiterita, mas não sabia que era cassiterita, uma pedra preta pelos seus seringueiros o Rocha deu para o deputado da época o Aloísio Ferreira que me parece que encaminhou para o Fraga da Fluminense para saber o que era, e que diz que é cassiterita. (CHAMPEAUX, 2013, p.01).

Relatórios do DNPM e empresas de consultoria, bem como a historiografia regional dão conta desses acontecimentos da época. O Rocha da qual o senhor Eric se refere é Joaquim

¹¹ O estanho, sob a forma de cassiterita, é o principal bem mineral explorado por empresas de mineração, garimpeiros e cooperativas de garimpeiros em Rondônia. No GEOBANK estão cadastrados 39 depósitos, 109 ocorrências e 11 indícios de estanho. Do total de 159 registros, 33 são minas, 16 garimpos e os 110 registros restantes são de ocorrências ou indícios não explorados ou de status econômico indeterminado.

Depósitos primários de cassiterita foram descobertos em Rondônia em 1952, quando ainda Território Federal. As minas responsáveis pela produção de estanho em Rondônia são as de Oriente Novo, Primavera, Jacundá, Rio Preto, Montenegro, Santo Antonio do Abunã, São Domingos, Massangana, Bom Futuro São Lourenço, Macisa, Alto Candeias, Cachoeirinha, Liberdade e Riachuelo e foram importantes no auge da mineração de cassiterita em Rondônia. Durante aquele período, a produção de cassiterita na mina de Bom Futuro foi tal que saturou o mercado consumidor, o que resultou na apreciável queda do preço do mercado mundial deste bem mineral (Dall Igna, 1994). Algumas destas minas estão com suas reservas praticamente esgotadas. As minas de Santa Barbara e Cachoeirinha estão em operação atual por empresas de mineração. QUADROS, 2007, p.99.

¹²BRANCO, Pércio de Moraes. Dicionário de Mineralogia e Gemologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 608 p. il. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1105&sid=129> acesso em 15/01/2014.

Pereira da Rocha, seringalista proprietário do seringal primavera em que foi descoberta cassiterita pela primeira vez no Rio Machadinho em 1952 na microrregião que compreende o Município de Ariquemes no atual Estado de Rondônia.

Nesse momento a Cassiterita não é o único ingrediente dessa nova configuração econômica. No cenário político haverá uma Nova Ordem Mundial, com uma corrida armamentista, divisão de blocos econômicos entre Estados Unidos e a União Soviética, ou seja, um cenário que ficou conhecido como Guerra Fria. Segundo Hobsbawm:

A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. (HOBSEAWM, 2006, p.224).

Hobsbawm em a Era dos Extremos, sobretudo, na segunda parte da obra ele fala a respeito da “Era de Ouro” que se inicia no pós-guerra, e que vai do ano de 1947 a 1970, ele fala também, a respeito do crescimento econômico dos Estados Unidos que não foi tão grande mas que manteve um patamar de desenvolvimento, adiante ele comenta sobre o terceiro mundo e a América Latina:

Além disso, considerando o tamanho e o avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor. Entre 1950 e 1973, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento. (HOBSEAWM, 2006, p.254).

No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados “países em recente industrialização” ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países que dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações. Com uma exceção (Nova Zelândia), todos estavam na África subsaariana e na América Latina. (HOBSEAWM, 2006, p.256).

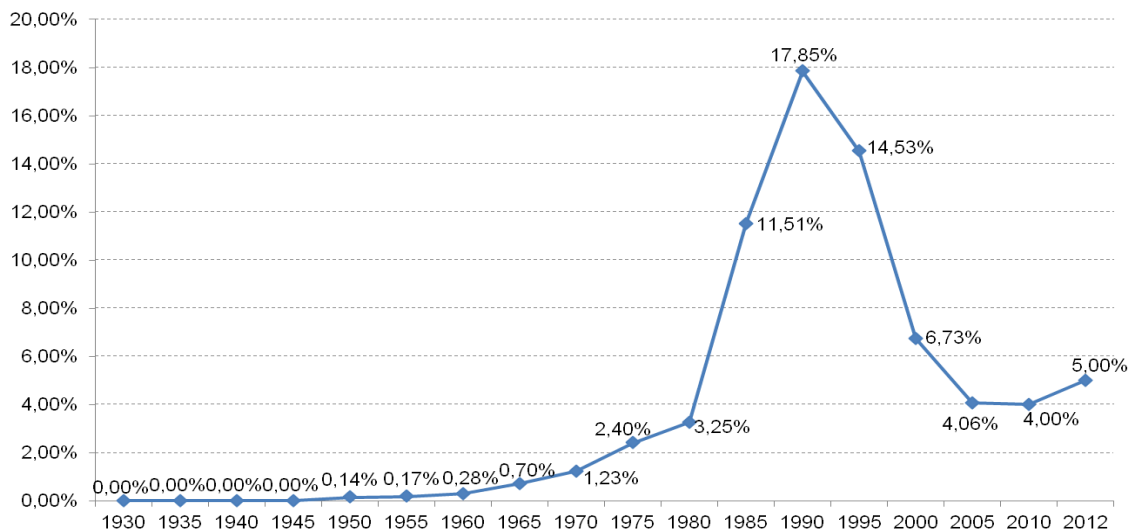
Em relação à América Latina, o Brasil nesse momento também vive esse cenário de otimismo e euforia por conta da instalação da Indústria de Base como já foi dito antes e pelo próprio “clima de democracia” que o país vivia, e estando do lado vencedor da guerra, o país após 1945 transpira democracia, em 1950 cedia uma copa do Mundo, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN torna-se uma realidade no Brasil, investimentos na área de transporte e energia também passam a ser uma preocupação por parte do governo, a legislação trabalhista “protege” o trabalhador brasileiro, evitando os abusos vindos dos patrões. É certo que nos seringais da

Amazônia era muito complicado o trabalhador do seringal exigir que a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT fosse aplicada, e seus direitos fossem respeitados por seus patrões.

No período compreendido como 2º Ciclo da Borracha tanto autoridades do Governo Federal como do Governo norte-americano tentaram estabelecer um contrato de trabalho padrão visando pelo menos obediência a alguns dispositivos legais da CLT, mas as tentativas foram infrutíferas porque era praticamente impossível ao Governo Federal fiscalizar se os contratos eram de fato respeitados pelos patrões, e também pela relação patrão e empregado que remonta ao século XIX.

O Brasil aparecerá como um dos maiores produtores de cassiterita, mesmo com um processo de exploração mineral arcaico, com pouca tecnologia no sentido de equipamentos que levassem em conta o desperdício do minério passível do garimpo de lavra seja inevitável. Mesmo funcionando de forma pouco organizada, com total precariedade e com investimentos de capital privado a mineração de cassiterita tem início em meados dos anos 50, sob a forma de garimpo. Temos no gráfico abaixo, o percentual da produção do estanho pelo Brasil em nível internacional:

GRÁFICO 1 – ESTANHO



Fonte: University Wisconsin/USGS/DNPM/IBRAM

Fonte: Disponível em: www.19.senado.gov.br/sdleggetter/public/getDocument?docverid. Acesso em: 18/01/2014.

O gráfico mostra que o Brasil só começa a figurar entre os produtores mundiais em meados dos anos 1950, não descartando as demais jazidas que produziam estanho contido em cassiterita.

Preocupado em manter o controle da situação o Governo Federal cria em 1967 o Decreto-Lei nº 227 de 28 de Fevereiro de 1967, alterando dispositivos do Decreto-Lei nº 1985, de 29 de Janeiro de 1940 (Código de Minas), que em seu artigo 72 reconhece a faiscação, lavra individual ou simplesmente garimpagem como uma atividade lícita, porém alguns artigos adiante ele também impõe e proíbe algumas situações com base no seguinte dispositivo legal:

Art. 78º - Por motivo de ordem pública, ou em se verificando malbaratamento de determinada riqueza mineral, poderá o Ministro das Minas e Energia, por proposta do Diretor-Geral do DNPM, determinar o fechamento de certas áreas às atividades de garimpagem, faiscação ou cata, ou excluir destas a extração de determinados minerais.

A legislação conhecida como Código de Mineração é uma lei ainda dos anos 40 e que sofreu alterações significativas ao longo do tempo, mas é com a alteração mais recente sob a forma de Decreto-Lei 227 que o Código se torna um incrível instrumento de manipulação de interesses do Grande Capital e de uma Elite que não é a elite local, e essa manipulação pode ser perfeitamente observada no artigo 78º do Código de Minas.

A partir dos anos 60 as primeiras sociedades começam a ser formadas, visando à exploração do minério. Uma elite regional formada por indivíduos, que eram atuantes na política local e proprietários de terras, e nesse caso específico, as propriedades citadas são os seringais. Essa elite percebe que tinha conseguido, após quase duas décadas de “marasmo econômico”, uma possibilidade de se reorganizar economicamente depois do declínio da borracha.

Esse aquecimento econômico é possibilitado pela descoberta de jazidas de cassiterita na região, inicialmente a cassiterita é descoberta e explorada às margens e nos leitos dos igarapés que são chamados de depósitos aluvionares¹³ ou depósitos primários. Também há a forma como é dada a lavra garimpeira para lavra de aluvião.

A cassiterita passa a ter maior importância para o Território no início da década de 60 com a chegada de geólogos à região. Desses geólogos destaca-se uma mulher, madame Jacqueline, uma francesa que chegou ao Brasil em busca de um livro raro para um colecionador

¹³Esta unidade abrange todos os sedimentos inconsolidados de depósitos interdigitados dos leitos e margens dos canais fluviais atuais e é reconhecível em imagem de satélite como áreas baixas, elípticas ou circulares, de tonalidade escura. Os principais depósitos ocorrem nas cabeceiras dos rios Cutia, Mutum-Paraná e Jaci, a montante da Cachoeira do Jirau no rio Madeira onde tem papel importante na formação de ilhas e barras de areia que alteram o seu curso, quanto também no igarapé Água Azul, Guaporé, Machado, Jamari e outros tantos. Os depósitos de canais são compostos por areias grossas e cascalho de seleção variável da drenagem de maior porte. Nos de menor porte, estes depósitos são menos expressivos.

Os sedimentos de planície de inundação, acumulados por transbordamento durante as cheias, são areias silto-argilosas dediques marginais e siltes e argilas de espraiamento. Inundados somente durante poucos dias por ano, permitem o desenvolvimento de abundante vegetação e acumulação de matéria orgânica. (QUADROS, 2007, p.67).

e que pelos conhecimentos que possuía em geologia estava trabalhando com outros minérios, interessando-se pelos boatos de cassiterita no Território Federal do Guaporé, conforme aparece nesse trecho do depoimento do **Senhor Eric**:

Ela soube dessa conversa de cassiterita em Rondônia que era uma principiante na realidade não se tinha certeza de nada naquela época e por isso que minha mãe foi transferida do Amapá para Rondônia para ver se era verdade a existência de cassiterita em Rondônia por isso que ela veio aqui em 1960 transferida, transferida não porque no Amapá ela trabalhava para uma outra empresa (a BRASIMET) procurando colombita e tantalita e vinha associado cassiterita lá no Amapá, ela conheceu a Companhia Estanífera do Brasil pelo fato da empresa para que ela trabalhava vender a cassiterita que vinha associada para a Companhia Estanífera do Brasil, a ai a minha mãe conheceu a empresa, a Companhia Estanífera do Brasil precisava de alguém para confirmar e afirmar, tomar decisões. (CHAMPEAUX, 2013, p.02).

A Chegada de Madame Jacqueline ao então Território Federal do Guaporé é reconhecida pela historiografia local e sua importância é confirmada pelos serviços prestados na área de mineração de cassiterita em Rondônia. Segundo o Senhor Eric Gerente Administrativo aposentado e filho de madame Jacqueline:

Ai minha mãe veio ficou no hotel aqui, no Porto Velho Hotel publicou no jornal que estava interessada em pedras pretas, ai começou, ela foi no mato, formou uma equipe quando o pessoal vinha trazendo amostra ela ia verificar in loco vê se de fato tinha naquele local sem fazer uma avaliação quantitativa somente qualitativa, somente dizer se tinha ou não tinha cassiterita. (CHAMPEAUX, 2013, p.02).

Deveria ser até mesmo controverso nos primeiros anos de garimpo, seringalistas e seringueiros perambulando pela mata procurando, nas margens dos igarapés, pedras pretas, conforme madame Jacqueline anuncia na rádio local. As descobertas feitas por Jacqueline Ferrer e outros geólogos vão aguçar o desejo pela riqueza gerada pela exploração da cassiterita. Mas apenas o desejo de ganhar dinheiro explorando a cassiterita não basta para o sucesso de tal empreitada é necessário, também, investimentos de capitais e dinheiro é algo que, no momento, o governo de maneira cautelosa teme em emprestar. Diz-se de maneira cautelosa porque a experiência anterior durante a Segunda Guerra foi desastrosa, mesmo com a criação de vários órgãos como a SAVA e o Banco da Amazônia que inicialmente possuíam uma certa supervisão dos estadunidenses. Podemos observar nesse pequeno trecho do depoimento do **Senhor Eric**:

Quando nós começamos a comprar cassiterita dos seringalistas nós pegamos uma situação difícil porque o seringalista era acostumado a pegar financiamento do Banco da Amazônia e não pagava ele pegava no início do ano para abastecer o seringal, abastecia o seringal, no fim do ano ele tinha que passar a borracha para pagar o financiamento, ai canoa furou, o igarapé não pegou água, sempre tinha uma desculpa para a borracha não chegar aqui, ai o fiscal que as vezes nem ia lá, ia lá atestar que tinha a borracha lá em cima e não tinha, toda uma situação econômica também muito específica na época.(CHAMPEAUX, 2013, p.03).

Alguns hábitos ditos seculares irão migrar para essa nova atividade econômica, quais seriam esses hábitos? Primeiro a total falta de compromisso dos seringalistas em honrar com pagamentos de empréstimos contraídos com o Banco da Borracha (que após a Segunda Guerra passa a se chamar Banco da Amazônia – BASA) que inventavam todos os tipos de subterfúgios para se livrar dos compromissos.

Segundo, nenhum tipo de respeito às populações que se encontravam sobre seu serviço, a saber, os seringueiros, ex-soldados da borracha (nordestinos), ribeirinhos ou índios que já tinham possuído contato com homem branco, sabendo que nesse momento não tínhamos ainda em vigor (pelo menos aqui na Amazônia) uma legislação trabalhista que garantisse as mínimas condições de trabalho e de sobrevivência.

Terceiro, a garimpagem e a mineração em sua forma industrial são atividades completamente distintas do seringal, principalmente no que se refere às relações patrão e empregado. Podemos observar no trecho acima que para a exploração da cassiterita alguns desses hábitos foram danosos e causaram problemas ao processo.

No que diz respeito aos seringalistas e o governo, este não criou financiamento, nem impôs condições limites para exploração pelo menos no início, situação que ficou provisória até 1967 como já mencionado outrora com o Decreto-Lei 227–Código de Mineração.

Em uma década o Brasil passa a compor um lugar de destaque entre os países que são os maiores produtores do minério cassiterita, e isso não se deve a implantação em primeiro plano das Empresas de Mineração de Cassiterita, esse bom resultado observado em números de produção ao longo de toda a década foi conseguido a partir da produção do garimpo manual ou da lavra garimpeira.

A atividade atraiu muitas pessoas que se encontravam sem trabalho pela falência do ciclo da borracha para os garimpos, além de atrair uma nova leva de nordestinos. Porém muitos seringueiros e ex-soldados da borracha não se adaptaram a essa nova realidade e continuaram a desempenhar outras atividades, como, o extrativismo vegetal, caça, pesca ou agricultura de subsistência. O gráfico abaixo dá uma ideia da produção do garimpo manual durante meados da década de 60 até entrar em vigor a Portaria 195/1970 do Ministério das Minas e Energia, respaldado pelo Decreto-Lei 227/1967.

GRÁFICO 2 – BRASIL: PRODUÇÃO DE ESTANHO CONTIDO EM CASSITERITA (1965/1970)

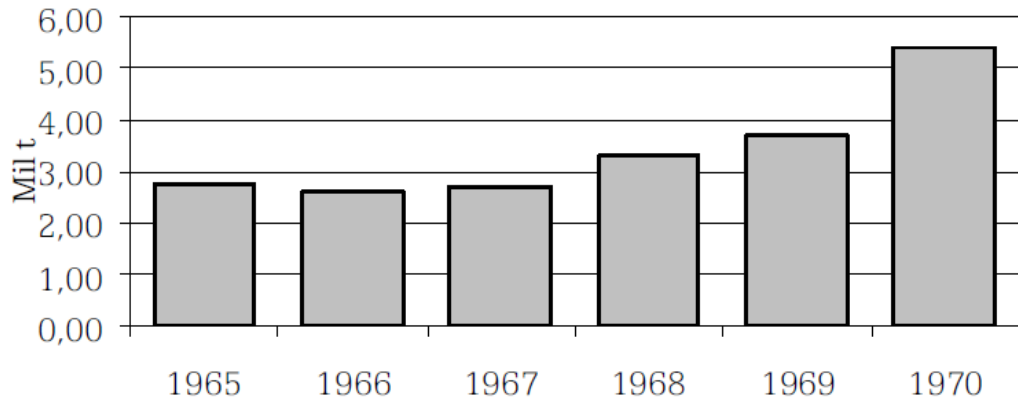


Gráfico 6: Brasil: produção de estanho contido em cassiterita (1965/1970).

Fonte : Elaboração do autor com base no Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 1975).

Fonte: RAMOS, 2003, p.39-60.

O garimpeiro possui menos objetos para levar consigo do que o seringueiro. Isso ocorre porque o garimpeiro diferentemente do seringueiro não exerce suas atividade em lugar fixo, pelo menos até que encontre um local de lavra que lhe dê certa segurança e certeza que irá obter resultados positivos. Desse modo ele é obrigado a carregar apenas aquilo que ele considera essencial. O mínimo de utensílios como panela, copo, talheres, objetos de higiene pessoal e mudas de roupas a mais, nesse caso passa a ser inclusive um luxo dado às condições de deslocamento e do trabalho. Elegendo como prioridade ferramentas como picareta, bateia, pá, saco para guardar o minério e o alimento que existe em pouca quantidade e de forma muito precária.

Se os nordestinos e seringueiros queixavam-se dos cortes de tecido das suas roupas serem iguais, idealiza-se a adversidade imposta ao garimpeiro que para trabalhar tinha que usar o mínimo de roupas, que ficavam sempre muito sujas por causa do contato com terra e água fazendo com que estivessem constantemente molhadas. Os riscos de contrair doenças tropicais que seringueiros e soldados da borracha estavam expostos eram potencializados por conta das atividades que eram feitas todas dentro d'água, que consiste em separar o minério do cascalho, e que eles costumam chamar de "metal".

2.3 O Interesse de Grupos Locais na Exploração da Cassiterita eos Primeiros Garimpos

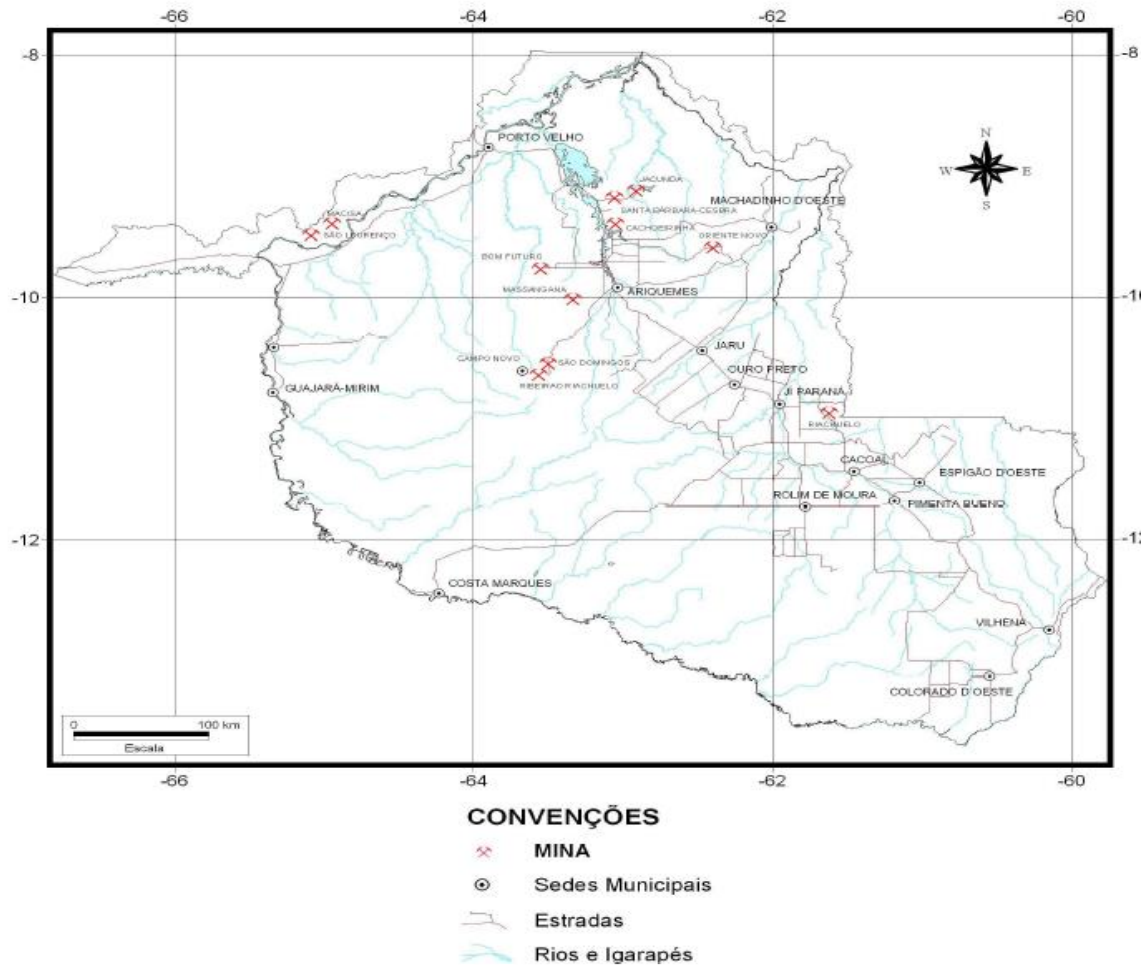
Seringalistas renomados e influentes na política local como Flodoaldo Pontes Pinto, Otávio dos Reis, Moacyr Motta e Raimundo Cavalcante, substituem a atividade do látex pela cassiterita, as dificuldades de adaptação para essa nova atividade ocorreram tanto da parte dos seringalistas que agora eram donos de garimpo, quanto da parte do seringueiro ou soldado da borracha para a nova condição de garimpeiro.

Idealiza-se assim: como alguém, de maneira secular, desde seu bisavô que trabalhava com a extração da borracha e de uma hora para outra muda o ramo de atividade se transformando em dono de garimpo ou sócio de mineradora. Não há como negar, é uma questão interessante. Mesmo não possuindo experiência sobre o minério ou sobre garimpo, os seringalistas da região lançaram-se nessa aventura, é claro que a empreitada não explica tudo, a principal motivação no momento é a sobrevivência, e por conta de décadas de estagnação econômica boa parte de seus recursos financeiros foram sendo dilapidados.

Não se tem a pretensão de falar de todos porque a Província Estanífera de Rondônia¹⁴ é imensa, e o objetivo compreende somente os territórios dos seringalistas até aqui citados. Analisa-se aqui a magnitude da Província Estanífera visualizando o mapa abaixo com as principais minas de cassiterita do Estado de Rondônia e principalmente as Minas de Santa Maria, Santa Bárbara que compõem o estudo.

¹⁴ A cassiterita foi descoberta no Estado de Rondônia em 1952 e durante a década de 60 a sua extração era realizada por garimpeiros. Até então não eram conhecidas com segurança as dimensões das reservas disponíveis, já que não havia programas sistemáticos de pesquisa e toda a atividade se desenvolvia de forma empírica. A produção desorganizada era insuficiente para o atendimento integral da demanda do parque metalúrgico transformador, de modo que o mercado consumidor era complementarmente suprido com importações da matéria prima. Diante desse quadro, em 1970, o governo federal resolveu ordenar a atividade de mineração de cassiterita e lançou um programa visando avaliar o potencial dos recursos estaníferos em Rondônia. Foi criada a Província Estanífera de Rondônia, compreendendo uma área de aproximadamente 87.000 km², abrangendo todo o Estado de Rondônia e parte dos Estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso do Sul, passando a ser proibida a atividade garimpeira de cassiterita na região. LIMA, José Maria Gonçalves de. Relatório Técnico 27: Perfil da Mineração do Estanho, 2009, p. 04.

MAPA 1 – PROVÍNCIA ESTANÍFERA DE RONDÔNIA



Fonte: QUADROS, 2007, p.113.

Como havia ressaltado antes, os seringalistas não possuíam experiência no ramo e precisavam de ajuda especializada, até mesmo, para contabilizar o que haviam explorado. Mesmo possuindo dentro de seus seringais suas ordenanças particulares, pessoas que fossem encarregadas de ajudar nas tarefas administrativas, de fiscalização e até mesmo de encarregados de observar os trabalhadores, esses com certeza também passavam por situações adversas, posto que a rotina de trabalho do seringal fora completamente diferente a do garimpo. Não esquecendo que a estrutura administrativa existente nessas propriedades, são heranças do seringal com seu sistema de barracão e aviação.

Explicando melhor. Até mesmo a devoção religiosa, quer fosse a algum santo católico ou data específica do calendário de festas religiosas, também migrou para o garimpo em alguns lugares, e não foi necessariamente por imposição do seringalista, mas fazia parte do cotidiano dos seringueiros, das famílias que viviam no seringal. A Religião é um elemento importante no

sistema econômico da Amazônia no século XIX, ela servia como alento as agruras que os seringueiros passavam. Observando na narrativa de Eric:

A devoção a São Sebastião era uma herança do Seringal, o Raimundo Cavalcante ele trouxe a tradição da fé de São Sebastião para a Mineração porque na realidade o seringal acabou né? Com a Mineração ele foi diretor e, diretor executivo da Jacundá, durante um certo tempo.(CHAMPEAUX, 2013, p.01).

É lógico que a mineração se adaptou, eu gostei muito do Raimundo Cavalcante o conheci bem, tivemos um bom relacionamento com ele, e na época não tinha outra maneira aqui! O mal de hoje em dia é querer julgar o que aconteceu a trezentos anos atrás com os costumes de hoje.(CHAMPEAUX, 2013, p.01).

Esse elemento é observado no início do depoimento de Eric em que ele descreve sobre a tradicional festa em homenagem a São Sebastião, padroeiro da Mineração Jacundá, que no início do garimpo manual a primeira mina e a primeira Vila receberam o nome do padroeiro e mesmo após a saída de Raimundo Cavalcante da sociedade a tradição da festa em homenagem ao Santo continuou até a saída da CESBRA no início do século XXI sendo a memória à devoção do Santo não podia mais ser resgatada porque funcionários e a própria empresa não estavam mais na localidade.

A Festa a São Sebastião foi muito útil aos interesses do novo ciclo, principalmente ao interesse dos empresários envolvidos no processo de exploração. Hobsbawm (HOBSBAWM, 2012, p.287) trata muito bem da eficácia que o símbolo, ou nesse caso, um Santo traz para dentro de uma comunidade em que a harmonia das relações é importante para o sucesso na produção e no intuito de manter todos sob controle, além da adoção de algo que era sagrado desde os tempos do seringal. Outro fator que associa a empresa à tradição da festa é o fato de ter sua sede na cidade do Rio de Janeiro, e São Sebastião ser o padroeiro daquela cidade, serviu como uma luva nas mãos da CESBRA. Sobre a relação da empresa com a festa e os funcionários bem como os seus sistemas de premiação será tratado um pouco mais adiante.

Existiu também por parte da elite local um desejo de que o governo além de autorizar o processo de exploração também financiasse o crédito para fomentar a produção, a resposta no primeiro momento foi negativa conforme já dito aqui em virtude do costume que os seringalistas tinham em não honrar com seus compromissos financeiros.

De certa forma a prudência exercida pelo Governo Federal nesse ciclo econômico lhe rendeu dividendos maiores. As experiências anteriores tornaram o Estado um pouco mais eficiente. A legislação, por exemplo: O Código de Mineração é de 1940, ele gradativamente foi sofrendo alterações que permitiram ao Estado tomar decisões mais racionais e menos políticas.

Quando fala-se mais racionais é no sentido de que as mudanças vinham colaborar de maneira que essas decisões eram de âmbito Nacional, portanto os benefícios seriam nacionais.

Quando se fala menos políticas seria justamente com relação à política da região e aos interesses regionais. Tal situação é crível porque, como mencionado antes, o Código é de 1940, é um período de ditadura – O Estado Novo - as alterações mais significativas já citadas é o Decreto-Lei 227 que é uma emenda ao código revogando, suprimindo e dando nova redação, que vai ocorrer em 1967. O mesmo ocorre com a portaria 195/1970.

Os seringalistas vão tentar e lançando mão dos recursos que dispõem para se organizar e explorar, ainda que sob a forma de garimpo manual, as suas terras. Primeiro passo era conseguir autorização do Governo Federal, que a princípio não era tão complicado.

Claro que essas primeiras sociedades nem sempre deram certo, a grande maioria não conseguiu dar viabilidade a produção por uma série fatores, que podemos elencar: as relações no seringal, sobretudo de submissão do seringueiro não funcionava no garimpo, pelo regime de trabalho que é extremamente insalubre. Pelo fato da atividade de garimpo ser penosa, muitos seringueiros não conseguiram se adaptar a atividade.

Como não havia financiamento governamental, como ocorreu no 2º Ciclo da borracha, não havia como fazer por meios próprios o abastecimento do Garimpo com gêneros de primeira necessidade, roupas, ferramentas e outros utensílios que os garimpeiros precisassem.

A recusa do Governo Federal em financiar o processo produtivo passa a ser também um fator que promove a desmobilização de parte dos produtores, sendo prejudicial aos interesses locais, afinal muitos dos proprietários de seringais possuíam influência política junto aos trabalhadores que em determinado momento são eleitores e o voto promove a legitimação de um sistema em que a elite local tem ainda o poder de mando e de barganha, e mesmo não participando diretamente do jogo político muitos apoiavam àqueles que estavam diretamente ligados à vida pública na região.

Muitos seringalistas prevendo mais prejuízos do que lucros desistiram da exploração da cassiterita, retirando-se das sociedades, vendendo suas cotas nas empresas, simplesmente arrendando as terras para que outros fizessem a garimpagem ou até mesmo a venda de suas propriedades para saldarem dívidas com bancos ou outros de seus credores.

Segundo depoimento do senhor Eric e documentos cedidos pela JUCER-RO, no ano de 1961 um empresário de Manaus senhor Issac Benayon Sabbá, juntamente com alguns

seringalistas, funda a Mineração Jacundá Ltda., com sede em Manaus por conta dos recursos, recolhimento de impostos e encargos exigidos pelo governo, posto que a capital Porto Velho ainda não possuía órgãos do Governo Federal para atender as demandas burocráticas que uma empresa requer.

A mineração Jacundá mesmo sendo empresa limitada, com obrigações que um garimpo clandestino não possuía (impostos, fiscalização governamental, salário fixado na CLT, etc.) gozava muita tranquilidade em suas operações, pois durante toda a década de 1960, ela funcionou como garimpo a céu aberto, sem nenhuma exigência que levasse em conta a legislação em vigor nos dias de hoje, mesmo que a referida legislação já existisse e estivesse em prática a mineração Jacundá não foi incomodada praticamente por ninguém durante toda uma década.

Essa situação mudou em 1971. Mas, por qual motivo, se a Mineração Jacundá era uma empresa constituída para essa finalidade, estava em consonância com o Decreto-Lei 227 e a portaria 195/1970 do Ministério das Minas e Energia que previa apenas o fim do garimpo manual? A Mineração Jacundá Ltda, como foi citado antes, trabalhava de maneira rudimentar, sem investimento em tecnologia, com alto risco para sua mão de obra, sem falar no desperdício do minério, que foi tanto alardeado pelos grupos nacionais e internacionais que queriam o espaço para explorar o minério, os governos anteriores sabidamente reconhecidos como populistas nacionalistas procuraram, de certa forma, valorizar “apenas aparentemente” a prata da casa, mas, no fim das contas, os proprietários foram se retirando vendendo suas cotas.

A Mineração Jacundá Ltda sofria uma pressão externa muito grande, pois naquele dado momento, estava ganhando muito dinheiro com a produção de cassiterita, mas tinha as mesmas características dos demais garimpos que haviam sido fechados pela força da legislação vigente.

Para muitos, principalmente a minoria politizada da região, o Estado não tinha as características paternalistas que existiu durante toda uma Era, aqui na região, mas o pensamento era apenas que esse paternalismo não tinha de fato acabado, apenas havia mudado de lado, agora o Estado apenas gerenciava os interesses de grupos estrangeiros.

Isso pode ser observado quando ocorre a saída de seis dos sete seringalistas que compunham a Mineração Jacundá Ltda, ficando somente I. B. Sabbá e Raimundo Figueiredo Cavalcante, e em seus lugares entraram a Companhia de Mineração Ferro-Union – FERUSA. Os investimentos pelo menos em tecnologia começam a aparecer com as primeiras sondas,

porém sem haver a certeza da confirmação de reservas que dessem uma maior segurança a FERUSA que se retira da sociedade.

As pressões externas voltam a incomodar a Mineração Jacundá. Pressões de ordem política, esta observa atenta esperando apenas um pequeno deslize para tentar reverter uma dada situação ou ganhar algum tipo de vantagem dentro do jogo político. Em 1971 não podendo protelar sua situação a Mineração Jacundá foi obrigada a modernizar os seus métodos de operação, modificando suas técnicas de lavra e investindo em tecnologia.

Em 1970 com o Governo, acho que foi nessa época ou um pouco antes criou a SUDAM, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, e, através da SUDAM criou-se incentivos fiscais pra que esse tipo de lavra garimpeira passasse a ser uma lavra mecanizada, começasse a ter um trabalho técnico em cima das reservas, e foi quando o Governo decretou o fim do garimpo manual na Província Estanífera de Rondônia sabe?

Uma lavra mecanizada, um trabalho mais técnico em termos de tratamento, em termos de separação do minério. Isso quem, implantou no Estado, foi através dos holandeses. Foram eles que trouxeram pelo menos os primeiros Jígues para região, foram os holandeses. (DANTAS, 2001, p.02).

Mesmo assim não foi o suficiente para os críticos da Mineração Empresarial e defensores do garimpo manual. Eles advogavam, nesse momento, a ideia de que todos os pontos que foram cruciais para o fim do garimpo manual que estavam expressos na portaria 195 fossem respeitados, e é obvio que a Mineração Empresarial não tinha pressa nenhuma em cumprir qualquer ponto que estivesse faltando a menos que fossem obrigados a isso. A pressão política dependendo de quem a exerce pode dar certo. O empresário I.B. SABBÁ transfere 60% do capital social ou controle da empresa para uma multinacional canadense chamada BRASCAN, o ano é 1974.

3. A RELAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL COM TERRITÓRIO E O ESTANHO NO MERCADO MUNDIAL

Nem sempre as relações que ocorrem no cenário político entre o Estado e a União são relações harmônicas isso numa perspectiva altruísta, agora o que dizer de um Território Federal criado em um momento de crise (1943), o país vivendo a ditadura do Estado Novo e ainda tendo os interesses das elites locais. Vargas possuía a habilidade de conseguir conciliar ou pelos menos minimizar as tensões existentes entre as elites locais e os “interesses nacionais”.

A nomeação de Aluízio Ferreira para o posto de governador do Território Federal do Guaporé em 1943 foi uma opção de Vargas, mas os setores mais conservadores e até mesmo a “massa” nutriam certo “respeito” pela figura de Aluízio, de modo que se não houve comemorações, reprovações também não se ouviram.

O Código de Mineração conforme já mencionado no capítulo anterior, data de 1940 e regulamenta também a atividade de garimpo, nesse momento o Território não tem nenhuma preocupação em extração mineral, pois a região esta vivendo a batalha da borracha, todos os esforços estão sendo concentrados para produção gomífera no intuito de abastecer o mercado estadunidense.

As medidas tomadas pelo Governo Federal visam aperfeiçoar a produção e as relações de trabalho que até então para o governo Vargas é a ponte entre seu governo e a massa de trabalhadores. Do outro lado os proprietários dos seringais que compõem a elite local acostumada a um modelo ortodoxo de exploração baseado na escravidão e desobediência às leis que “protegem” o trabalhador. Em um cenário desses ocorreram claros conflitos que não se tornaram tão agudos por conta da distância do poder central e da convivência do poder local.

Nota-se que as relações de poder estabelecidas foram organizadas de maneira hierárquica no Território observando, então, ao longo do capítulo como o Território aprendeu a se adaptar às medidas que foram impostas à região e como essas medidas foram adotadas, ignoradas e até mesmo adaptadas aos interesses locais e, quando foram ignoradas, como o Território enfrentou o poder central.

Quando o Território ou alguma instituição procura contestar alguma medida adotada pelo Governo Federal, no que se refere ao interesse individual ou coletivo. Ele parte da premissa de que qualquer interesse seja individual ou coletivo não está acima dos “interesses nacionais” e essa sobreposição de valor não é tolerável e, portanto não é legítima.

3.1 O Governo Dutra e o Segundo Governo Vargas (1951-1954)

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a chamada política de alinhamento com os Estados Unidos é intensificada, pois o governo trata de fortalecer os acordos firmados no período da guerra com o governo de Washington, devido à preocupação de estabelecer alianças econômicas que serviriam ao passo seguinte do desenvolvimento da indústria de base, e desta para a indústria de bens duráveis. A questão é que o Brasil vivia, nesse momento, enormes lacunas no que diz respeito a sua infraestrutura, o que significa dizer que havia problemas com transportes, falta de estradas, a malha viária deficiente com grande parte da sua estrutura ainda sem pavimentação, os portos com uma estrutura tímida para quem era candidato a país em desenvolvimento, e ainda o argumento “infeliz” do Ministro da Fazenda de Dutra, conforme demonstra Skidmore:

Quanto ao destino econômico do Brasil, o Ministro da Fazenda¹⁵ foi franco. Qualificou o Brasil como um “país essencialmente agrícola” e acrescentou: “É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto esta integrado certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados.” (SKIDMORE, 1982, p.97).

Não deixa de ser um argumento infeliz, mas se reconhece que ele expressa uma opção política da época, como dissemos, antes, o Brasil está iniciando seu processo de industrialização, é um processo novo para os setores mais conservadores formados por grandes proprietários de terras que formam uma minoria, como o próprio Skidmore define.

A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classes mais nitidamente diferenciada do que a do tempo do Estado Novo, especialmente nos primeiros anos. O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana.

Nenhuma dessas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de “orientação de classes”. Ao contrário, a atmosfera política “conciliatória” do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante. Durante o princípio da década de 50, contudo, a questão do desenvolvimento econômico veio gradativamente a ocupar a atenção dos políticos que, cedo, viram que as implicações políticas do estabelecimento das diretrizes econômicas não poderiam ser ignoradas por muito tempo. (SKIDMORE, 1982, p.111).

As dificuldades econômicas que o Brasil atravessou para buscar a industrialização encontraram pontos de estrangulamento que obviamente passavam pela falta de infraestrutura,

¹⁵ O Ministro da Fazenda Correia e Castro, no seu Relatório anual, referente a 1946 datado de maio de 1947, observou que o crédito bancário deveria ser “organizado em moldes clássicos” e advertiu contra “manobras bancárias oportunistas”. Sublinhou que “o retorno às normas do livre comércio”, criaria “um clima de confiança propiciadora do aumento de produção”. (SKIDMORE, 1982, p.97).

aqui já citado, mas ele coloca algo que pode parecer sutil mas que chama atenção para sua importância, por exemplo, as classes sociais. Um fator importante a ser considerado é a urbanização desencadeada pela industrialização, que possibilitou dar maior visibilidade às classes. Com relação à classe média Skidmore se aproxima de uma dada realidade aqui na Amazônia e mais precisamente a Porto Velho pós 1945:

A classe média não existia em verdade nas regiões economicamente atrasadas do país, em particular no norte e nordeste. Mesmo em cidades grandes, como Recife, com uma população de mais de 700.000 habitantes, era difícil identificar qualquer setor médio significativo, que tivesse chegado a diferenciar os seus interesses dos da arcaica economia baseada na agricultura de subsistência, pecuária ineficiente e indústrias extrativas. Os grupos urbanos estavam inextricavelmente comprometidos através de ligações familiares e financeiras com a estrutura agrária tradicional. Esse quadro persistia nas cidades do interior, até mesmo nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo. (SKIDMORE, 1982, p.112).

Skidmore, descreve de uma maneira geral as relações da sociedade brasileira na época, comentando que o atraso econômico era responsável pela inexistência de uma classe média em regiões como Norte e Nordeste.

Pois bem, é precisamente sobre o Norte e em particular Porto Velho do pós Segunda Guerra onde se pode afirmar que a elite local era composta por proprietários de terras, que faziam uso de suas propriedades para a extração do látex mesmo após a guerra, mas em uma escala muito menor até os anos 50, que seriam os anos de colapso do segundo ciclo da borracha.

Essa elite além de proprietária de seringais, também atuava no setor público, quer fosse no Executivo, Legislativo ou Judiciário, de modo que as demandas que eram geradas no espaço do seringal mais tarde garimpo e a seguir mineradoras, conforme a citação acima, ocorrem no espaço rural mas tem o seu desfecho no espaço urbano onde se concentra a atuação do poder legitimando suas ações de defesa dos interesses das elites da qual representam. O que se deixa claro é que Porto Velho não se revelou, desde sua fundação nos arredores do pátio da Ferrovia Madeira-Mamoré, uma exceção.

No governo Dutra a política econômica para a região ficou resumida à ações que eram específicas para a Amazônia, mas que não contemplavam diretamente o Território Federal do Guaporé, tendo entre essas ações, o Plano SALTE que previa apenas investimentos públicos e que integrou o orçamento do governo no ano de 1949, porém por depender exclusivamente de recursos do erário em 1951 tornou-se obsoleto. A propósito do Plano, Skidmore demonstra:

Os anos que se seguiram a 1947 também viram o começo de uma mudança na atitude do governo Dutra diante da necessidade de coordenar os seus gastos públicos, consubstanciado no Plano SALTE, proposto em maio de 1947. Isso era pouco que uma primeira tentativa para coordenação de gastos públicos, dentro de um plano quinquenal. O Plano SALTE foi incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicado. Funcionando durante um ano apenas, o

Plano SALTE entrou em dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951.

O fracassado Plano SALTE, que abrangia apenas investimentos públicos, foi o máximo que o governo Dutra conseguiu para se aproximar de um planejamento em escala nacional. O planejamento em escala regional, contudo, estava no texto da Constituição de 1946 e previa para desenvolver os vales dos rios São Francisco e Amazonas e um outro para combater a seca do nordeste. Cada programa tinha garantida uma percentagem da renda fiscal da Federação (1 por cento para o Vale de São Francisco e 3 por cento, cada, para o Amazonas e o nordeste). A Comissão do Vale do São Francisco, ou CVSF, e a Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia, ou SPVEA, foram criadas em 1948. Nenhuma das duas iria se mostrar um agente particularmente de desenvolvimento econômico, mas a sua criação e o contínuo apoio financeiro por elas recebido, de parte do governo federal, mostravam que não havia aversão ao planejamento, na prática, a despeito da influência que defensores do liberalismo tinham exercido em 1945 e 46. (SKIDMORE, 1982, p.99).

De fato e seguramente os governos locais receberam recursos, mas os investimentos necessários para a implantação de uma política de desenvolvimento econômico não foram colocados em prática, por razões inclusive desses recursos não serem suficientes para fomentar tal política. O que havia de concreto, era o funcionamento da Ferrovia Madeira- Mamoré assegurada desde a criação do Território pelo governo de Vargas da qual a administração estava vinculada ao governador do Território e uma estrutura mínima para funcionamento dos principais órgãos de governo, conforme Teixeira e Fonseca comentam:

Antes mesmo da criação do Território Federal do Guaporé o poder político, entendido de forma mais ampla na região da Madeira-Mamoré, era de certa forma, dividido entre os prefeitos e a administração da Ferrovia. Com a nacionalização da E.F.M.M., esse poder passou a ser exercido através de um contato direto do administrador da ferrovia com o governo federal, tornando-se aquele o elemento mais dinâmico a carrear os recursos e a tomar as iniciativas necessárias ao desenvolvimento da Região. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.165).

E continuam:

Dessa forma, não surpreende o fato de que o primeiro governador do território tenha sido exatamente o primeiro diretor brasileiro da ferrovia, o Major Aluizio Pinheiro Ferreira.

Com a criação do Território, esse poder concentrou-se excessivamente na figura do governador nomeado.

Na medida em que prestava contas de seus atos apenas ao poder público federal, o Governador era, dentro do Território absoluto. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.165).

Como o governo do Território prestava contas dos recursos e dos investimentos apenas ao ente federado, não havia nenhum órgão de fiscalização local que averiguasse a aplicação de recursos, e mesmo a existência de um órgão fiscalizador dessa natureza estaria vinculado ao governador, pois os cargos eram de livre nomeação e exoneração do chefe do executivo no Território.

Com as eleições de 1946 e a eleição de Dutra há uma mudança nas “cadeiras” no Território. Naquele momento o governador do Território é opositor de Aluízio Ferreira e de Vargas, mas apoiava Dutra. De acordo com o pensamento de Teixeira e Fonseca:

Apesar de vários partidos políticos estarem representados, a política no território nesse período ficou polarizada entre os aliados e seguidores de Aluízio Ferreira, denominados cutubas, e a oposição liderada por Joaquim Vicente Rondon, cujos seguidores eram chamados peles-curtas. Nas eleições de 1946 o Território elegeu seu primeiro deputado federal, Aluízio Ferreira reeleito nas eleições de 1950. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.166).

Joaquim Vicente Rondon era o segundo governador do Território, haviam vários partidos com suas lideranças já conhecidas e outros personagens que se destacariam disputando as eleições nesse novo momento político do Território e também do País. Aluízio que em outros tempos tinha sido aliado de Joaquim Vicente Rondon e que havia feito a indicação de Rondon para governador do Território, agora era deputado federal e era líder do grupo chamado de Cutubas, e Joaquim Vicente Rondon liderava o grupo de oposição a Aluízio chamado de peles-curtas¹⁶.

As rivalidades entre os dois líderes locais, vão aquecer o processo “razoavelmente democrático” pelo qual o território passava, mas nada de forma mais contundente relacionado a uma política desenvolvimentista tinha ainda de fato permeado o cenário da região. O sonho de Roquette-Pinto¹⁷ de construir uma rodovia que ligasse o Território Federal do Guaporé ao restante do país, era como dissemos, um sonho que até então não tinha se realizado. Tentativas de construção da rodovia ocorreram, pelo menos dentro do Território, mas em virtude dos esforços ocorridos durante a Segunda Guerra, o Governo Federal exigiu que tal obra fosse paralisada e que o governo local se concentrasse no esforço de guerra, ficando apenas um trecho sem pavimentação construído até as proximidades de Vila de Rondônia, atual Ji-paraná.

Mesmo após o fim do mandato de Dutra, o poder político ficou dividido entre esses dois grupos, que ultrapassavam os limites das siglas partidárias. Com a possibilidade da chegada de Vargas ao seu segundo mandato, Aluízio Ferreira também contava com sua eleição para o

¹⁶Cutuba e Pele-Curta eram, na verdade, tratamentos pejorativos que esses dois grupos antagônicos, em todos os sentidos, dispensavam uns aos outros. Cutuba, era a forma pela qual a facção liderada por Joaquim Vicente Rondon tratava àqueles que apoiavam Aluízio Pinheiro Ferreira, considerados da elite, sempre ligados ao governo, e pertencentes à chamada classe dominante local. Por seu lado, esse grupo classificava aos que seguiam a Joaquim Vicente Rondon, de Peles-Curtas, por considerá-los de classe inferior. Na verdade ambas as designações tinham o objetivo de qualificar os dois grupos da pior maneira possível, considerando-se os padrões morais da época. (MATIAS, 1998, p.100).

¹⁷Roquette-Pinto, profere uma palestra no Museu Nacional do Rio de Janeiro, na qual atribuiu à região situada entre o Madeira e o Juruena o nome de Rondônia e antevê a solução para os graves problemas de comunicação entre a área banhada pelos seus maiores rios e o restante dessa região e propôs que uma estrada que seguisse o traçado da linha telegráfica seria de fundamental importância, pois integraria definitivamente a região ao restante do país. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.210).

terceiro mandato de deputado federal nas eleições de 03 de outubro de 1954, mas quem conseguiu ser eleito foi Joaquim Vicente Rondon. Aluizio acumulou um desgaste de sua imagem com relação a probidade de seus atos dos cargos que ocupara, já Joaquim Vicente Rondon aproveitou esse “desgaste” e utilizou para vencer seu adversário, que além do desgaste também não poderia contar mais com o apoio incondicional de Vargas, que havia cometido suicídio meses antes da eleição de 03 de outubro de 1954.

Nesse contexto o Populismo era uma estratégia que ambos os grupos políticos lançavam mão para alcançar seus objetivos. Esse cenário político que se tenta trazer à tona, é o esforço para compreender como a política local se comportava em relação à política nacional, e que as relações políticas que irão se estabelecer durante o ciclo da cassiterita, se não foram as mesmas, estavam muito próximas destas. Por exemplo, Aluizio Ferreira sabidamente representava o interesse da elite local, que nesse período amargava uma estagnação econômica em virtude da queda do preço da borracha. Segundo depoimento do Senhor Eric, Aluizio recebeu de Rocha as amostras de cassiterita, que o seringalista¹⁸ e seus seringueiros chamavam de “pedra preta”. Segundo Allegretti afirma:

Por fim, em 1952, foi descoberta cassiterita no seringal Primavera, localizado no rio Machadinho, de propriedade de Joaquim Pereira da Rocha, no município de Ariquemes, tendo início o ciclo de exploração deste mineral, que expandiu a ocupação humana no espaço físico que compreende, atualmente, as microrregiões de Porto Velho e Ariquemes. Em 1953 a área foi requerida para pesquisa pelo seringalista. Outras descobertas seguiram-se a esta. (ALLEGRETTI, 2012, p.10).

Para o líder Cutuba, a descoberta representou não só o fim da estagnação, mas a real possibilidade de seu retorno triunfal ao jogo político, já que durante seu mandato Joaquim Vicente Rondon, do ponto de vista de seus opositores “não tinha feito muita coisa”. Na realidade ele tinha apoiado dois projetos que tiveram certa importância para a história política do Território, mas um dos projetos ele não poderia tomar como seu porque ele e sua família não eram interessados em sua aprovação. Tratava-se da alteração do nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, levando-se em conta que Joaquim Vicente Rondon era sobrinho de Cândido Mariano da Silva Rondon. O outro projeto, conforme Matias descreve:

O outro fato político de relevância histórica influenciado e conduzido pelo deputado federal Joaquim Vicente Rondon refere-se também a Cândido Mariano da Silva Rondon, então general-de-divisão da reserva do Exército, e resultou na decisão do Congresso Nacional de outorgar-lhe a patente de Marechal, no dia 05 de maio de 1955, por ocasião da passagem de seus 90 anos de idade. (MATIAS, 1998, p.99).

¹⁸ O Seringalista é o proprietário das terras e da estrutura que compõem o seringal, e o seringueiro é o indivíduo que esta a serviço do seringalista e que em geral não possuía qualquer garantia que assegurasse seus direitos como trabalhador. Grifo do mestrando.

Aluizio líder dos Cutubas procurou aproveitar essas ações de seu adversário para promover sua candidatura, encabeçando manifestações contrárias a proposta de mudança do nome do Território, e outras ações como passeatas organizadas pela sua sigla partidária PTB. Mesmo não podendo contar com o apoio de Vargas como já mencionado, Aluizio foi eleito em 1958 com a coligação PTB/PSD conseguindo não apenas os votos dos eleitores da elite, mas também dos trabalhadores ligados diretamente a essa elite de proprietários de seringais, e da população urbana que estava insatisfeita com o mandato de Joaquim Vicente Rondon.

Uma obra de grande envergadura como uma rodovia, sonhada por Roquette-Pinto no ano de 1915, até então não tinha se concretizado. Segundo já mencionado, Aluizio também sonhava com a construção de uma rodovia que faria a ligação da região ao restante do País, tal obra seria o legado deixado pelo administrador, mas um novo momento justificava a execução de uma obra tão grande para os padrões da época. A descoberta da cassiterita justificava o gasto do erário na construção de uma estrada de rodagem, mas o Brasil desde o fim da guerra não conseguiu impor certas condições ao governo de Washington, havia muita dificuldade de alocar recursos para empreendimentos que possibilitassem ao País sair da sua condição de inferioridade. De maneira muito coerente, Bandeira comenta:

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil perdeu, substancialmente, o poder de barganha. Com a exaustão econômica e financeira da Grã-Bretanha e da França a derrota da Alemanha, Itália e do Japão, os Estados Unidos, que não sofreram diretamente os impactos de destruição e cujo mercado interno permanecera sem maiores desequilíbrios, alcançaram a hegemonia quase absoluta sobre todo o sistema capitalista e colonial, em confronto apenas com a União Soviética, já a estender seu domínio e a projetar sua sombra sobre outros países da Europa Oriental e da Ásia. (BANDEIRA, 2011, p.43).

E conclui dizendo:

Entretanto, num país com minério de ferro em abundância, um parque manufatureiro de bens de consumo, sobretudo têxteis, já implantado e uma população a crescer a taxas bastante elevadas e em rápido ritmo de urbanização, o funcionamento do complexo siderúrgico de Volta redonda, como empreendimento do próprio Estado, impulsionou ainda mais a expansão das forças produtivas do capitalismo, e as crescentes necessidades do processo de industrialização passaram a determinar e modelar o interesse nacional. (BANDEIRA, 2011, p.44).

Seria algo antieconômico realizar o transporte do minério desde as jazidas no Vale do Rio Jamari até Porto Velho por estrada de rodagem, depois embarcar o minério em barcas ou navios, navegar pelo Rio Madeira, depois Amazonas, contornar praticamente toda a Costa brasileira e só assim chegar ao parque siderúrgico de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Algo dessa natureza não representava a ideia de modernização que estava se delineando ainda no governo Dutra, mais ainda, conforme Bandeira a necessidade do sistema capitalista

internacional por matéria-prima, e os “interesses nacionais” justificam a modernização do país por meio da construção de uma rodovia federal.

3.2 Os Anos JK e a importância da Política Desenvolvimentista para o Estanho

Era preciso uma justificativa plausível para o investimento na construção de uma obra tão importante para a região como uma estrada de rodagem. A justificativa era dar viabilidade para o escoamento da cassiterita produzida no Território Federal, isso do ponto de vista do poder local, que possuía um interesse particular pelo fato dos proprietários terem descoberto cassiterita, já possuem autorização do DNPM para pesquisa e exploração da área, e também novos pedidos de pesquisa em andamento. Do ponto de vista da política econômica nacional, Bandeira comenta:

Essa mudança qualitativa na estrutura industrial ocorreu, em larga medida, devido às demandas do Estado, que desde Vargas se transformava em *capitalista coletivo real*, ao intervir cada vez mais na economia, a fim de impulsionar seus setores de base. A participação do Estado na formação bruta de capital fixo, da ordem de 15,8%, em 1947, começou a crescer a partir daquela época, e alcançou, em 1958, sob a administração de Kubitschek, o patamar de 40,8%, no qual se manteve, com pequenas variações, até 1962. Ela ocorreu em setores estratégicos e vitais para o desenvolvimento do Brasil, nos quais os capitais privados estrangeiros não mais queriam investir, tais como energia elétrica e transporte, ou que o Estado decidira conservar sob seu controle, por motivos de segurança nacional, a exemplo da siderúrgica e do petróleo. (BANDEIRA, 2011, p.71).

Investimento feito na construção da rodovia veio do setor público. A estrada seguiu de certa forma o traçado próximo a Linha Telegráfica, o que é compreensível no que se refere à facilitação de sua construção. O quinto batalhão de Engenharia e Construção - 5º BEC foi responsável pela abertura da rodovia que inicialmente foi chamada de rodovia 029. As boas relações com o governo de Washington não ajudaram de maneira substancial o processo de estruturação do parque siderúrgico e muito menos as obras de infraestrutura que permitissem dar continuidade ao processo industrial, conforme Bandeira comentou.

A relação com os Estados Unidos, da qual o governo brasileiro nutria certas expectativas e que não foram supridas, pode ser compreendida a partir do modo como os Estados Unidos se comportava em relação à América Latina, valendo-se de seus recursos naturais, servindo-se de suas potencialidades econômicas e fazendo uso de suas populações como mão de obra barata e mercador consumidor, o que seria uma política colonialista e imperialista. A questão então não era apenas “o Brasil”. Bandeira esclarece essa questão de fundo:

A preocupação com a segurança do continente, explícita na OPA¹⁹, constituía uma forma de sensibilizar os Estados Unidos para os problemas do subdesenvolvimento, como fator da instabilidade política e de ameaça aos regimes democráticos, favorecendo a expansão do comunismo, na medida em que gerava as condições para a revolução social. A convergência do Brasil com os Estados Unidos, ante a necessidade de preservar o sistema capitalista, codificado como Ocidente, assinalava, porém, a profunda divergência entre os dois países, cujos interesses em conflito condicionavam percepções contrárias do problema. A segurança da América Latina, para os Estados Unidos, consistia, essencialmente, na proteção das fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo da Venezuela, as minas de estanho da Bolívia, e as jazidas de cobre do Chile, as reservas de manganês, tantalum, columbium, urânio e tório do Brasil, bem como das linhas de acesso a elas, a fim de garantir o abastecimento de suas indústrias. Qualquer iniciativa que afetasse os seus interesses ou as formas pelas quais eles se exprimiam e se articulavam, ou seja, a liberdade de comércio, a empresa privada, os investimentos estrangeiros e a livre circulação de capitais, indicava-lhes a inspiração do comunismo, com o qual o nacionalismo se fundia e se confundia, como a outra face da mesma moeda, na *Weltanschauung* autoridades norte-americanas. (BANDEIRA, 2011, p.74).

O presidente Juscelino Kubitschek percebeu que havia “alternativas” ao projeto de desenvolvimento para o Brasil. Conforme Bandeira comenta, não serviam aos interesses dos Estados Unidos ora pelo caráter nacionalista que as ações do governo do Brasil e seus antecessores adotaram ora pelo fato dos norte-americanos os ver com velada desconfiança. Ainda comentando Bandeira, os norte-americanos não financiariam, por exemplo, a construção da BR 029 (futura BR 364) com intuito de escoar pela rodovia a produção de cassiterita. Mesmo havendo jazidas exploradas na Bolívia, investimentos já tinham sido feitos para essa atividade, de maneira que isso acarretaria problemas no preço do produto e sua viabilidade econômica.

O programa de metas de Kubitschek tem como preocupação uma política nacionalista associada ao desenvolvimento (SKIDMORE, p.207) que passa por uma infraestrutura que permita levar a matéria-prima até o parque industrial e deste proporcionar que essa matéria-prima transformada dê origem a outros produtos gerando uma organicidade dentro da cadeia produtiva e assim elevando o país a um patamar que somente os países desenvolvidos possuíam. Por conta do fim da Segunda Guerra apenas os Estados Unidos e a União Soviética, podiam fazer frente um ao outro em termos de industrialização, já que os demais países da Europa envolvidos no conflito ainda passavam por um processo de recuperação de seus parques industriais.

Se não havia uma “boa vontade” por parte dos estadunidenses, o governo brasileiro cria uma aproximação da União Soviética para tentar implantar seu projeto desenvolvimentista, que

¹⁹O objetivo da Operação Pan-Americana, com o Brasil a assumir, pela primeira vez, a liderança da América Latina, foi compelir os Estados Unidos a modificarem concretamente os termos de suas relações com a América Latina, ou mediante a estabilização dos preços dos produtos primários, de modo a evitar a evasão dos seus recursos e/ou possibilitando que os excedentes exportados a eles retornassem, sob a forma de maiores investimentos diretos e empréstimos, em quantidades necessárias ao seu desenvolvimento. (BANDEIRA, 2011, p.73).

não possuía como ambição superar os Estados Unidos, mas, compor uma agenda de cooperação juntamente como seu aliado. Nessa linha Bandeira conclui:

Assim no final de 1958, Kubitschek anunciou a decisão de restabelecer as relações comerciais com a União Soviética, cujo programa de auxílio aos países subdesenvolvidos elevava-se de zero, em 1954, para US\$ 1,6 bilhão, em 1957. E o tipo de auxílio, além de crescente, era, na opinião de Kubitschek, bastante favorável aos países subdesenvolvidos, pois se caracterizava, em geral, pela concessão de vultosos empréstimos, a juros baixos, amortizáveis em mercadorias, o que contornava o problema de divisas e oferecia aos produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional algumas possibilidades de escoamento. (BANDEIRA, 2011, p.75).

E conclui seu pensamento:

O Brasil, embora continuasse aliado aos Estados Unidos na defesa do sistema capitalista ocidental, não se dispunha a aceitar a estagnação, renunciando a seus objetivos históricos de tornar-se também uma potência industrial. O próprio Kubitschek, ao explicar os propósitos da OPA, advertiu: “Desejamos formar ao lado do Ocidente, mas não desejamos constituir seu proletariado.” (BANDEIRA, 2011, p.75).

O retorno das relações políticas e econômicas com a União Soviética não agradou ao ministro da guerra do governo Kubitschek. O general Lott sentia-se desconfortável pelo simples fato de combater a influência comunista no país, e adiante se vê obrigado a uma aliança com Moscou, mas o general entende assim como Juscelino que não há o capital estrangeiro, o que há é o capital e como tal o que importa é o suporte que ele dará para o projeto desenvolvimentista do país.

O general Lott é nesse momento uma peça fundamental para controle da ordem e a estabilidade política no governo de Juscelino. Durante os anos JK, a composição dos escalões do governo por militares irá crescer exponencialmente em relação ao número de civis. Até então os governos do Território são empossados pelo presidente da república, não havendo eleição para os governadores do Território. A cerca dessas questões de ordem política, Benevides nos diz o seguinte:

Essa participação se expressa na nomeação de oficiais que ocupam cargos eletivos ou são nomeados para cargos civis ao nível nacional, estatal ou municipal. É nesse sentido que se percebe as Forças Armadas não apenas encarnando um tipo de “poder moderador”, como árbitros que intervêm nos momentos de crise, mas com *participação constante* (entenda-se como poder efetivo) na vida política brasileira: são os “generais políticos”, são os “generais executivos”... (BENEVIDES, 1979, p.184).

Em 1958 é nomeado para o cargo de governador do Território Federal de Rondônia Paulo Nunes Leal, Coronel-engenheiro do Exército que já havia ocupado o cargo anteriormente entre 1954 à 1955, mas em razão das disputas políticas entre Peles-curtas e Cutubas, pediu exoneração. O que cabe aqui nessa discussão é o que Benevides comenta na citação anterior.

Durante os anos de governo de Juscelino foi necessário um pacto em que o preço pago foi a maior participação de militares dentro dos escalões do governo, não importando se eram eletivos ou cargos civis.

Especificamente no Território essa participação não foi percebida, pelo menos aparentemente, por conta de que desde Vargas até Kubitschek os governadores nomeados possuíam patentes militares, esse fator é compreensível justamente pela região estar em uma fronteira, e por estarem em uma fronteira, há como discurso ideológico acerca da premissa de que a região deve ser protegida e os interesses nacionais resguardados. Isso servia aos interesses de uma política clientelista que ocorria não apenas em nível de Governo Federal, como também se reproduzia no Território, e que Benevides em seu estudo aponta:

Nas regiões mais “adiantadas” (Centro-Sul e Sul) o aparelho estatal cresce e se racionaliza em termos de serviços e empregos públicos para a população urbana e para as zonas rurais circundantes. Mas nas regiões “atrasadas” (Leste e Nordeste) até mesmo os órgãos federais permanecem ligados aos interesses das oligarquias – ou seja, o Estado se entrosa com o “coronelismo”. (BENEVIDES, 1979, p.213).

Manter a fronteira protegida significa uma questão de segurança nacional, e para tanto é necessário que o chefe do executivo no Território possua pelo menos uma patente militar mediana. Também explica, a luz da ideologia do governo brasileiro, as razões que fazem com que o chefe do executivo exerça também a administração da ferrovia e/ou seja, responsável pela nomeação do diretor administrativo da ferrovia, que até o presente momento era a única possibilidade de ligação, da região de Guajará-mirim e suas comunidades espalhadas ao longo da ferrovia, que na época possuía grande importância econômica para o Território.

Kubitschek era, em qualquer caso, um mestre na arte de convencer políticos recalcitrantes por meio de concessões liberais. Quaisquer que fossem os propósitos mais amplos da construção apressada de Brasília, ela deu ao presidente uma maleabilidade de manobras sem precedentes, no trato com os oponentes suscetíveis de serem atraídos pela participação rendosa na nova empresa. E o programa de construção de estradas que a acompanhou significava que as possibilidades se estenderiam muito mais longe do que os limites do Distrito Federal. (SKIDMORE, 1982, p.214).

A influência de Paulo Leal junto ao presidente Kubitschek possibilitou a abertura da rodovia BR 029²⁰. Por conta das dificuldades orçamentárias foi possível apenas a abertura da

²⁰O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, eu trago nesta tarde, um tema de que venho falando há muito tempo. Não só eu, mas os Senadores de Rondônia, os Senadores do Acre, os Deputados Federais de Rondônia, os Deputados Federais do Acre, também, do Mato Grosso, que é a nossa BR-364. Conta-nos a história de Rondônia que, no dia 2 de fevereiro de 1960, o então Chefe de Governo do Território Federal de Rondônia, Coronel Paulo Nunes Leal, travou o seguinte diálogo com o Presidente Juscelino Kubitschek: “Sr. Presidente, o senhor já ligou Brasília a Belém, Brasília a Porto Alegre, e está ligando-a, também, a Fortaleza. Por que não completa o outro braço da cruz, construindo a rodovia Brasília-Rio Branco?” Com seu jeito mineiro, o Presidente JK indagou: “Uai, Paulo. E pode?” No que o Coronel Paulo Nunes Leal retrucou: “Pode, sim, Sr.

rodovia sem grandes melhorias, como: pontes de concreto, pavimentação, acostamento, bocas de lobo, ficando a rodovia a mercê da própria sorte sem a devida manutenção e reparos por parte do Governo Federal. A influência de Paulo Leal e a iniciativa da abertura da estrada tiveram relevância, mas “outras variáveis” devem ser levadas em consideração conforme Benevides aponta:

Se o programa de Metas conseguiu ser implementado sem grandes interferências dos partidos políticos e do congresso, teve dificuldades devido a questões facilmente “politizáveis”, como, por exemplo, quanto ao papel do capital estrangeiro ou às metas rodoviárias, diretamente vinculáveis aos interesses locais, mas também aos interesses dos grandes empreiteiros ligados à cúpula do PSD. (BENEVIDES, 1979, p.214).

Como já apontado anteriormente os cargos eram de indicação do Presidente da República e seguindo a hierarquia, o Governador do território fazia indicações para cargos que estavam sob seu comando. De uma maneira muito coerente observa-se na citação anterior a relação que é construída nesse período, a princípio parece que o único problema a enfrentar era a mão de obra necessária para construção, o dinheiro para a execução da obra, quem iria financiar a construção, o motivo para construir e por último e não menos importante para quem seria construída a rodovia. Ou melhor, seria a ideia de que a estrada a partir de um dado momento passa a ser do interesse das forças do grande capital internacional e naquele momento era justificável a construção da rodovia não apenas em virtude da descoberta da cassiterita, muito menos pelo isolamento da região em relação ao restante do país, mas pela possibilidade de uma alteração significativa no modelo de transporte isso em nível de País e em caso mais específico do Território a implantação de um novo modelo de transporte, já que a ferrovia só cobria uma parte da região e tinha como objetivo contornar os trechos encachoeirados do Rio Madeira.

Presidente. Mas é uma coisa pra homem.” De pronto e com a firmeza que lhe era peculiar, o então Presidente Juscelino Kubitschek sentenciou a concretização da obra e disse: “Então, vai sair”.

Essa passagem da história de Rondônia e do Brasil está registrada no livro *O Outro Braço da Cruz*, em que o Coronel Paulo Nunes Leal conta a saga da construção da BR-364, no coração da selva amazônica, rodovia batizada inicialmente como BR-029. Após essa conversa do Presidente com o Coronel, foi empreendida uma grande mobilização para a construção da rodovia. Em meados de março, já estavam selecionadas as seis empreiteiras que iriam abrir a estrada com os lotes concedidos a cada uma delas.

Antes, em 10 de fevereiro, o diretor de construções do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), engenheiro Pires de Sá, disse em solo porto-velhense: “Governador, vamos enfrentar o problema mais difícil de que já participei no setor de construções, dado o pouco tempo de que dispomos e o desconhecimento da região, mas vamos cumprir as ordens do nosso Presidente.” E cumpriram.

O traçado da rodovia foi aberto em apenas dez meses. Em dezembro de 1960, após dez meses do intenso trabalho, extrema ousadia e compromisso de engenheiros, técnicos e trabalhadores recrutados em todo o País, a BR-029, hoje, BR-364, tinha o pleno caminho, de Vilhena a Porto Velho, totalmente concluído.

Nota taquigráfica do discurso proferido pelo Senador Acir Gurgacz do PDT/RO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/getTexto.asp?s=044.3.54.O&disc=82/3/S>. Acesso em 09/05/14.

De acordo com Benevides quando ela escreve “*quanto ao papel do capital estrangeiro ou às metas rodoviárias, diretamente vinculáveis aos interesses locais*”. Existe na região todo um jogo de interesses que envolvem o processo de abertura da rodovia e que os autores estão diretamente ligados à cena política independentemente de serem civis ou militares. Então o discurso político que a estrada serviria para retirar a região do isolamento não encontra sustentação, porque nesse caso a estrada que já havia passado por tentativa anterior de abertura, teve sua obra vetada pelo presidente Vargas ainda no período do Estado Novo, e mesmo após a esse período o Governo Federal sempre sinalizou de forma negativa para a execução da obra. Isso quando se trata das políticas do Governo Federal para a região, em parte pela inviabilidade econômica em épocas anteriores e também pela falta de capitais para o empreendimento.

Mesmo assim, a rodovia BR 029 cumpria sua função primordial, que era o transporte a duras penas do minério de cassiterita pelo trecho que iniciava em Porto Velho até Vilhena, o que aproximadamente daria 700 quilômetros²¹ dentro do Território em direção ao parque siderúrgico de Volta Redonda.

Não era apenas a solução para um ciclo econômico que estava em jogo, o que por si só já representa muita coisa para o Território, que “amargava” mais de uma década de estagnação econômica. A rodovia BR 029²² foi inaugurada em 13 de Janeiro de 1961 pelo presidente Kubitschek sem toda aquela “pompa e circunstância” que a obra representava para o Território. Isso também representaria uma mudança drástica na região que até então estava isolada do centro-sul do país e que possibilitaria a integração não somente do Território, mas de uma parcela considerável da Amazônia. Diz-se drástica porque mesmo sem pavimentação a rodovia 029 irá protagonizar a partir de meados dos anos 60, mas de forma mais aguda a partir dos anos 70 do século XX um dos maiores ciclos migratórios da História do País.

²¹Cidade de Origem: Porto Velho, Rondônia – RO Cidade de Destino: Vilhena, Rondônia – RO Distância: 704Km. Esta distância foi calculada levando em consideração o percurso mais curto e a utilização de rodovias pavimentadas, podendo ocorrer variações em função de modificações nas vias de acesso por parte dos órgãos competentes, obras, rotas alternativas recém criadas, etc. Disponível em: <http://www.geografos.com.br/distancia-entre-cidades/distancia-entre-porto-velho-e-vilhena.php> acesso em 24/05/2014.

²²Quando falamos em pompa e circunstância, é de comentar a sequência de fotos que o fotógrafo oficial registrou (as fotos podem ser observadas na Sessão de fotos do Arquivo Público Estado localizado no antigo prédio da Administração da Ferrovia Madeira-Mamoré). O momento em que o presidente sobe no trator-esteira e vai em direção à última árvore que foi deixada caprichosamente no meio da estrada para esse evento, o momento em que o trator operado pelo presidente da república derruba a última árvore e finalmente o momento seguinte em que ele anda impecavelmente vestido sobre o tronco da árvore. É obvio que o presidente não operou o trator e derrubou de fato a árvore, mas, isso deixa bastante claro que o último obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento foi vencido, do ponto vista político e ideológico a sequência de fotos cumpre esse papel. Grifo do mestrando.

3.3 As Mudanças na Política Nacional em 1964 e a Resistência do Poder Local

As mudanças ocorridas com o golpe de 31 de Março de 1964, não abalaram de forma tão incisiva o processo de exploração mineral iniciado já há algum tempo no Território, mas como havia uma estreita relação entre a política e as atividades extrativas na região, essa relação irá se tornar um pouco mais complexa justamente por conta das relações políticas que se completavam no campo econômico.

Quando se fala de política, é preciso compreender que a princípio os grupos políticos denominados de Peles-curta e Cutubas, pelos seus respectivos desafetos, não sofreram perseguições, prisões ou qualquer retaliação pela autodenominada Revolução, porém o regime militar em seus primeiros anos, mas precisamente no governo Castelo Branco, tratou de neutralizar suas ações políticas, destituindo de cargos estratégicos que porventura algum membro de qualquer das facções ocupasse prevendo que sua permanência em algum cargo desses pudesse vir a causar problemas à Revolução.

Essa necessidade de extirpar membros de qualquer bandeira partidária contrária a revolução não é apenas um pensamento que se dirige ao Território Federal de Rondônia, é uma política de Estado, ou melhor dizendo, trata-se de uma política de “segurança nacional”, e que Skidmore tão bem define:

Na área política o novo governo resolveu aplicar não a tortura mas o poder de cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos. Esse poder (concedido pelo Art. 10 do Ato Institucional) devia expirar em 15 de Junho de 1964, tendo Castelo Branco apenas dois meses para completar os expurgos.

Os militares da linha dura possuíam uma lista de cerca de 5.000 “inimigos” cujos direitos políticos pretendiam suspender. Com isso, formou-se uma atmosfera de caça às bruxas nos gabinetes governamentais, com a mistura de ideologia com *vendettas* pessoais. Os acusados não tinham direito de defesa, nem as acusações contra eles foram jamais publicadas. O novo governo alegava (extra-oficialmente) que, sendo revolucionário, podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e os corruptos. Dar satisfações não era uma de suas regras. (SKIDMORE, 1988, p.59).

A ideia de apenas deixar no ostracismo figuras que em outros tempos tiveram relevância política no Território, foram aplicadas somente aos dois grupos citados anteriormente. Outros políticos que eram militantes de esquerda, sobretudo do PCB (Partido Comunista Brasileiro) não tiveram a mesma “sorte”, como o próprio Skidmore comentou, prisões e torturas foram métodos utilizados para conseguir “rastrear” membros identificados ou não dessa e de outras siglas partidárias que não falavam a mesma língua do regime militar recém-implantado.

Quanto à exploração mineral, o regime cumpre um papel importante para a economia da região. No ano de 1966 o 5º BEC chega ao Território com a missão de concluir alguns trechos da BR 364, de “sanear” a cidade de Porto Velho e sepultar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, além de estender o trecho da BR 364 até Guajará-Mirim. Conforme observa Teixeira e Fonseca:

A construção da BR-364 esteve a cargo da empreiteira Camargo Correia e estendeu-se dentro do Território Federal de Rondônia no sentido Sudeste-Noroeste. A partir de 1966, ficou completada a ligação entre Cuiabá e Porto Velho, através dos trabalhos realizados pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção, incumbido pelo governo militar de concluir construção da Rodovia Brasília-Acre, de mantê-la em condições satisfatórias de tráfego e de extinguir a legendária E.F.M.M., considerada então, obsoleta e antieconômica. A chegada do 5º BEC trouxe visíveis transformações para o Território e para a cidade de Porto Velho. Dentre estas medidas destaca-se o despejo dos moradores do bairro da Baixa da União para o recém-criado bairro da Liberdade. Seus trabalhos de manutenção da BR-364 foram fundamentais para garantir o abastecimento da cidade e do Território durante as décadas de 1960 e 1970. Notável também foi o trabalho desenvolvido pelo 5º BEC para a construção do trecho rodoviário que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim. (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p.170).

Em 1966 a produção de cassiterita no Território já é uma realidade e a cada ano os números se mostram mais expressivos, novas jazidas são descobertas, os primeiros alvarás são liberados pelo DNPM²³. Salvo, é claro, algumas propriedades que se encontram sob litígio, por razões de herança ou disputa judicial entre proprietários ou herdeiros legais. Essas questões locais não são um entrave, no que se refere à produção, porque no momento os interessados na exploração são representantes da elite local, como já mencionado antes, a maior parte dos solicitantes dos alvarás são seringalistas, embora muito em breve essa relação mais próxima entre empresas de mineração e proprietários de terras mude e em alguns casos torne-se conflituosa.

Podemos pensar que não houve uma “resistência local” pelo fato que até então tudo parecia normal no que diz respeito à política no Território. Afinal, seria apenas mais um militar na cadeira do Executivo, pois até mesmo no período democrático os governadores em sua maioria eram militares. A política é cercada de “sutilezas”, e no Território Federal do Guaporé mais tarde Território Federal de Rondônia não era diferente, a questão aqui, era que mesmo que o governador fosse militar e nomeado pelo Presidente da República prevalecia na época a força política local, de maneira que Cutubas e Peles-Curta se revezavam no poder. Sobre esse aspecto Bandeira comenta:

Castelo Branco entendia que “o nacionalismo se agravou internamente, criando contradições em nossa política externa”, e que se deturpou a ponto de se tornar uma

²³O Departamento Nacional de Produção Mineral é o órgão regulador da atividade de exploração mineral ligado ao Ministério de Minas e Energia. Grifo do mestrando.

“opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas”. Acusou então as “pressões internas em favor do estatismo e da nacionalização” de repercutirem na política externa e gerarem “áreas de atrito”, como nos casos das encampações de concessionárias de serviços públicos, da política semimonopolista de minérios, assim como dos desestímulos aos capitais estrangeiros. O Brasil, dali por diante, trataria de “enveredar pela política de livre empresa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro”. (BANDEIRA, 2011, p.135).

A chamada “Revolução de 1964” acaba com o jogo político local, e na verdade um dos objetivos dos “revolucionários” era acabar com qualquer foco existente de comunismo e populismo que tivesse restado em qualquer parte da República, mesmo que fosse no mais distante rincão do país. Nesse contexto, a existência de Peles-curta e Cutubas estavam com seus dias contados. A possibilidade de voltar ao jogo político e oferecer alguma resistência só seria possível a partir do Ato Suplementar nº 4, uma vez que com a edição do AI-2 o governo extingue todos os partidos políticos, conforme comenta Skidmore:

A resposta consubstanciada no AI-2 foi abolir todos os partidos políticos existentes. Com o Ato Suplementar nº 4 (novembro de 1965) criaram-se as regras para a formação de novos partidos, que exigiam um mínimo de 120 deputados e 20 senadores. Embora o total de cadeiras no Congresso (409 deputados e 66 senadores) desse para a criação de três partidos, os organizadores da agremiação pró-governo rapidamente aliciaram 250 deputados e 40 senadores. A sobra deu para a formação de apenas um partido, no qual se abrigaria toda a oposição parlamentar. O partido governamental foi a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o da oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Os autores da regulamentação dos partidos proibiram o uso dos nomes de antigas organizações políticas. (SKIDMORE, 1988, p.105).

A hegemonia dos dois grupos locais é “quebrada” pela legislação vigente do regime militar e, nesse contexto, os militantes que desejavam participar da vida pública no Território tiveram que se adaptar a realidade estabelecida. Membros dessas facções vão integrar conforme seus interesses e convicções ideológicas um dos dois partidos: ARENA ou MDB. Nessa “nova fase” da política do Território, personagens novos surgiram nessas siglas partidárias e tiveram certa importância não só para as questões da política local, mas também com relação aos eventos gerados em função da produção da cassiterita no Território.

Ameaças de facções políticas extirpadas ou controladas, o próximo passo a nível nacional e local é a economia. Para o grupo²⁴ do qual Castelo Branco fazia parte, o Brasil passava por um perigo muito grande, leia-se, que o comunismo era uma das ameaças ao bloco capitalista e que figurava como um dos motivos declarados para o golpe de 1964. Teria sido

²⁴ O chamado grupo castelista, era conhecido pelos seus opositores da linha dura como “grupo da Sorbonne” ou “companheiros da Sorbonne” em uma alusão aos Oficiais formados pela Escola Superior de Guerra, e por se tratar de um grupo com um posicionamento um pouco mais ligado a alguns “preceitos da democracia”, tanto (Fausto, 2012, p.406) como (Skidmore, 1988, p.110) respectivamente nomeiam a seu modo o grupo castelista. Grifo do mestrando.

então, necessário todas as medidas que foram tomadas pelo regime militar para transformar o Brasil em uma economia capitalista estável (Skidmore, p. 99) e que de maneira gradual e em um momento adequado a democracia seria devolvida ao país. Essa política adotada pelo governo Castelo Branco define também, sua relação econômica com a União Soviética, e a postura que o Brasil toma em relação aos seus parceiros econômicos, a sua economia interna e em consequência disso a relação estabelecida com a produção mineral e nesse contexto figura o estanho. Conforme Bandeira comenta:

O projeto de Castelo Branco, teórica e praticamente, induzia o Brasil a abdicar de sua aspiração ao *status* de potência, resignando aos seus próprios interesses nacionais, como país capitalista em expansão, em nome da unidade do hemisfério ocidental, uma vez que, de acordo com aquela percepção também totalitária, qualquer dissidência significava o favorecimento do comunismo e da União Soviética. (BANDEIRA, 2011, p.135).

O sonho de Kubistchek de fazer do Brasil uma potência que caminhasse ao lado dos Estados Unidos como parceiro comercial (Bandeira) dá lugar a total subserviência, em um projeto que torna o Brasil apenas um mero fornecedor de matéria-prima para prover seu mercado interno e a indústria de base utilizada para a transformação do minério em liga metálica, assim passa a ser a tônica do governo Castelo Branco. Isso significava tomar partido em uma posição ideológica concreta. Mas não significava que o Brasil não estabeleceria relações comerciais com a União Soviética que mantiveram suas relações comerciais nos tempos da Guerra Fria. Assim como Skidmore nos esclarece:

Os castelistas tinham melhor sorte no setor econômico do que no político. O programa brasileiro de estabilização econômica continuava a receber elogios (e dólares) do governo dos Estados Unidos e das agências multilaterais com sede em Washington. Em dezembro de 1965, o governo americano anunciou mais um empréstimo de US\$ 150 milhões, e em fevereiro de 1966 o FMI e os Estados Unidos reiteraram sua confiança com novos compromissos financeiros. A partir do final de 1965 e começo de 1966 os credores estrangeiros acreditavam que o Brasil estava em vias de voltar a crescer. Até os russos juntaram-se a essa crença, anunciando a concessão de crédito comercial de US\$ 100 milhões no início de agosto de 1966. (SKIDMORE, 1988, p.116).

A partir de 1966 o Brasil apresenta uma reação econômica favorável, que era reflexo das medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro sob a orientação do governo de Washington, mas também pelos investimentos tanto do governo dos Estados Unidos em uma incidência maior, como por parte da União Soviética conforme citação anterior. Essa recuperação possibilitou novos investimentos e, ao mesmo tempo, também era fruto da produção brasileira que voltava a crescer. Esse crescimento também foi significativo no Território Federal de Rondônia que com a abertura da BR 029 e a notícia da descoberta da

cassiterita, possibilitou uma onda migratória de todas as regiões do país, em busca dos garimpos manuais a céu aberto dentro dos antigos seringais do Território.

A legislação com vistas à produção mineral seria o passo seguinte. É claro que o governo militar não alterou o Código de Mina, exclusivamente, por causa da produção estanífera. Isso consistia em uma política ampla em relação à exploração mineral no Brasil. Pode-se avaliar os interesses contidos na ementa do “Novo Código de Minas”, com nova redação baseada nos preceitos do Ato Institucional nº 4 (AI-4):

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO, que da experiência de vinte e sete anos de aplicação do atual Código de Minas foram colhidos ensinamentos qual impende aproveitar; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO que a notória evolução da ciência e da tecnologia, nos anos após a 2ª Guerra Mundial, introduziram alterações profundas na utilização das substâncias minerais; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO que cumpre atualizar as disposições legais salvaguarda dos superiores interesses nacionais, que evoluem com o tempo; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO que ao Estado incumbe adaptar as normas que regulam atividades especializadas à evolução da técnica, a fim de proteger a capacidade competitiva do País nos mercados internacionais; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO que, na colimação desses objetivos, é oportuno adaptar o direito de mineração à conjuntura; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

CONSIDERANDO, mais, quanto consta da Exposição de Motivos número 6-67-GB, de 20 de fevereiro de 1967, dos Senhores Ministros das Minas e Energia, Fazenda e Planejamento e Coordenação Econômica, (Redação dada pelo Decreto-lei nº 318, de 1967).

Observando as “preocupações” do governo militar expressas aqui na ementa da lei sobre as mudanças que o mundo passou a viver nos anos do pós Segunda Guerra, principalmente nos anos da Guerra Fria, seguramente o governo se refere à política com relação aos minerais radioativos e os minerais chamados de “estratégicos” que são aqueles que produzem ou são usados na produção de ligas metálicas, com vista a produção bélica, portanto cabe ao Estado como a própria norma jurídica diz: “*salvaguardar os superiores interesses nacionais*” novamente os interesses nacionais aparecem expressos como uma necessidade “urgente” de serem defendidos .

No quinto parágrafo, da citação anterior, o governo demonstra o seu reconhecimento para com os minerais, mas, define que precisa “adaptar” a legislação ao que ele chama de “evolução técnica”. Isso significa dizer para a realidade do território o garimpo serviu bem aos

interesses nacionais, mas em virtude de suas “características produtivas peculiares²⁵” ele não atende mais as demandas produtivas de um país em franco desenvolvimento, com características definidas para prover de matéria-prima sua indústria de base e indústria de bens duráveis, portanto o garimpo manual perde sua importância estratégica.

3.4 O Fim do Garimpo Manual na Província Estanífera de Rondônia

A produção de certo modo obedecia a um processo que estava muito mais ligado ao sistema produtivo do seringal do século XIX, do que de uma empresa mineradora do século XX, com quadro técnico, com uma produção sistemática baseada numa estrutura que possibilitasse seu funcionamento sem interrupções. As tradições do seringal guardavam sua importância dentro do contexto do controle social (Hobsbawm), ligadas à perspectiva do imaginário da sociedade, como até aqui já citados.

A produção de cassiterita em Rondônia passou a ter um destaque que deixou a escala da produção regional e Nacional, inserindo o Brasil no seleto grupo dos países produtores de estanho, pelo fato do estanho ser uma *commodity*, e também ser instável com relação a eventos históricos como, por exemplo, a Guerra Fria. O seu preço no mercado fica sujeito as oscilações. Ser utilizada ainda na fabricação de soldas para aparelhos elétricos e eletrônicos, além de revestir chapas e objetos metálicos tornando estes resistentes à oxidação, contando ainda com o seguimento da indústria de alimentos, que utilizam a folha de flandres que possui revestimento da liga de estanho para conservação do alimento e impedir a oxidação dos vasilhames feitos de lata.

Para a indústria mundial que vinha de um processo de crise, e que demonstrava potencial de crescimento com a ajuda dos países vencedores da Segunda Guerra, o Brasil já tentava vislumbrar essa possibilidade de crescimento (Bandeira), porém as crises políticas que o Brasil atravessou ao longo de duas décadas não o credenciava na visão dos organismos internacionais de crédito (Skidmore), para empréstimos que promovessem esse desenvolvimento, e somente com o regime militar “ironicamente” essa confiança foi alcançada com os organismos internacionais de crédito. O regime militar torna o país “politicamente

²⁵ Essas características produtivas peculiares de que falamos, é a forma sob a qual o garimpo se organiza do ponto de vista técnico, por exemplo: as relações de trabalho, o investimento em tecnologia que possibilite melhor aproveitamento da jazida, também com o investimento em tecnologia reduz exponencialmente os riscos de acidentes que em geral ocasionam invalidez permanente ou óbito. Grifo do mestrando.

estável” (Skidmore), do ponto vista dos organismos internacionais de crédito, a ponto de receber valores consideráveis principalmente dos Estados Unidos.

Mesmo aqueles grupos pioneiros que chegaram e estabeleceram sociedades com proprietários locais, tiveram certa dificuldade com a exploração dentro de uma escala industrial, isso pode ser explicado pelas mudanças de sociedades entre os sócios da Companhia de Mineração Jacundá e o Grupo CESBRA na época, conforme os Alvarás do DNPM e Escritura Pública da empresa aqui no Território. Em seu depoimento o senhor Eric da conta das relações entre o grupo representado por sua mãe e ele, e os seringalistas da região:

Em 62 quando minha mãe entrou, entre 62 e 63 que a empresa fez acordo com Torquato dos Santos Reis, era um seringalista que, encontrou a cassiterita botou garimpeiro para trabalhar e começou a se meter na exploração da maneira que se fazia na época que era os seringueiros que catavam a cassiterita e entregavam para o seringalista que vendia para nós. Ai minha mãe chegou um momento que o Torquato tinha comprado muita cassiterita dos seringueiros, nem seringueiros eram, eram garimpeiros mesmo, que não tinha condições de trazer o metal para o barracão central ai às vezes comprava duas vezes a mesma cassiterita, ai ele se viu perdido e ele propôs para a empresa fazer um acordo, ai a empresa indenizou ele, comprou a cassiterita que estava espalhada, juntou e tudo. (CHAMPEAUX, 2013, p. 02).

Para o grande Capital a fase de “inocência” já havia passado, erros primários no processo produtivo, investimentos mínimos para assegurar prejuízos mínimos, relações de trabalho grotescas que também atrapalhavam no processo produtivo logo ficariam para trás. Em um estudo realizado no início da década de 80 Santos nos esclarece:

A descoberta de cassiterita em Rondônia, no início da década de 50, motivou uma “corrida” de garimpeiros para as ocorrências do território, persistindo essa situação até início dos anos 70, quando o governo federal interveio no problema a fim de preservar e possibilitar um aproveitamento mais racional desse patrimônio mineral. A suspensão da garimpagem – apesar de muita expectativa em contrário – possibilitou não só o aumento da produção como também a ampliação das reservas. Hoje, a Província Estanífera de Rondônia detém quase 70% das reservas brasileiras conhecidas, da ordem de 100 mil toneladas de estanho contido. (SANTOS, 1981, p.143).

Os dados apresentados pelo estudo dão conta da migração, da produção e sua importância, bem como do destaque que o Território passa a ter em função da cassiterita em relação as reservas e a produção nacional. Fala também sobre a “*expectativa em contrário*”, que podemos explicar melhor, pois é um pequeno detalhe no estudo de Santos e que não se pode deixar passar. Tudo conspirava para o fim do garimpo manual principalmente por se tratar de uma política de estado que Castelo Branco havia adotado pensando em contribuir, com matéria-prima para o poderio estadunidense, colaborando de maneira expressiva nos acordos econômicos que favoreciam muito mais os norte-americanos do que os brasileiros (Bandeira), mesmo assim o governo brasileiro pensava estar sendo beneficiado.

Primeiro, pelo fato de receber investimento maciço dos Estados Unidos segundo, no contexto da Guerra Fria, estava colaborando para aniquilar a ameaça comunista já que conforme o pensamento do governo de competir com os Estados Unidos seria uma política equivocada, pois assim o Brasil estaria enfraquecendo o esforço americano de combater tal ameaça.

Não significa dizer que não houve uma reação por parte dos garimpeiros e de pessoas que se prestavam ao papel de defendê-los. Essa seria a *expectativa em contrário*, pressionar o governo para voltar atrás em sua decisão expressa pela Portaria 195/70 do DNPM, revogando dessa maneira a portaria que proibia a garimpagem, devolvendo os vários empregos que o governo tinha acabado de tirar de centenas de trabalhadores.

Não se pode contrariar que havia um forte apelo ideológico nesse pensamento e ao mesmo tempo ele era uma realidade. Claro que quem se prestava a esse papel tinha como principal preocupação os dividendos políticos que poderia conseguir. Esse é o contexto político, que apresenta Jerônimo Santana, advogado, filiado ao MDB, adido defensor dos garimpeiros e Deputado Federal pelo seu partido. As reações na época também eram entendidas ou confundidas com movimentos de resistência ao Regime Militar, e projetou politicamente entre outros o deputado Jerônimo Santana do MDB-RO²⁶, que mais tarde se tornaria Governador do Estado de Rondônia e era declaradamente “defensor dos garimpeiros”. Com um discurso acalorado num tablôide de época chamado Opinião ele é incisivo:

A portaria 195/70 nada mais fez que transferir para as mãos dos grupos mineradores estrangeiros – Antenor Patinõ, National Lead, associado ao Itaú, Brascan, Penarroya e outros – a incumbência do garimpo e seus lucros fabulosos, instituindo o garimpo assalariado, que a lei brasileira não prevê e nem permite. Segundo o deputado Jerônimo Santana, essas empresas estrangeiras e nacionais não cumpriram nenhum dos pressupostos do Artigo 78 do Código de Mineração, para poder fechar o garimpo de cassiterita, “nem fizeram o respectivo processo administrativo que daria ensejo à edição da portaria”, motivo pelo qual a proibição “é arbitrária e prejudicial aos interesses econômicos da região”. (OPINIÃO, 1975, p.158).

O Governo Federal representado nesse momento por uma ditadura militar, decide acabar com a garimpagem manual, não pela a produção Manual a céu aberto ser pequena, já que os números que foram apresentados até aqui dão conta de que o garimpo tornou o Brasil grande produtor a ponto de pensar em exportação. Também não acaba com o garimpo em razão

²⁶ O fechamento do garimpo manual trouxe como consequências a desestruturação da economia regional e o fortalecimento da oposição política encabeçada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) contra a situação governista, liderada pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Dentre os grupos econômicos transnacionais beneficiados pela proibição do garimpo manual de cassiterita destacam-se: Brumadinho, Patinõ, Brascan e Paranapanema. 14/11/1975. (Jornal Opinião, 1975, p.158).

dos danos ambientais que foram causados ou que poderiam causar e que nesse quase sempre são irreparáveis. Muito menos pelo grau de insalubridade que a atividade de lavra impõe aos seringueiros tornados garimpeiros e garimpeiros de ofício, os valores pagos aos garimpeiros na forma de salários se é que recebiam salário, posto como já foi mencionado que muitos desses garimpos conservavam as relações de trabalho do seringal de maneira que em alguns casos o trabalhador jamais recebeu em espécie o valor do seu trabalho.

A transferência da lavra manual para a lavra mecanizada, só poderia ser justificada por parte do governo pelos argumentos expressos no parágrafo anterior. Mas o pano de fundo nessa questão é o melhor aproveitamento das jazidas no sentido de evitar o desperdício do minério que ocorria de maneira inevitável na lavra manual, esse era o elemento técnico que era apresentado com vista para aperfeiçoar o processo produtivo. Assim torna-se óbvia a questão, para que possa compreender as contradições que serão geradas a diante. Santos, procura demonstrar que a atitude do governo em suspender o garimpo, foi uma decisão acertada porque não só aumentou a produção (os números que ele utiliza no estudo são do DNPM) como também ampliou o número de reservas.

A manobra realizada pelo governo na época por meio da legislação é também muito interessante. Primeiro porque não cassa os Alvarás de ninguém, pelo menos dos processos que se teve acesso no acervo do Tribunal de Justiça de Rondônia. Isso pelo fato de que o requerente deveria ser sócio majoritário ou sócio da empresa. A legislação foi alterada para que a garimpagem manual fosse encerrada e tecnologia fosse utilizada para o processo da lavra industrial.

O que ocorre é o seringalista, agora proprietário ou sócio de mineradora, está sendo expurgado pelas forças do grande capital, simplesmente porque não possuía capital suficiente para tal empreendimento, e assim ele não poderia lançar mão das exigências do Governo Federal que se fazia representar pelo novo Código de Minas, que determina como dito antes sobre o uso de tecnologia para lavra industrial.

Como foi citado, no discurso do deputado Jerônimo Santana do MDB, a portaria criou uma expectativa negativa nas centenas de trabalhadores que perderam o meio de sustentar suas famílias, mas, que ao mesmo tempo o garimpo assalariado permaneceu. O discurso do deputado não trouxe de volta o garimpo manual com a configuração que ele pedia em seus discursos. Mas, rendeu ao deputado a “gratidão” do garimpeiro eleitor e sua projeção política.

Outro ponto importante é que os discursos do deputado não servem de “conselhos” para o governo, porém eles “acendem uma luz” indicando que o governo precisa melhorar essa relação estabelecida entre ele e os grupos financiados pelo grande capital estrangeiro, já que essa relação não foi construída no Território, sendo esta construída de cima para baixo. São as sutilezas do capitalismo que aparentemente não demonstram truculência, violência e medidas arbitrárias, mas, que são características de um regime de exceção.

3.5 A chegada dos Grupos Multinacionais e O Milagre Econômico

Os autos processuais 1981/60 que contém o contrato de fundação da Mineração Jacundá Ltda., nos dão conta de que a empresa foi criada na cidade de Manaus em 15 de Junho de 1960, por sete seringalistas entre eles um empresário conhecido e bem sucedido da época chamado Issac Benayon Sabbá. Conforme já sabemos, o trabalho de garimpagem pela empresa é iniciado um pouco antes de sua fundação, até que os interessados na garimpagem na época se mostrassem seguros com relação à potencialidade das reservas, e que até o presente momento não havia confirmação nem do número de reservas e muito menos da capacidade produtiva, de modo que investir na produção sem ter certeza de retorno era um risco que os “donos de mineradora” que outrora eram seringalistas não gostariam de correr.

Desse modo problemas financeiros dificultam a permanência dos sócios, que não veem outra saída senão vender suas cotas, conforme depoimento de Eric Champeaux:

Bom esse Issac I. B. Sabbá se interessou, eu não sei como que com sete seringalistas de Rondônia ele conseguiu formar a Mineração Jacundá Ltda com sede em Manaus para explorar cassiterita em Rondônia, tem lá em Santa Bárbara, tem escritura de fundação, pelo andar da carruagem você tem uma escritura também de que seis seringalistas se retiraram e só Raimundinho ficou. Em 1965 seis dos sete seringalistas se retiraram da sociedade foram substituídos pela Ferro União - FERUSA que trouxe outro método de relacionamento empregado e empregador, para você que se interessa pela parte humana da coisa, é eles que trouxeram mas, também em 65 a Companhia Estanífera do Brasil já estava aqui. (CHAMPEAUX, 2013, p. 02).

O próprio relacionamento empregado e empregador já mencionado algumas vezes no texto e dito por Champeaux, cria para os seringalistas um problema de ordem financeira, os custos para produção passavam por obrigações trabalhistas nunca antes observadas por esses padrões. Vejam que ele diz: *outro método de relacionamento empregado e empregador*, o trabalho de garimpagem é extremamente insalubre.

É necessário a partir do fechamento do garimpo manual, os investimentos conforme já citados em tecnologia e principalmente mão de obra qualificada. Não seria possível atrair tal força de trabalho sem contrapartida da empresa, e essa contrapartida não era apenas salário.

É preciso compreender que a entrada de empresas como a FERUSA, no lugar dos seis seringalistas ficando somente Raimundo Cavalcante e Issac Benayon Sabbá não tornou as relações trabalhistas de excelência em pouco tempo, tanto que isso é utilizado como argumento pelo deputado Jerônimo Santana para questionar o papel social que as mineradoras deveriam assumir e que até a aquela presente data em nada havia melhorado as condições de trabalho da mineração, e perdurando ainda a condição de garimpo só que agora assalariado.

Com a saída de Issac Benayon Sabbá I.B. Sabbá & Cia. Ltda, em 1974 transferindo 60% de sua cota para o grupo BRASCAN, a situação da Mineração Jacundá foi alterada em parte. Ela não abandona seus métodos de pesquisa e de lavra considerados rudimentares, mas algumas mudanças podem ser percebidas, tanto no depoimento de Carlos Dantas como no depoimento de Eric Champeaux. Carlos Dantas dá uma visão técnica das mudanças no que se refere a produção, a utilização de tecnologia estrangeira e mecanismo de melhor aproveitamento das jazidas. Como se observa abaixo:

Então através de compra de grupos geradores, implantação de sistema. Bem, isso perdurou até 1979/80 foi quando foi instalada a primeira planta pra se trabalhar com cassiterita em rocha dura no Brasil, certo?

Até então nunca se tinha feito lavras de cassiterita em rocha dura, só em reservas aluvionares, reservas de aluvião e o fato interessante é que já pro final da década de setenta, isso ai eu já acompanhei, isso foi de setenta e nove pra oitenta, é que as pesquisas, elas eram feitas praticamente só nos leitos dos igarapés, à uma profundidade de dez metros geralmente não se passava disso certo? Ou se passava era muito pouco, se passava mais por uma questão do embasamento da região, embasamento cristalino. Quer dizer a parte rochosa.

A separação em termos de tamanhos, de partículas, a granulometria que entrava era separada manualmente. Você tinha uma grelha fixa. O material era jogado contra essa grelha e ali tinha uma pessoa com um gancho que ia tirando as pedras maiores, entendeu? As maiores em torno de três quarto, uma polegada em torno de dezenove, vinte e quatro milímetros, era o que alimentava os jigues. Isso tinha um problema muito grande porque dentro do aluvião, dentro da camada de cascalho você tem as vezes partícula de minérios incrustada no material, no rejeito, e, como não tinha nenhum processo de cominuição, um processo de britagem, de moagem, isso era perdido. Perdia-se. (DANTAS, 2001, p.03 e 04).

Dantas explica algo de grande importância, no que refere as jazidas, e que faz toda a diferença com relação às sociedades e os investimentos, que ocorreram ao longo das duas décadas. As reservas de aluvião são reservas de sedimentos depositadas nos leitos dos rios e igarapés da região e não se tinha uma certeza com relação à capacidade de produção, ao caráter

quantitativo das reservas, pelo menos não ainda e isso deixava possíveis investidores em estado de cautela. A diante Dantas continua e conclui:

Em 1979 foi instalada a primeira planta, entre 77 e 78 foi descoberto que o morro era mineralizado. Que todo aquele minério que tinha na parte de aluvião tinha sido originado daquele morro ali. A reserva primária onde realmente aconteceu a formação do minério, e, com a erosão ele foi depositado no leito do Igarapé. Foi uma descoberta, digamos para o processo de desenvolvimento técnico da lavra e beneficiamento da cassiterita, foi um fato marcante na época.

Então se fez pesquisas, a empresa na época, tem até um fato interessante a empresa contratou um avião Boeing, de São Paulo pra trazer exclusivamente sondas rotativas. Não eram mais sondas manuais, porque até então só usava sondas manuais. Eram sondas de grande porte e fabricação, uma das sondas, era sonda “DEARCORE”, e isso foi um fato que marcou muito né, contratou um Boeing, trouxe na época três sondas pra sê fazer, exclusivamente esse trabalho. Então foi feito, foi um trabalho que deu resultado era uma jazida de porte razoável. (DANTAS, 2001, p.03 e 04).

A sua narrativa apesar de ser técnica tem um equilíbrio e uma lógica que se vincula à época, e principalmente no que refere ao estudo de Santos, a escritura pública da Cia. de Mineração Jacundá Ltda e o depoimento de Champeaux. As mudanças são muito mais perceptíveis do ponto de vista das técnicas de lavra manual para a utilização de tecnologias mais avançadas para a lavra industrial, do que propriamente na melhoria direta das condições do trabalhador que em conformidade com os documentos de época e depoimentos não aparece antes do ano de 1970. Isso ocorre em parte pelo caráter das relações de trabalho estabelecidas na Amazônia do tempo dos seringais e de seus “coronéis de barranco”.

Entretanto, é significativo dizer que os trabalhadores passaram seguramente a ter condições mais adequadas de trabalho. Primeiro porque o governo por meio do Código de Minas exigia que qualquer empresa brasileira ou estrangeira (no caso de estrangeira deveria possuir acionistas brasileiros) deveria ter registro de suas atividades na localidade, ou seja, era obrigatório que a empresa fundasse uma filial no Território. Segundo, a empresa tinha a obrigação de cumprir a legislação trabalhista, isso implicava em pagar os encargos sociais, o registro adequado em carteira assinada, normas de segurança que deveriam ser obedecidas, bem como condições mínimas de vivência, higiene, saúde e alimentação. Segundo Champeaux:

Em 1965 a Companhia Estanífera do Brasil já estava aqui. Nós pagamos uma pessoa em Manaus para recolher o INPS na época, não tinha INPS em Rondônia, nós pagamos uma pessoa em Manaus para fazer nosso recolhimento e nós financiamos casa para nossos funcionários depois de um certo tempo conseguiam fazer financiamento pagavam em um ano, dois anos, nós já tivemos um relacionamento completamente diferente, nós criamos uma obrigação que tinha hora para entrar, tinha para sair, tem repouso, essa coisa toda que não existia porque ninguém tinha trazido e também não interessava a ninguém na época. Era um relacionamento completamente diferente do seringalista com o seringueiro, era um relacionamento por produção. (CHAMPEAUX, 2013, p. 03).

Como não havia nenhuma cidade próxima (a mais próxima era Porto Velho a 115 quilômetros) as empresas se viram obrigadas a construir alojamentos, refeitórios, instalar sinal de rádio para comunicações. Champeaux sobre as dificuldades de transporte na região afirma:

Ai é que minha mãe entrou, para tomar conta de Santa Bárbara quando ela chegou lá não tinha nada, tinha um barracão central e casa dos garimpeiros isso que era o acampamento, eu fui a Santa Bárbara, na época a primeira vez quando eu fui em 1962 eu fui em lombo de burro, a BR só estava aberta e tinha as duas balsas Jamari e São Pedro e fui da BR até o Acampamento de Santa Bárbara onde estava minha mãe, 15 quilômetros em lombo de burro, saia cinco, seis horas da manhã avisava minha mãe pela Rádio Caiari que era a maneira de se comunicar, avisava para ela mandar os burros para a boca que era o entroncamento das vias aí quando nós chegamos, se tudo corresse bem, mais três horas de lombo de burro a gente já estava no acampamento, aí a gente almoçava aí logo em seguida tinha que pegar os burros de volta, para voltar no mesmo dia, porque a balsa não funcionava a noite toda. Minha mãe não encontrou nada lá, então o que aconteceu: começou a fazer cozinha, começou a fazer barracão para ter lá refeitório, ter almoxarifado, tudo barracão de madeira, eu tenho algumas fotografias da época, eu tenho até visita de ministro. (CHAMPEAUX, 2013, p. 04).

Se possíveis investidores locais que conheciam a região, (apesar de que provavelmente muitos também não conheciam absolutamente nada sobre minério), tinham preocupação com investimentos sem a certeza de retorno lucrativo, assim é possível compreender porque estrangeiros apenas observavam com interesse, mas não se antecipavam com algum investimento no setor.

Então o que aconteceu foi que o Patinõ, um boliviano comprou a Companhia Estanífera do Brasil, e da MIBRASA e parte que era da Jacundá através da BRASCAN apesar de ser minoritário, então resolveu juntar as duas, o Patinõ resolveu juntar as duas e fazer uma Jacundá só. É por isso que para você Santa Bárbara pertence a Santa Maria, Santa Maria pertence a Santa Bárbara mas isso só foi depois que o Patinõ juntou as "farinhas", as "farinhas" eram independentes, nasceram duas empresas completamente independentes, até concorrentes. (CHAMPEAUX, 2013, p. 04).

O Brasil recebeu uma grande quantidade de investimentos nos anos do chamado “milagre econômico”, mas o Brasil também concedeu muito de sua capacidade produtiva para grupos estrangeiros, ao invés de financiar o aparelhamento da indústria mesmo que isso ocorresse com o uso de capitais estrangeiros, houve uma preferência em conceder os direitos de exploração mineral na região para Multinacionais de vários países que compunham o bloco capitalista. De certa forma isso gerava uma contradição no discurso ideológico do regime militar, conforme Bandeira comenta:

O que importava, fundamentalmente, ao nacionalismo-autoritário não eram os meios e sim os fins, ou seja, o desenvolvimento a qualquer preço, de modo que o Brasil se transformasse em grande potência, no mais curto espaço de tempo. O excesso de disponibilidade de capitais no mercado de euro-dólares, como ocorreu a partir de 1971, favoreceu o governo Médici. (BANDEIRA, 2011, p.172).

A princípio imagina-se uma política totalmente subserviente aos interesses do grande capital expressos pelos Estados Unidos. A verdade é que o Brasil não possuía capitais privados

e muito menos públicos para investir no setor se for considerar o uso de tecnologia para melhor aproveitamento da produção mineral. O desenvolvimento da tecnologia para o setor o Brasil não possuía, no máximo o que poderia ser feito era a mão de obra qualificada de engenheiros de Minas e Geólogos estrangeiros, e métodos rudimentares de lavras, e isso foi feito. As relações econômicas do Brasil com os Estados e com os países vizinhos sofrem uma alteração positiva. O Brasil planeja ampliar suas relações comerciais fora do continente com África e Oriente Médio, conforme Bandeira afirma:

O Brasil exportava cada vez mais para a América Latina – e se empenhava em abrir os mercados da África e do Oriente Médio – manufaturados, capitais e serviços, competindo com os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, aos quais continuava a vender, principalmente, produtos primários, tais como café, soja, milho, minérios etc. Esse papel intermediário entre as velhas potências capitalistas do Norte, com as quais aprofundava os vínculos econômicos e financeiros, e as nações em via de desenvolvimento do Sul, cujos mercados disputava, determinou, em larga medida, a ambiguidade da política exterior do Brasil, durante o governo Médici, e o caráter contraditório de suas relações com os Estados Unidos. (BANDEIRA, 2011, p. 173).

Para concluir o pensamento Bandeira esclarece:

O que então o Brasil pretendia não era propriamente a mudança da ordem capitalista e sim de sua posição relativa na hierarquia dos poderes. Era alterar a correlação de forças, dentro dos marcos estruturais do sistema capitalista, de sorte que pudesse alcançar, em virtude do rápido desenvolvimento econômico e por meio do progresso científico e tecnológico, a condição de grande potência, que a vastidão do seu território e sua massa demográfica viabilizavam. (BANDEIRA, 2011, p. 174).

Foi uma escolha política que o governo militar fez naquele momento, e que alterava um pouco o “tom” das relações entre Brasil e Estados Unidos. Colocando o Brasil em uma posição de destaque em relação aos vizinhos de continente, o que para o governo brasileiro credenciava o país pleitear a condição de líder regional, tendo apenas que prestar contas aos Estados Unidos e as demais potências do bloco capitalista. Não impedia o desenvolvimento das ações pensadas pelo regime militar. Essas relações econômicas descritas por Bandeira iram aquecer também o mercado do Estanho que na época é utilizado em larga escala na fabricação de latas para embalagem e solda eletrônica.

Quando os grupos interessados na exploração da cassiterita tiveram confirmação do potencial das jazidas descobertas, da viabilidade econômica por conta dos investimentos e encargos, todo o cenário já estava preparado, os garimpos foram assumidos por esses grupos que de acordo com seus capitais investiam maior ou menor volume de dinheiro em tecnologia, infraestrutura para a logística e uma estrutura administrativa que possibilitassem condições fundamentais aos trabalhadores. Não por acaso a Mineração Jacundá Ltda foi vendida, comprada, vinculada a outras empresas, como ocorre em qualquer negócio, mas é perceptível

e significativo dizer que é justamente nos anos do milagre econômico que a Mineração Jacundá inicia seu processo de ascensão.

A Mineração Jacundá Ltda, será uma balizadora nessas relações entre patrão e empregado, conforme dito por Champeaux em uma citação anterior, a empresa financiava casas para seus funcionários. A partir da entrada de empresas canadenses, estadunidenses e francesas, há a construção de vilas com casas que possuíam mobília e um padrão que correspondia ao nível funcional. Alojamentos para solteiros que também correspondiam ao nível funcional:

Ai a Estanífera trouxe justamente esta parte humana, com o desenvolvimento da atividade, o mercado estanho permitiu que ela fizesse os acampamentos em Santa Bárbara, o acampamento melhorou mesmo quando entrou a GRACE na MIBRASA, ai eles trouxeram uma draga dos Estados Unidos.

A GRACE que construiu o então acampamento que você conheceu em 1986, em tijolo, com a cantina, com tudo isso. O Conjunto MIBRASA e Jacundá chegou a ter mais de dois mil empregados dos quais quase mil tinha família você deve ter conhecido isso, tinha muita gente mesmo. Mais de dois mil empregados, você não percebia muito porque uma parte era da Geologia parece que uns quinhentos e eles viviam no mato. Quando vinham do mato eram para as folgas, mas os acampamentos eram grandes, precisavam de administração, e como todo acampamento precisava de água, esgoto, serviço sanitário borrifação contra a malária, Santa Bárbara chegou a ter três a quatro médicos concomitantes, ter hospital mesmo para internação e tudo, até parto, mas não fazia cirurgia. (CHAMPEAUX, 2013, p.05).

Com as descobertas das jazidas, os investimentos que anteriormente tinham sido cobrados por políticos locais, de fato começam a ocorrer, porém eles não acontecem em função das demandas locais. Os investimentos em tecnologia como já dissemos precisavam antes de tudo de mão de obra qualificada, que o Brasil não possuía em quantidade suficiente para suprir o setor. Os poucos brasileiros com formação técnica para as funções de segundo escalão dentro de empresas de mineração foram absorvidos pelo mercado em crescimento, sobretudo para a produção e gerência operacional. Assim as empresas se viam obrigadas a contratar para alguns de seus quadros trabalhadores com nível superior até mesmo com pós-graduação para compor seu Staff e que em sua maioria não eram brasileiros.

A mineração só se instala quando tem uma reserva cubada eles sabem quanto vai ganhar e eles sabem quanto tem que investir dentro desses investimentos tem esse apoio ao trabalhador e na época não existia aqui essa mentalidade, ai surgiu a Oriente Novo a Paranapanema que também não tinham essa mentalidade, mas tiveram que se adaptar porque se não tinham empregados. (CHAMPEAUX, 2013, p.05).

Um “certo conforto” em um setor de mineração, com os recursos descritos por Champeaux eram necessários porque não conseguiriam contratar e manter alguém trabalhando em condições insalubres apenas em troca do salário, principalmente os trabalhadores do primeiro e do segundo escalão da empresa, mas essa postura foi apenas porque a cotação do Estanho na LME (a Bolsa de Cotação de Metais em Londres) era favorável naquele momento.

Investimentos de tal magnitude em lazer, educação, saúde, moradia, mercado com produto a preço de custo, só pode ser justificável pelo lucro superior ao investimento.

A mineração de cassiterita no formato escolhido pelo governo federal, que foi a Lavra Industrial, mesmo contrariando interesses locais, gerou inúmeros empregos formais, possibilitou uma maior organicidade do processo produtivo nesse setor. Trouxe a contratação de serviços terceirizados para outras empresas que também contratavam os seus trabalhadores com carteira assinada. Também conseguiu evitar alguns problemas que são gerados pela existência do garimpo como: drogas, prostituição e violência, pelo menos dentro dos setores de lavra que a empresa possuía concessão. Esse nível de segurança que era mantido pela empresa por intermédio de sua segurança patrimonial tinha como objetivo evitar invasões para retirada clandestina do minério, proteger equipamentos e instalações da empresa, e manter uma velada tranquilidade no acampamento.

A empresa não conseguiu absorver toda a mão de obra que foi descartada com o fim do garimpo. A história oficial conta que os garimpeiros foram retirados em caminhões caçambas, aviões da força aérea que se encarregaram de levá-los de volta aos seus estados de origem. Algumas centenas não embarcaram, e nas proximidades onde hoje é Itapuã do Oeste, os garimpeiros “despejados” se abrigaram, esses estavam literalmente à margem da rodovia BR 029, futura BR364. Estava surgindo uma rivalidade local entre Itapuã do Oeste e a “Mineração Jacundá” que ocorre em consequência das lutas entre os trabalhadores e as forças do capitalismo.

4. OS PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL PARA O TERRITÓRIO

4.1. A Pavimentação da BR 364 e Construção UH de Samuel

Durante os anos que antecederam o período do chamado milagre econômico, e durante esse período mesmo com uma produção de cassiterita a nível industrial, com uso de tecnologias, melhores condições de trabalho, respeito à legislação trabalhista e a legislação específica que regulava a atividade do setor, faltava algo que cabia ao Estado.

A rodovia BR 364 que teve abertura no governo de JK, tinha como uma de suas principais funções o escoamento da produção de cassiterita da Província Estanífera de Rondônia, esta continuava sem pavimentação fato que de certo modo atrapalhava o transporte tanto de mercadorias do Território Federal de Rondônia como também de mercadorias e gêneros de primeira necessidade vindos do Centro-Sul do País principalmente entre os meses de outubro a março, período conhecido na região como inverno amazônico.

De certa forma é intrigante pensar por qual motivo o Estado não pavimentou a BR 364, nesse período, sabendo da importância que tal investimento teria no sentido de melhorar o setor de mineração que nesse momento já possui não apenas a Mineração Jacundá, mas também outras empresas com uma “estrutura” parecida. As empresas já tinham como responsabilidade abrir e manter a conservação de estradas vicinais dentro dos setores de lavra e desses setores até as rodovias principais. Mas daí a também se responsabilizar pela manutenção e conservação de uma rodovia federal, certamente isso não fazia parte dos planos das empresas de mineração.

Então é possível tentar entender que o Estado brasileiro mesmo quando se interessa por um setor econômico como a mineração, por exemplo, possui limitações que a princípio não são apenas de ordem financeira. Ele, o Estado, não fomenta e não investe em infraestrutura e logística, embora em discurso proferido na Companhia Siderúrgica Nacional pelo então Presidente da República General Emilio Garrastazu Médici ele disse justamente o contrário. Ele se compromete e afirma:

No ano da indústria, não poderia haver local mais propício para o primeiro pronunciamento do Governo do que a extraordinária Volta Redonda, pujante centro de produção de aço, o qual, segundo um grande historiador, marca a civilização moderna e é um dos indicadores de um povo.

A ação de meu governo no campo industrial alicerça-se na ponderada distribuição das responsabilidades pelo nosso processo de desenvolvimento. Ao empresário cabe identificar as oportunidades de investimento e decidir sobre a execução dos necessários projetos. Ao Governo compete criar as condições que permitam, em termos de infra-estrutura econômica e de investimentos adequados, a transformação dos projetos em realidade. (MÉDICI, 1971, p.41-42).

Tanto a população do Território quanto os empresários do setor de mineração de cassiterita “amargaram” da segunda metade da década de 60 até início da década de 80 as dificuldades impostas pela rodovia, sem que a pavimentação da BR 364 fosse executada, não dando a devida importância para a região e para a atividade econômica que naquele momento era vital para a sobrevivência centenas de famílias. O discurso de Médici ocorrido em 1971 não condiz com a realidade do Território até início da década de 80, quando a pavimentação da rodovia torna-se realidade, mas por outro motivo que o governo militar considera ter maior importância naquele momento, são os projetos de assentamento agrário que movimentam centenas de famílias para a Amazônia por meio de uma propaganda oficial.

A produção de cassiterita que seguramente tinha dificuldades de ser escoada pela rodovia em virtude de suas condições de trafegabilidade, o peso e do contingente de caminhões que compunham o comboio até Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. No depoimento tanto de Dantas como Champeaux eles mencionam que a empresa tanto transportou equipamentos pesados: Sondas, por exemplo, como também cassiterita utilizando aeronaves como Boeing 737, certamente isso não se devia meramente por “capricho” da empresa.

Além disso, tínhamos também um processo desencadeado pelo próprio governo que incentivava a vinda para o Território de famílias que haviam perdido suas terras em virtude de conflitos agrários no Sul e Sudeste do País, essas famílias se deslocavam para os grandes centros gerando novos conflitos na área urbana, o regime militar ao invés de resolver as questões ligadas ao campo e a zona urbana, prefere então “escalar e transferir” responsabilidades. O governo militar imagina que deslocando essa massa populacional de regiões de conflito agrário e grandes cidades ele irá resolver vários de seus problemas, inclusive o desemprego para a massa populacional. No discurso de inauguração da BR 364 no trecho de Cuiabá – MT, o Presidente da República João Baptista Figueiredo disse:

A construção da BR-364 obedeceu a uma visão do significado de uma rodovia. Não construímos apenas uma estrada. Criamos no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE – uma estrutura integrada de apoio ao desenvolvimento, de que a BR-364 é a espinha dorsal. Assentamento de agricultores, regularização fundiária, projetos de colonização, rede escolar e sanitária, assistência técnica rural, abastecimento de água e energia elétrica deverão complementar-se num conjunto harmônico, em que o desenvolvimento econômico e social assume seu pleno valor humanista. Não descuidamos a perspectiva ecológica, ciosos de preservar os equilíbrios regionais, nem o respeito e o apoio às populações indígenas, seguindo a tradição que honra a memória do grande Marechal Rondon. A conclusão desta obra, em período de tantas restrições econômicas, demonstra o interesse prioritário de meu governo pelo desenvolvimento desta região e pela prosperidade e bem-estar dos seus habitantes. (FIGUEIREDO, 1984, p.137-138).

Por meio de financiamento do Banco Mundial o Governo Federal cria por meio do Decreto-Lei nº 86.029 de 27 de Maio de 1981 que “*Dispõe sobre a criação do Programa*

Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE²⁷”, que prevê entre outras coisas: infraestrutura para os assentados, agrovilas contendo casas, escola, posto de saúde, posto telefônico, posto do correio, etc. Essas agrovilas contariam com comércio para aquisição de ferramentas, provisões, objetos de uso pessoal. Embora em algumas propagandas do governo apareçam aeronaves trazendo ferramentas e recursos materiais para que o agricultor possa realmente sobreviver de forma digna na floresta, grande parte desse projeto audacioso de ocupação foi um grande fracasso.

O POLONOROESTE também não foi tão desastroso assim, na realidade ele conseguiu parte de seu objetivo e deixou o seu legado que foi a pavimentação da BR 364, conforme discurso proferido em Porto Velho – RO por ocasião da inauguração da pavimentação da BR 364 pelo então Presidente da República General João Baptista Figueiredo:

A conclusão desta etapa representa vital contribuição para o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE – a que meu governo atribui especial atenção e prioridade.

Imenso é o papel da BR-364 na integração de nosso Território e na aproximação com nações irmãs do Continente. Sua articulação com a Rede Rodoviária Nacional liga esta próspera região aos centros do sul do País e Manaus, no coração da Amazônia, e, mais ao norte, às fronteiras com a Venezuela e a Guiana, contribuindo para formar o Sistema Rodoviário Pan-Americano. A futura pavimentação do seu trecho final a levará, através do Acre, até os lindes com o Peru. O trecho Porto Velho-Rio Branco tem absoluta prioridade e caberá ainda a meu governo dar os passos decisivos para sua construção. (FIGUEIREDO, 1984, p. 141-142).

Esse não é o foco deste trabalho, mas compreende-se sua importância como parte do processo. Então é relevante comentar sobre alguns tópicos relacionados ao “fracasso da ocupação”. Primeiro o governo não conseguiu manter o controle migratório para região. Houve uma crise de demanda, o governo não contava com uma estrutura suficiente para poder “acomodar” todas as famílias que necessitavam de terra. Segundo, não houve um estudo prévio sobre a qualidade do solo para que de fato as famílias pudessem se instalar e estabelecer vínculo com terra, o que de certa forma resolveria parte dos problemas do governo, simplesmente porque os primeiros lotes distribuídos na região do Cone-Sul possuíam boa qualidade para agricultura familiar, de modo que se a terra corresponde às expectativas do agricultor e sua família ele em pouco tempo não teria necessidade de receber qualquer tipo de auxílio do governo. Já as terras a partir da região mais central do Território (Ji-Paraná) possuíam baixa produtividade, mas o Estado não se preocupou com a situação.

Já sabemos que a cassiterita não motivou o governo federal a realizar a pavimentação da BR 364, e sim o processo de colonização dirigido que o governo havia iniciado. Mas mesmo

²⁷ Ementa da norma jurídica citada Decreto-Lei nº 86.029 de 27 de Maio de 1981 que cria o POLONOROESTE. Grifo do mestrando.

assim os grupos de mineradoras que atuavam na região também foram beneficiados, tardiamente, mas foram beneficiados, principalmente porque nesse período o Brasil dominava o mercado do estanho e estava em destaque a nível mundial.

O presidente Figueiredo coloca sua preocupação com as restrições econômicas dizendo que a obra foi difícil de ser realizada por conta das adversidades econômicas que o País atravessa. Não é um discurso para que as pessoas sintam “pena” do presidente. O País de fato passa por recessão e uma dívida externa assustadora que ocorreu a partir do financiamento de vários projetos do Governo Federal, alguns que conseguiram algum êxito e outros nem tanto. Mas o peso e a responsabilidade de negociar recaíram nos ombros do próximo presidente, neste caso José Sarney. Neste contexto temos uma importante reflexão de Bandeira sobre o momento:

Apesar da dureza de seu discurso na abertura da Assembléia-Geral da ONU, Figueiredo não enfrentou politicamente o problema da dívida externa, quando Reagan visitou Brasília, em novembro de 1982. Não aproveitou o susto causado pelo colapso financeiro do México para negociar, naquela oportunidade, condições mais favoráveis ao Brasil. Ao contrário, sob influência do ministro Delfim Neto, optou pelo tratamento técnico, segundo as diretrizes do FMI e os interesses do capital financeiro internacional, aprofundando a recessão da economia e comprometendo, definitivamente, a continuidade de vários projetos de desenvolvimento, a começar pela execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. O arrefecimento (temporário) das controvérsias comerciais em torno dos subsídios e dos direitos compensatórios não representou um êxito de Figueiredo, pois interessava Reagan, naquele momento, que o Brasil aumentasse suas exportações para os Estados Unidos e obtivesse saldos positivos para manter o fluxo dos pagamentos da dívida externa. Reagan, com efeito, nada cedeu. Entretanto, a sujeição da política econômica e financeira do Brasil às conveniências dos Estados Unidos não superou – nem podia superar – os vários impasses que afetavam suas relações bilaterais. (BANDEIRA, 2011, p.233).

Muito embora o discurso de Figueiredo tivesse outra visão sobre a “potencialidade agrícola” fica claro que havia um total desconhecimento da realidade de Rondônia. É possível notar no trecho abaixo quando ele comenta sobre a fertilidade do solo de Mato Grosso e Rondônia:

Cruzando uma das mais férteis e dinâmicas regiões do País, seu papel no desenvolvimento econômico desta nova fronteira é inestimável. Por ela chegam os novos bandeirantes, que vêm regar com o seu suor as terras férteis do Mato Grosso e Rondônia. Ela escoará a valiosa e crescente produção destes Estados, que presenciam, hoje, um dos mais dinâmicos processos de crescimento em nosso País, a demonstrar a vitalidade de nosso povo e as ilimitadas potencialidades do Brasil. A abertura e pavimentação desta rodovia fizeram-se acompanhar de um pujante trabalho de regularização fundiária e assentamento de novos agricultores em toda região. Desde o início do meu governo, somente em Rondônia, mais de vinte e oito mil famílias receberam terras em projetos oficiais de colonização. No mesmo período, foram entregues mais de sessenta e quatro mil títulos de propriedade neste Estado, correspondentes a quase sete milhões de hectares de terras. (FIGUEIREDO, 1984, p. 142).

O que irá ocorrer a seguir será um êxodo rural para as agrovilas, que aqui foram chamadas de NUAR (Núcleo de Apoio Rural), essas pequenas vilas que foram pensadas em sua

maioria nos entroncamentos de Glebas com a Rodovia BR 364, vão sofrer inchaços com essa população se amontoando em cortiços e favelas nas periferias que surgiram. Essa população não podendo exercer a atividade agrícola, vão em busca de outra atividade, podendo ser inclusive a garimpagem ilegal.

Inaugurada a Rodovia BR 364, agora pavimentada para receber o “progresso”, faltava algo importante para consolidar esse progresso alardeado nos discursos de Médici e agora de Figueiredo: Energia elétrica é uma condição imprescindível para o desenvolvimento industrial. Se é de grande importância, como que as mineradoras conseguiram desenvolver seu processo produtivo. Grandes grupos geradores funcionando dia e noite em casas de força, com funcionários trabalhando em três turnos para energizar tanto as plantas como o acampamento. Claro que se está falando das condições das empresas de mineração.

Cidades mais antigas como Porto Velho e Guajará-Mirim, por exemplo, tinham fornecimento de energia racionado, dificuldades para manter energia de boa qualidade e fazer manutenção dos motores que possuíam. As demais cidades que estavam surgindo em virtude do crescimento populacional desencadeado pela colonização “dirigida” do Governo Federal não receberam a princípio a dádiva da energia elétrica, mas este tipo de energia fazia parte, entre outros, dos itens estabelecidos no POLONOROESTE e também estava presente no discurso político do comandante em chefe do País.

Estava claro que o governo precisava agir de forma mais “dinâmica” do que costumava falar em seus discursos, a maneira como a população local também se organizava para obter o mínimo de energia elétrica diário, criava certo constrangimento nas autoridades locais, essa “tensão social” chegou até o Governo Federal que decidiu em 1982 pela Construção da Hidrelétrica de Samuel²⁸. A Construção da Hidrelétrica não foi um projeto

²⁸O Rio Jamari nasce no sudoeste da Serra do Pacaás Novos, desembocando na margem direita do Rio Madeira, tendo como seus principais afluentes pela margem direita os rios Branco, Preto do Crespo e Quatro Cachoeiras e, pela margem esquerda, Massangana e Candeias. A montante de Ariquemes, o Rio Jamari é considerado um rio de planalto, com inúmeras cachoeiras. A jusante torna-se um rio típico de planície. Esta sub-bacia sofreu o impacto da construção da barragem de Samuel, nos anos 1980, para geração de energia elétrica. Ela recebe ainda drenagem de área de mineração de cassiterita e drenagem da região onde mais se utilizou DDT nos anos 80, visando à eliminação da malária que, apesar destes esforços, ainda é endêmica na região. A isso, se junta o fato de ser uma área fortemente impactada pela agropecuária. A construção da Usina Hidrelétrica de Samuel foi iniciada em 1982, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE). O barramento aconteceu em 1988 e sua operação comercial teve início em 1989, com o total enchimento do lago. A UHE-Samuel localiza-se a 52 Km da capital Porto Velho, e sua capacidade máxima de geração é de 216MW, destinando-se a abastecer o mercado de energia elétrica do Sistema Acre-Rondônia. Os Rios Madeira e Jamari têm grande significado econômico para Rondônia, não só pelo último ter sido represado para a formação da primeira usina hidrelétrica do Estado, a Usina Hidrelétrica Samuel, mas também por servir como importante via de transporte de passageiros e cargas na região compreendida entre os municípios de Porto Velho e Ariquemes. Com o traçado de seu principal curso d'água localizado a noroeste de Rondônia, a Bacia do Rio Madeira revela o desordenado processo de ocupação pelo qual passou este Estado a partir dos anos 70. Tendo sua bacia integralmente situada no território rondoniense, ela foi

isolado, obedeceu a um padrão de construção para a época e não foi a única a ser construída na Amazônia. Junto com a construção da Hidrelétrica de Samuel, houve no mesmo período a Hidrelétrica de Balbina e a Hidrelétrica de Tucuruí. Quando a usina Hidrelétrica de Samuel iniciou sua geração de energia, foi possível compreender a capacidade de geração de energia versus o dano ambiental causado pela extensão de seu lago. Mesmo no início das suas atividades de geração de energia, a hidrelétrica não conseguiu dar conta de abastecer a capital Porto Velho, e o todo o interior do Estado.

O Linhão construído a partir de 1993/94 que ligaria Porto Velho a Ji-Paraná ficou responsável, por parte da geração de energia elétrica para Ji-Paraná e algumas cidades do interior ao longo da BR 364. A Capital ficou com seu abastecimento energético a cargo de uma usina Termelétrica – Termonorte, localizada na Zona Rural da Capital Porto Velho.

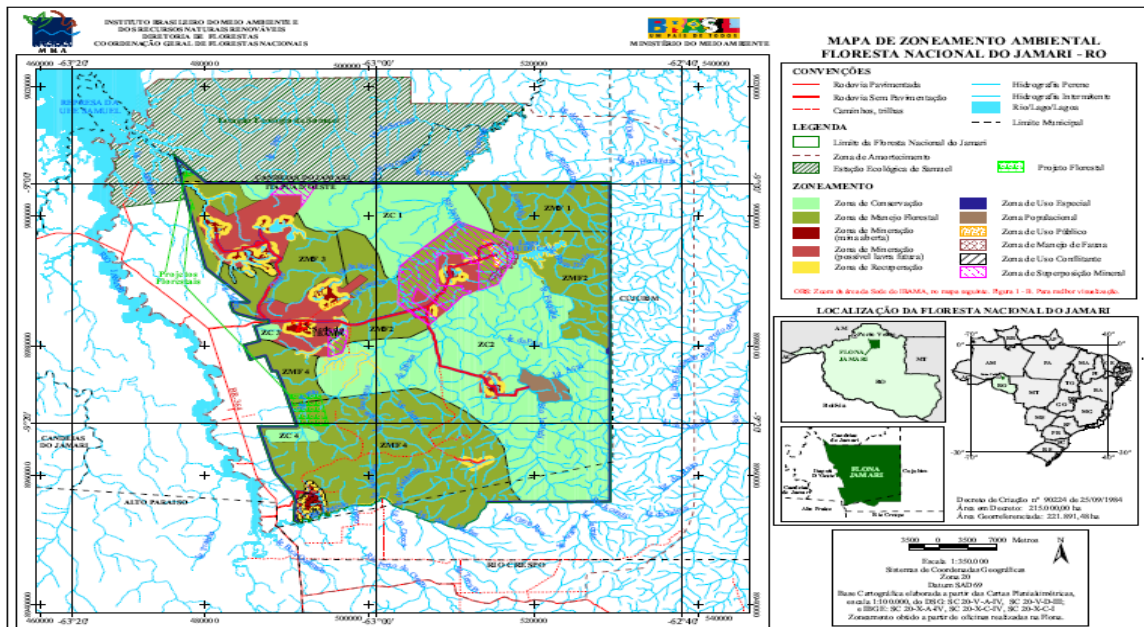
Essa situação se manteve até 2009, quando Rondônia passou a fazer parte do Sistema Nacional de Geração de energia elétrica, inclusive com absorção pelas Centrais Elétricas de Rondônia – CERON S/A pela estatal Eletrobrás.

Para Itapuã do Oeste o legado da Usina Hidrelétrica pelo menos a princípio foi ter suas terras agricultáveis alagadas de maneira irreversível, algumas indenizações que seguindo o modelo proposto pelo capitalismo nunca privilegia quem foi atingido, neste caso o agricultor e sua família. Isso sem falar na população urbana que por conta dos períodos chuvosos tiveram que conviver com frequentes alagações na vila, expondo a população a graves epidemias de

diretamente atingida pelas mais importantes formas de intervenção empreendidas pela União no oeste da Amazônia, a começar pela abertura da rodovia BR-364 (Cuiabá- Porto Velho), a construção da Barragem de Samuel e pela implantação da malha fundiária do INCRA para absorver as crescentes levas de migrantes que se deslocavam em direção à fronteira em expansão. A presença de uma rede urbana articulada em torno do eixo rodoviário da BR-364, e tendo como centros polarizadores a capital, Porto Velho, e o centro sub-regional de Ariquemes, estrutura os fluxos econômicos desta bacia a partir dos quais se projetam, dinamicamente, novas formas de apropriação e uso do território compreendido pela sub-bacia do Jamari. O crescimento desta região está associado, principalmente, com a decisão do governo federal, no final dos anos 1970, de abrir uma nova fronteira agrícola no Território Federal de Rondônia, como meio de ocupar e desenvolver a região. A migração intensa provocou, contudo, um explosivo crescimento populacional, particularmente na década de 80. Já o crescimento de Ariquemes (segunda maior cidade da sub-bacia do Rio Jamari, atualmente com 86.925 habitantes) ocorreu a partir de 1958 com a exploração da cassiterita (minério de estanho). A isso foi somada a implantação dos Projetos Integrados de Colonização do INCRA, em 1970. Atraíu-se, assim, o fluxo migratório de pequenos produtores da região Centro-Sul do País, que se dedicaram à agricultura (inicialmente, arroz, milho e feijão) e à pecuária. A fragmentação do mapa político estadual, decorrente do acelerado processo de divisão municipal desencadeado pelo movimento de descentralização política consagrada pela Constituição Federal de 1988, viabilizou a criação dos demais centros urbanos presentes nessa bacia (Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste). A distribuição e os fluxos existentes entre os centros urbanos e suas áreas de influência são considerados elementos centrais na definição das transformações ocorridas nessa bacia, uma vez que as cidades são únicas em sua capacidade de moldar as economias de outros assentamentos humanos, inclusive dos que se encontram muito distantes dela geograficamente. Disponível em: <http://www.biof.ufrj.br/inct/area-de-estudos/>. Acesso em: 20/07/2014.

malária durante os anos 80, sem contar os prejuízos ao comércio. Podemos verificar a área atingida do Município na imagem abaixo:

MAPA 2 – ZONEAMENTO AMBIENTAL FLORESTA NACIONAL DO JAMARI



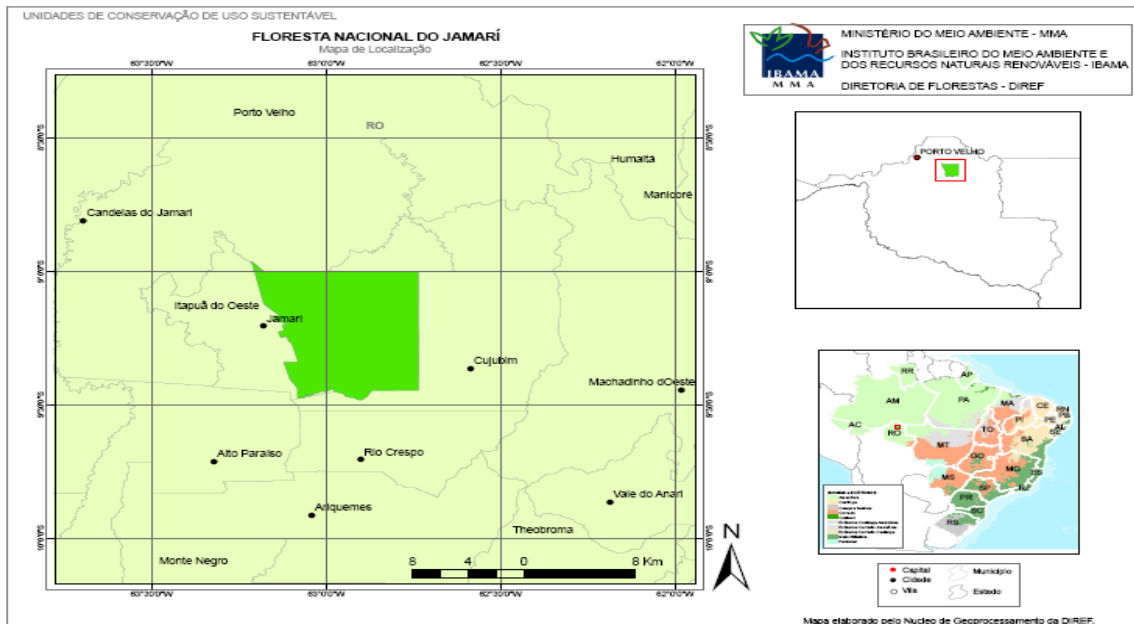
Fonte: http://www4.icmbio.gov.br/flonas/index.php?id_menu=127. Acesso em: 21/07/2014.

Além disso, a Vila de Itapuã do Oeste e a região adjacente incluindo a Mineração Jacundá permaneceram sem a energia fornecida pela Usina Hidrelétrica. Ambas contavam com a energia de grupos geradores, com a diferença de que a energia gerada para a Vila de Itapuã do Oeste vinha dos motores de uma estação da CERON S/A localizada na própria Vila, porém, os motores não conseguiam gerar a energia com a qualidade que a Vila precisava para fomentar sua economia, de modo que havia racionamento e, dentro de vinte e quatro horas em geral a Vila contava com seis horas de energia elétrica.

Por meio da pressão exercida pela população e lideranças locais esses horários foram gradativamente estendidos até que a Vila, agora Distrito de Porto Velho passou a contar com energia elétrica por vinte e quatro horas, mas ainda eram geradores movidos a Óleo diesel. O que não dava segurança à população, devida a falta de combustível, os motores não possuíam substitutos, logo precisavam de manutenção e como não paravam para manutenção simplesmente quebravam. Essa situação vai perdurar até Itapuã do Oeste se tornar Município, somente a partir de 1994 a população de Itapuã passa a ser assistida pela energia da Usina Hidrelétrica de Samuel e parte da dívida social que a Usina tinha com o Município é paga.

4.2. A Criação da Flona do Jamari

MAPA 3 – FLORESTA NACIONAL DO JAMARI



Fonte: http://www4.icmbio.gov.br/flonas/index.php?id_menu=127. Acesso em: 21/07/2014.

A Floresta Nacional do Jamari foi criada pelo Decreto 90.224 de 25 de Setembro de 1984, pelo presidente da República João Baptista Figueiredo. De acordo com artigo primeiro do referido Decreto a área estimada da Flona Jamari era de 215.000 ha (duzentos e quinze mil hectares), e estava subordinada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. No Parágrafo único deste artigo, e nos dois artigos²⁹ seguintes ele determina as confrontações e limites, e ainda a relação estabelecida tanto no que diz respeito à “conservação” como a “exploração racional” dos recursos que são compreendidos como não renováveis, conforme mapa 3.

As discussões a cerca do tema meio ambiente ainda eram “superficiais”, não havia ainda um enfrentamento, principalmente no que se refere ao reparo aos danos causados à natureza.

²⁹*Parágrafo único.* A área de que trata este artigo, localizada ao Norte do Estado de Rondônia, nos municípios de Porto Velho e Ariquemes, está compreendida entre os meridianos 62°44'05” e 63°16'54” e, os paralelos 9°00'00” e 9°30'00” de latitude Sul. Ao Norte, confronta-se com a Gleba Jacundá, Manoa e Cojubim; a Leste, limita-se com os Imóveis Manoa e Cojubim; ao Sul, faz divisa com os imóveis Santa Rosa e PAD - Marechal Dutra; a Oeste, limita-se com os imóveis São Pedro, Providências, Aliança e o Jamari, Alegria e Alto Rio Preto e Varadouro. **Art. 2º.** O IBDF, fundamentado em levantamentos, estudos e pesquisas, promoverá o uso público dos recursos naturais da Floresta Nacional do Jamari, de forma a permitir a geração permanente de bens e serviços passíveis de serem oferecidos pela citada unidade de conservação. **Art. 3º.** O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando o atingimento de fins técnicos e econômicos, fica autorizado a celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas, para a implementação do manejo dos recursos naturais renováveis e da exploração racional dos recursos não renováveis da Floresta Nacional, obedecida a legislação em vigor.

Partindo desse princípio e tentando compreender o que se passou na região desde o momento em que houve o surgimento dos garimpos de cassiterita até o Decreto de criação da Flona do Jamari em 1984, há vários motivos que estão além da preocupação como o meio ambiente, afinal não custa lembrar que dentro da Flona do Jamari uma empresa de mineração havia se instalado há quase trinta anos.

Os projetos de colonização criados pelo Governo Federal não conseguiam acomodar todos os migrantes que chegavam em busca de terras. A chegada dos migrantes ocorre antes da pavimentação da rodovia BR 364 e da abertura de estradas e rodovias secundárias que dariam acesso as terras distribuídas pelo INCRA, esses projetos de assentamento bem como alguns imóveis particulares (seringais, por exemplo) faziam confrontações territoriais com essas unidades de conservação. Algumas unidades por não haver acesso por via terrestre e os rios terem algum tipo de obstáculo natural como cachoeiras, conseguiam manter-se naturalmente protegidas e distantes da ação antrópica, pelo menos por hora.

O Governo Federal criando as unidades de conservação, de certo modo sinalizava para os organismos internacionais de crédito que pertenciam as grandes potências do ocidente, dizendo que estava fazendo a “lição de casa” e tinham como preocupação a defesa do meio ambiente, mas que era necessária uma efetiva ocupação das terras que compunham a Amazônia brasileira. O professor Carlos Santos faz uma reflexão muito lúcida do legado deixado pela migração que foi deliberadamente incentivada pelo Governo Federal e o saldo deixado pelo Polonoroeste:

No balanço que se faz do Polonoroeste (RBM, 1992), constata-se que sua implementação se deparou com inúmeras dificuldades técnicas, institucionais e financeiras, desde sua fase inicial. Apenas a pavimentação da BR 364 foi efetivada. Com relação aos serviços de suporte a agricultura e a assistência social, bem como as medidas de proteção ao meio ambiente e às populações indígenas, não saíram do papel. Além disso, o programa foi duramente criticado por ter apenas provocado um efeito marginal na reversão da destruição ambiental da década passada.

Por volta de 1984 o programa Polonoroeste sofre uma reformulação na tentativa de superar as distorções verificadas entre o estabelecido no plano e o efetivamente implementado. Estava em questão coisas como o desaparecimento virtual dos investimentos necessários à criação de créditos para financiamento das culturas perenes. Além disso, havia problemas derivados da excessiva centralização do gerenciamento do projeto, agravada pela ineficiente integração entre os órgãos participantes. E, por último, uma imprevista onda de imigrantes, que chegou ao auge entre 84/85, invadindo áreas de ecologia imprópria para a agricultura. (SANTOS, 2001, p. 88/89).

A Floresta Nacional do Jamari esta inserida dentro da Província Estanífera de Rondônia, que como se sabe foi criada também por Decreto, porém foi antes da Flona. De certo modo, a descoberta anterior da cassiterita, o posterior fim do garimpo manual, possibilitou “uma certa preservação” da Flona Jamari. O IBDF e mais tarde seu sucessor o Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA não possuíam efetivo suficiente para “policiamento ostensivo” do território, sendo esse papel desempenhado pelo setor de segurança das mineradoras. Para fazer uma pequena comparação, com outra unidade de conservação próxima da Flona Jamari, cita-se a Flona de Bom Futuro que sofreu um destino diferente da Flona do Jamari.

A Flona do Bom Futuro por não ter passado por nenhuma intervenção de qualquer governo seja: Federal, Estadual ou Municipal, ou de qualquer empresa com as características da Mineração Jacundá, quando ocorreu a descoberta de cassiterita no início dos anos 90, houve a exploração, mas responsabilidades ambientais não foram delegadas e mesmo depois quando o garimpo tornou-se cooperativa de garimpeiros e as empresas também passaram a explorar. Demorou muito tempo para que o governo obtivesse controle da situação, além disso, uma parte considerável de seu território foi ocupada por famílias sem-terra. Fatos como esses não ocorreram na Flona do Jamari.

Porém, pode-se dizer que a mineração foi beneficiada com esse processo em virtude da autoridade que o governo delegava à empresa, se a empresa era dona da concessão, era também responsabilidade dela zelar pelo patrimônio biológico, impedindo a entrada de pessoas estranhas e não autorizadas. Dentro das diretrizes da época que ainda era regime militar a empresa estava na realidade cumprindo o seu papel constitucional, que era o de cuidar dos “interesses nacionais”.

Ao mesmo tempo fazendo isso ela conseguia manter sua estrutura longe da ameaça de invasores que por ventura adentrassem dentro da Flona em busca de minérios ou para furtar algum equipamento que pudesse render algum dinheiro. Isso sem falar do acampamento, que possuía mais de cem residências, sem contar os alojamentos, era de fato um patrimônio material e humano que realmente precisavam de cuidados e defesa.

5. O DECLÍNIO

5.1. Itapuã do Oeste: A vila, O distrito, O município *versus* Mineração Jacundá: Instalação, Apogeu e Crise

No final dos anos 70 do século XX, a população da zona rural de Itapuã do Oeste sofre com a falta de um Núcleo de Apoio Rural – NUAR, as duas cidades mais próximas eram Ariquemes ou a Capital Porto Velho e estavam distantes por pelo menos 100 quilômetros aproximadamente. Os imóveis São Pedro, Providência, Aliança do Jamari, Alegria e Alto Rio Preto possuem famílias assentadas pelo INCRA, naquele momento, e a criação de uma estrutura mínima para dar condições em termo de logística e sobrevivência, era uma necessidade que os agricultores e suas famílias não podiam mais esperar.

Os produtores rurais não suportando mais as condições a eles impostas, procuram se organizar e irão em busca das autoridades da Capital, conseguindo que a Prefeitura envie algumas máquinas e técnicos para abrirem ruas e medir as quadras e assim dividir em lotes, dando preferência, quando das doações dos lotes, aos agricultores locais justamente porque precisavam de um ponto de apoio. Além disso, a pequena comunidade solicitou a presença mínima do “Estado” com: escola, serviço de limpeza pública, energia elétrica e iluminação pública e ainda, posto de saúde e de atendimento aos casos de malária e febre amarela feito pela extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM ficando a cargo da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Importante compreender que Itapuã do Oeste como em alguns outros casos ocorridos no Estado não foi planejado como NUAR, como dito antes, nasceu da necessidade da comunidade agrícola presente na região desde o final da década de 70. O nascimento de Itapuã está vinculado à colonização recente ocorrida nos anos 70 e com um novo surto migratório em 84/85 (Santos), não sendo possível a fundação da Vila ter acontecido em função do fim do garimpo manual de cassiterita ou de qualquer outro mineral. Sabe-se que o garimpo manual tem suas atividades encerradas em 1971 pela portaria 195/70. Os primeiros colonos chegariam somente cinco anos depois quando recebem terras do INCRA ou adquirem por conta própria, ou ainda que tenha sido por meio de compra, barganha ou invasão, sendo que os colonos recém-chegados em grande maioria têm sua origem no Centro-Sul (Santos) do País.

Como Itapuã é uma vila recém-nascida os garimpeiros que restam da evacuação se instalam nela. Basta lembrar que região é rica em cassiterita e compõe a Província Estanífera de Rondônia, assim a Vila serve de base para os garimpeiros se organizarem com provisões e equipamentos para suas incursões em busca de minério dentro da Flona ou em regiões adjacentes. Desse modo, também surge uma rivalidade social e econômica entre Mineração Jacundá e Itapuã que se estendeu até final dos anos 90 do século passado, e que deixa de ser percebida por conta do número de funcionários residentes em Itapuã ser maior que o número de funcionários residentes na Mineração Jacundá.

Três personagens são fundamentais na construção da Vila de Itapuã. A princípio parece algo totalmente sem importância para História, mas não se trata apenas de personagens que compõe uma pequena comunidade entre milhares existentes na Amazônia. Trata-se de personagens que fizeram e fazem parte de projetos do Grande Capital Internacional na Amazônia. A Borracha, Cassiterita, a qual será a próxima riqueza ou matéria-prima que o Grande Capital irá necessitar, e de quais recursos lançará mão para conseguir seus objetivos finais. Os três personagens em questão são: O soldado da borracha, o seringueiro e o garimpeiro. Estes ficaram obsoletos e não atendem mais as necessidades do grande capital, não há mais espaços dentro dessa nova configuração, que é a empresa de mineração em nível industrial. Alguns desses personagens ainda serviram apenas como mateiros, pela própria experiência e conhecimento prático da floresta, seus recursos, sua geografia, sua memória, mas logo também foram descartados e o uso de seus objetos para prospecção deixaram de ter importância e perderam sua utilidade, seus conhecimentos também foram assimilados por técnicos, assim como ocorreu nos ciclos anteriores.

As identidades e até mesmo a tradição no que se refere à vivência no ambiente amazônico não diferem de forma aguda, mas se fala especificamente do trabalho, do regime e das relações entre trabalhadores e destes com seus patrões, é nesse aspecto que se tem a identidade do seringueiro e do soldado da borracha. Então, fica a pergunta: não está faltando alguém?

O garimpeiro é o anti-herói, ele está à margem, ele não serve mais à lógica do Capital e não é interessante à sociedade. Um personagem social que figure ainda que seja apenas no imaginário da sociedade como alguém que invade áreas de proteção ambiental ou privadas e rouba a riqueza do país. É exatamente assim que a história oficial e as pessoas de maneira geral veem o garimpeiro, como observado anteriormente. Óbvio que o garimpeiro não está apenas

no imaginário social, ele de fato existe, possui uma família para alimentar e não vai medir esforços para poder conseguir sustentar a família com o ofício que lhe rende mais e que ele se identifica, por ser perigoso e muito insalubre, é preciso muita coragem principalmente quando a localidade de lavra é vigiada por seguranças armados.

A construção da identidade do soldado da borracha é associada à importância que o caboclo da Amazônia tem como professor, como guia desses bravos homens que lutam num esforço de guerra e, que pode ser compreendido nesse trecho de Hobsbawm:

O Estado era o contexto das ações coletivas dos cidadãos, na medida em que estas fossem oficialmente reconhecidas. O principal objetivo da política nacional era, sem dúvida, influenciar ou mudar o governo do Estado ou suas diretrizes, sendo que o homem comum tinha cada vez mais direito de participar dele. (HOBSBAWM, 2012, p. 273).

Hobsbawm fala de forma específica sobre a construção das tradições e identidades para a consolidação de uma ordem que se pretendia construir na Alemanha com o intuito de legitimar uma identidade nacional. Se havia uma batalha da borracha, era necessária a presença do herói, o soldado da borracha estava personificado como o herói que receberia do caboclo da Amazônia (o seringueiro) os meios para lutar nessa “guerra”. Objetivamente é preciso compreender que algumas ações nasciam obviamente do poder de articulação política e propaganda do Governo Vargas, mas que algumas dessas ações também nascem de ações coletivas e que também são assumidas pelo Estado.

É justamente em razão da marginalização do personagem garimpeiro, que os seringueiros e soldados da borracha mesmo num dado momento de suas vidas em que por razões de sobrevivência, tiveram que lançar mão de seus conhecimentos da floresta para trabalharem no ofício de garimpeiro, escondem a profissão de garimpeiro. O ofício de garimpeiro já não é bem aceito, sendo visto de maneira negativa a partir do momento que a portaria 195/70 entra em vigor e que serviu para que a atividade depreciasse a profissão, valorizando a identidade de seringueiro e de soldado da borracha de modo que o ofício de garimpeiro se tornasse uma fase ruim de suas vidas e que não há nenhum motivo para orgulho. Isso ocorreu não apenas porque o trabalho do garimpeiro era insalubre, mas também pela maneira como o garimpeiro era visto pela sociedade e principalmente pelo fato da garimpagem ser uma atividade ilegal como já dito antes.

O contraponto era o trabalhador da empresa de mineração que realizava o mesmo trabalho do garimpeiro, mas pelo fato de ser legalmente contratado, obedecer a uma legislação

trabalhista, ele compõe nesse momento uma lógica capitalista em que o garimpeiro não se enquadra, e que será posto à margem da sociedade pela legislação. Diferentemente do que ocorre com a cassiterita em sua fase inicial, a empresa nesse momento trabalha na perspectiva de evitar insatisfações e animosidades entre seus funcionários e vice-versa que pudesse ocasionar uma paralisação na produção mineral, afinal a empresa tinha a demanda dos garimpeiros, que por si só representava um problema para ela, pois não possuía a autoridade e o poder de polícia, assim quando encontrava pequenos grupos de garimpeiros deveria comunicar a autoridade policial, para que esta efetuasse o flagrante e conduzisse os garimpeiros à Justiça.

A ideologia não é uma arma eficaz para todos os momentos, mas reconhecemos que ela tem sua devida importância principalmente quando ela consegue penetrar no campo das crenças e do imaginário coletivo. Dentro dessa perspectiva encontramos a ideia de poder simbólico que Bourdieu tão bem define:

As ideologias por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 2007, p.10).

No caso específico da CESBRA, no início dos anos 80 a empresa que tinha unificado suas operações com a BRASCAN, agregou o setor Santa Maria ao setor Santa Bárbara (Champeaux), desta maneira a empresa investiu na construção de moradias em alvenaria com mobília, transporte coletivo e particular, hospital que atendia com pelo menos quatro médicos, escolas que atendiam da creche ao ensino médio, áreas de lazer, refeitórios, mercado com produtos a preço de custo, e clubes.

Havia uma razão de ser, que supera totalmente o modelo vigente nos garimpos e mesmo entre as empresas mineradoras no início dos anos 80, que colocava a Mineração Jacundá na vanguarda em relação as demais empresas que atuavam no setor na época, e que impossibilitava qualquer animosidade do funcionário em relação à empresa, era a humanização do trabalho no setor produtivo. Um desses aspectos por exemplo, diz respeito a moradia, segundo o que propõe Marx nesse comentário:

Uma casa pode ser grande ou pequena; enquanto as casas que a rodeiam são igualmente pequenas, ela satisfaz todas as exigências sociais de uma habitação. Erga-se, porém, um palácio ao lado da casa pequena, e eis casa pequena reduzida a uma

choupana. A casa pequena prova, agora, que o seu dono não tem, ou tem apenas as mais modestas exigências a alimentar. E por mais alto que suba no curso da civilização, se o palácio vizinho crescer no mesmo ou em maior ritmo, o habitante da casa relativamente pequena sentir-se-á cada vez mais desconfortável, mais insatisfeito, mais oprimido entre as suas quatro paredes. (MARX, 2010, p.51).

As moradias possuíam o mesmo padrão funcional, o que as diferenciavam eram as vilas por conta, como já dito, do nível funcional, assim não teria um trabalhador da mina morando ao lado de um engenheiro, médico, professor ou gerente operacional. Evitando qualquer forma de constrangimento como bem coloca Marx e mantendo uma hierarquia, também, o sentimento de pertencimento criado pela Mineração (falsa consciência) segundo Bourdieu. Mesmo nesse aspecto as moradias não possuíam uma diferença que causasse constrangimentos, apenas o tamanho da residência variava conforme o padrão funcional, número de dormitórios, varandas, garagem para mais de um veículo. Esses investimentos ocorriam porque a Empresa possuía um corpo técnico que sabia que o lucro gerado pela exploração do minério traria resultados positivos (Champeaux), e que aquele investimento contribuía com o sucesso do processo produtivo.

Na realidade esses investimentos não eram executados porque a empresa era perdulária ou por puro senso de responsabilidade social. O que ocorria era o cumprimento de uma política de investimento exigido pelo governo federal, baseado num plano de trabalho específico e que tinha uma margem confortável de retorno ao investimento. Mas é necessário ressaltar que a Vila, o Distrito e posteriormente Município de Itapuã do Oeste jamais recebeu qualquer “fatia desse bolo confeitado”, daí a ideia de que as relações entre Itapuã do Oeste e a Mineração Jacundá sempre foram bem distintas, sendo a primeira responsável pela mão de obra braçal e a segunda contratava até o limite que lhe convinha e nada mais.

Em 1984 ano de nascimento da Flona, a Mineração Jacundá estava construindo o acampamento de Santa Bárbara. Segundo o relatório da empresa do ano de 1985 que dá conta dos investimentos, números de casas construídas, escola, refeitórios, áreas de lazer. É estranha a falta de visão não dá empresa, mas do governo em não exigir a construção desse complexo habitacional, dentro da zona urbana do Distrito de Itapuã do Oeste e sim na Flona. Essas construções poderiam estar servindo como parte de possíveis compensações para o Município. Visando a utilização dessa estrutura que poderia estar a serviço no presente da população do Município de Itapuã do Oeste.

Essa possibilidade jamais foi expressa pelo governo e muito menos pela empresa. Mas em 22 anos de emancipação política essa sempre foi uma ideia vislumbrada pela população de

Itapuã do Oeste em diversas ocasiões. Mas não foi o que aconteceu, mesmo após o período áureo da cassiterita até a redução de suas atividades, a empresa para cumprir suas responsabilidades ambientais em virtude do processo de degradação ambiental causado em anos anteriores, teve que arcar com a recuperação das áreas onde houve desmatamento e degradação do solo.

As vilas, inicialmente, Santa Maria teve suas casas, alojamentos, clubes, hospital e sua estrutura administrativa demolida e em seguida iniciou-se o processo de reflorestamento da região onde se encontrava o Setor Santa Maria e suas plantas. O mesmo vem ocorrendo desde meados da década de 90 com o setor Santa Bárbara suas Vilas e Plantas que o compõe. A estrutura do hospital de Santa Barbara e consultório odontológico se não foram demolidas seguramente daqui alguns meses serão. A Escola com o nome de Centro Educacional Presidente Tancredo Neves, inaugurada em 1985 esta em ruínas, poderia perfeitamente abrigar uma escola de ensino tecnológico ligada ao estudo da Flona Jamari. Segundo relatórios da Empresa de 1985-1988, a infraestrutura encontrava-se dividida conforme a tabela abaixo:

TABELA 1 – INFRAESTRUTURADA MINA

1985	1988
Empregados e Dependentes: 1.640	Empregados e Dependentes: 700
População: 5.500	População: 1.800
Complexo Residencial: Casas de Alvenaria = 459 Alojamentos = 296	Complexo Residencial: Casas de Alvenaria = 335 Alojamentos = 248
Educação: Corpo Docente = 36 Funcionário de Apoio = 12 Alunos = 930	Educação: Corpo Docente = 19 Funcionário de Apoio = 11 Alunos = 567
Serviço Comunitário: 03 Clubes Sociais/ 02 Piscinas/ 03 Campos de Futebol/ 03 Quadras de Voleibol/ 01 Repetidora de Televisão/ 01 Central Telefônica/ 01 Agência Bancária.	Serviço Comunitário: 03 Clubes Sociais/ 01 Piscina/ 02 Campos de Futebol/ 02 Quadras de Voleibol/ 03 Repetidoras de Televisão/ 01 Central Telefônica/ 01 Agência Bancária.
Saúde: 01 hospital Santa Bárbara 14 leitos/ 01 hospital Santa Maria 06 leitos/ 04 médicos/ 08 enfermeiros/ 01 laboratório de análise clínicas/ 05 ajudantes.	Saúde: 01 hospital Santa Bárbara 16 leitos contendo 01 centro cirúrgico/ 22 funcionários.

Nota – elaborada pelo mestrando.

Fonte: CESBRA.

Não era apenas o investimento material, mas a empresa também investia no “imaterial”, algumas empresas costumam chamar de capital humano. As palestras sobre segurança do trabalho, a motivação e a competição eram estimuladas, principalmente nos setores de lavra. Era muito comum quando um determinado setor de lavra conseguia ultrapassar a meta estabelecida pelo engenheiro chefe, receber como “premiação” um churrasco na mina, com

muita comida, bebida, música, sorteio de prêmios e até mesmo torneios esportivos, como torneios de futebol, por exemplo. Para citar novamente Bourdieu pode-se pensar anteriormente quando foi comentado sobre o corpo técnico da empresa, novamente a hierarquização e, sobretudo os fatores que levam a “domesticação dos dominados” citando Weber dentro do texto do Bourdieu, compreendendo esse processo de domesticação como violência simbólica. Dentro do Relatório da Empresa de 1985, o presidente da Empresa nos dois primeiros parágrafos diz:

Ao alinharmos alguns detalhes sucintos e números expressivos, temos a intenção de mostrar ao leitor o que realmente representamos no Estado de Rondônia como força geradora de riquezas; fonte propulsora de trabalho e bem-estar social, além de significativa energia tributária: como criadores de meios para o fortalecimento do Erário estadual e municipal.

A nossa força de trabalho, desde o mais singelo operário ao mais qualificado técnico, se reconhece protegida social, econômica e fisicamente; a população que vive em nossos acampamentos habita em áreas onde a paz é regida pela harmoniosa convivência entre o Trabalho e o Capital. (HANAN, 1985, p.01).

Os dados sobre a infraestrutura dos relatórios e o argumento do presidente da Empresa na época dão uma ideia da importância que a cassiterita possuía e mais ainda os investimentos que ela possibilitava, bem como os impostos que eram gerados. O próprio relatório mostra que 13,5% da arrecadação do Estado era dos impostos gerados pelo Grupo (CESBRA e Mineração Jacundá) sem contar as outras empresas espalhadas pela Província Estanífera e que possuíam infraestruturas parecidas com a Mineração Jacundá, mas com investimentos mais modestos e numa escala menor, mas já mencionado anteriormente que a Mineração Jacundá era na época uma espécie de modelo de sucesso. Esse modelo com toda essa organização administrativa e logística tinha uma razão de ser, estava baseada numa filosofia de administração pensada ainda durante o governo do presidente estadunidense Woodrow Wilson, e aqui com o argumento de Hobsbawm:

O império americano, ao contrário do britânico, é constantemente forçado a apelar para sua força política. A empresa global americana esteve mesclada com a política desde o início, ou pelo menos desde o momento em que o presidente Wilson se dirigiu a uma convenção de vendedores em Detroit, em 1916, e disse que a filosofia americana da “democracia dos negócios” devia tomar a liderança na “luta pela conquista pacífica do mundo”. Sem dúvida, sua influência sobre o mundo dependia tanto de ser um modelo para as empresas quanto do seu próprio tamanho, mas ela também se deveu à sorte de ter ficado imune às catástrofes de duas guerras mundiais que exauriram as economias da Europa e do Extremo Oriente, enquanto a sua própria economia prosperava. (HOBBSAWM, 2013, p.73).

A indústria estadunidense e outras indústrias de Capital Internacional (multinacionais) com toda a sua reserva de capitais se instalam em países periféricos, e implantam seus modelos administrativos e que até aqui não questionamos tais modelos, no caso específico da Mineração Jacundá, conforme se comentou em capítulos anteriores, o regime militar proporcionou as concessões de lavra e toda e qualquer alteração no ambiente ficava sob total responsabilidade

da empresa que conseguisse a concessão. Como o foco de tais empresas é o lucro não há na época a visão de responsabilidade social e ambiental.

Um projeto como o da Mineração Jacundá não é uma situação única, projetos de exploração de recursos naturais foram implantados na Amazônia em épocas distintas. O projeto Jari e Fordlândia, por exemplo. O fato de Itapuã ter sido deixado de lado não causa qualquer desconforto na Empresa porque a ideologia política dos Estados Unidos esta presente dentro de suas empresas (Hobsbawm) e de seus parceiros internacionais.

De modo que os investimentos eram feitos de acordo com a possibilidade do retorno lucrativo e que não importava o quão grande fosse a estrutura necessária para atingir os objetivos planejados e que também não havia preocupações de se “deixar para trás” uma estrutura que se tornou obsoleta ou desnecessária. Seria cruel se não fosse mencionado a forma como o Capitalismo se adapta a certa realidade, do qual é comum em situações como essas onde estruturas e espaços físicos foram e são abandonados em vários lugares do mundo, principalmente em países periféricos (chamados agora de emergentes) porque não servem mais ao interesse do Grande Capital.

Não se quer encontrar vilões ou vítima nessa discussão, o que parece ser um “cerne” a ser compreendido e dito. Para a Empresa a responsabilidade no pagamento dos impostos, bem como os investimentos no conforto, bem-estar social, moradia, saúde e educação de qualidade era sua responsabilidade social com a população do Estado. Porém todos esses benefícios estavam apenas à disposição dos funcionários que compunham o quadro da Empresa, o que é algo justo e que faz parte das regras do jogo no capitalismo. Mas, por outro lado a população de Itapuã do Oeste foi excluída da possibilidade de qualquer um desses benefícios e essa exclusão é algo presente no relatório da Empresa de 1988. Onde são comparadas as condições sanitárias da Mineração Jacundá, suas Vilas Santa Maria; Santa Bárbara em relação à Itapuã do Oeste até mesmo o Estado de Rondônia como um dos menores índices de casos de malária. Conforme podemos ver nesse trecho do relatório:

Existe em Santa Bárbara um hospital de 16 leitos, dotado de enfermarias masculina, feminina, de pediatria e de isolamento, que conta ainda com um moderno centro cirúrgico e um laboratório de análises clínicas. Este conjunto hospitalar conta com 22 funcionários, sendo 4 médicos. O setor é responsável ainda pela operação da estação de tratamento de água (ETA), pelo saneamento básico e por métodos utilizados na profilaxia da malária, como borrifação de veneno ao redor das vilas e colocação de veneno nos locais de água parada (barragens). O índice de incidência de malária nas vilas da Mineração Jacundá é o menor do Estado de Rondônia e só não se obtém melhores resultados, quase à erradicação, devido à alta incidência de casos em

Itapuã do Oeste, a menos de 10 Km da área da Mineração. (MINERAÇÃO JACUNDÁ LTDA, 1988, p.10).

Para a população de Itapuã do Oeste a Mineração Jacundá possui uma dívida social à ser paga. Mas isso só pode ser observado na comunidade a partir do movimento pela emancipação do município que gerou um desejo de pertencimento com relação à FLONA Jamari, uma ideia que perpassava a Mineração e projetava a imagem da Floresta Nacional do Jamari ao Município de Jamari recém-emancipado. Um pouco a diante iremos tratar sobre a decadência da mineração de cassiterita e a relação mais recente estabelecida entre a FLONA Jamari e Itapuã do Oeste.

Após 26 anos desse relatório podemos pensar em importantes mudanças que tanto o mundo como o Brasil atravessaram. Não cabe citar todas, mas uma em especial que diz respeito a maneira como empresas devem se comportar em relação a coletividade. Que a responsabilidade das empresas de modo geral não é apenas tributária e lucro não deve ser apenas a preocupação das empresas. Na época a Mineração Jacundá como já mencionado algumas vezes, teve de fato uma posição de vanguarda em relação a muitas empresas tanto nacionais como multinacionais.

É possível que não se dê o devido valor a empresa em virtude dessas mudanças que o país hoje exige, mas na época a empresa cumpria como seu papel dentro de uma perspectiva do “capitalismo puro” sem muitas preocupações com o bem-estar de quem vive na periferia ou no entorno da riqueza que esta sendo gerada. Afinal, essa preocupação dentro da lógica capitalista é de pura responsabilidade do governo, e nesse caso faltou com a presença, nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Para a população de Itapuã essa responsabilidade não era uma tarefa a ser cumprida pela Mineração Jacundá, já que se tratava de uma empresa privada.

O que se nota até aqui é se houve responsáveis pelo abandono de Itapuã do Oeste desde sua “ocupação ou fundação” por agricultores vindos do centro-sul, essa responsabilidade foi do governo e do seu total despreparo em lidar com a chegada dessa população ao Estado, e mais tarde o total abandono dessa população. Era “natural” que a Mineração Jacundá não desse atenção ao seu “primo pobre”, claro que com toda a infraestrutura que a Empresa possuía criou-se, de certo modo, uma “revolta” pelo simples fato da Vila de Itapuã do Oeste não poder ter todos os benefícios que a Mineração Jacundá possuía.

Um exemplo, a Usina Hidrelétrica de Samuel, que foi responsável pelo comprometimento de áreas do Município de Itapuã inclusive urbana, mas quando começou a

fase de geração da energia deixou a população de Itapuã do Oeste apenas com os danos ambientais só recebendo energia por conta da pressão exercida pela população e pelos políticos locais. Somente em 1995 recebeu energia do Linhão pelo sistema de para-raios energizado. Sabendo ainda que, a UH Samuel é administrada naquele momento pela empresa estatal ELETRONORTE. Então se uma empresa estatal não se sentia comprometida com o bem-estar de uma população atingida diretamente e indiretamente por um de seus empreendimentos de grande envergadura, porque uma multinacional deveria ter esse tipo de preocupação. Como já escrito, essa mentalidade tem sofrido certa flexibilização.

Os garimpeiros questionavam a legitimidade da CESBRA em realizar suas atividades dentro da FLONA Jamari, e eles ficarem impedidos de trabalhar nas áreas que já tinham sido degradadas. Essa era a principal bandeira de luta dos garimpeiros até meados da década de 1990. O garimpeiro passa a configurar como marginal, excluído de um processo que ele figurou como ator principal e responsável pelo sucesso.

O funcionário de mineração cria no seu imaginário a ideia de que o garimpeiro é bandido e deve ser combatido. Uma exacerbada rivalidade social é criada entre a população de Itapuã do Oeste e a Mineração jacundá (CESBRA) que só diminui a partir dos anos de 1990. Toda uma lógica é criada para que não haja mais garimpeiros e sim funcionários qualificados e que são selecionados dentro de um critério técnico que Bourdieu define como sistemas simbólicos. E que podemos observar:

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. Ter presente que as ideologias são sempre *duplamente determinadas*, - que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e a lógica específica do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia da criação e do criador). (BOURDIEU, 2007, p.13).

A CESBRA foi favorecida nesse processo, pois contou com o efetivo apoio do Regime Militar para suas operações. A criação da FLONA (Floresta Nacional do Jamari), por exemplo, que é uma reserva ambiental que permite a utilização de seus recursos naturais, mas, também determina que não se deva causar danos irreparáveis a sua fauna e flora. Mas para o poder público as agressões causadas ao meio ambiente pelas mineradoras sendo multinacionais ou não, representavam um impacto menor do que aquele causado pelo garimpo manual. A esse respeito dessa relação acessível de poder, Bourdieu comenta:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos <<sistemas simbólicos>> em forma de uma <<illocutionary force>> mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, que dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*³⁰.(BOURDIEU, 2007, p.14).

A CESBRA enfrentou dificuldades em manter a estabilidade funcional e, entra em crise com decadência da cassiterita a partir de 1989, quando a Empresa se vê obrigada a reduzir seu quadro funcional, não apenas por conta da crise da cassiterita, mas também por conta dos custos para manter o seu padrão funcional, o preço do minério, a profundidade do minério que já não pode ser encontrado na parte mais superficial, o que demanda estudos, tecnologia apropriada e principalmente dinheiro.

A população de Itapuã do Oeste passa a ser assistida pelo poder público. Em 1992 o distrito é elevado à categoria de Município, alguns investimentos em infraestrutura e saneamento básico são destinados à população local, mas não são suficientes para evitar a doenças endêmicas da região entre as quais a malária é a que mais castiga a população. A exceção à regra é a CESBRA. Como ela possui um bom número de funcionários que não residem mais dentro de seu acampamento e sim em Itapuã do Oeste, ela se adapta a algumas situações, ficando com uma estrutura mínima, ela fornece o transporte para os trabalhadores e para os filhos de funcionários que residem no acampamento que precisam se deslocar até a escola em Itapuã do Oeste.

Em virtude da crise da cassiterita as tensões entre as empresas de mineração com garimpeiros foram reduzidas, porém não deixaram de existir. Mesmo não possuindo mais o quantitativo de funcionários com suas respectivas famílias que possuiu durante a década de 80, a Empresa ainda contava com uma quantidade significativa de pessoas que residiam tanto dentro do setor Santa Bárbara como na sede do Município de Itapuã do Oeste, cerca de 20 quilômetros do acampamento.

Com a emancipação do Município em 1992, os funcionários da Empresa veem a possibilidade de se integrarem à vida política do Município, já que do ponto de vista econômico os funcionários da Empresa passaram a frequentar o comércio em Itapuã, posto que ela havia

³⁰Bourdieu cita crença aqui como os símbolos do poder (trajo, ceptro, etc) dizendo que são apenas capital simbólico objetivado e a sua eficácia esta sujeita as mesmas condições. Grifo do mestrando.

iniciado um processo de demissões a partir de 1988, o comércio dentro do Setor Santa Bárbara ficou restrito a alimentação que era fornecida aos funcionários a preço de custo. Estando inclusive permitida a entrada aos funcionários que residiam em Itapuã do Oeste, “o direito” de realizar as compras do mês na cantina da Empresa.

Os comerciantes de Itapuã do Oeste não gostavam dessa política adotada pela Empresa. Conforme ia sofrendo com impacto da crise de produção dos anos 90, ela se viu forçada a fechar a Cantina. Desse modo tinham a “opção” de comprar o que necessitavam em Itapuã do Oeste podendo ainda ir para Ariquemes ou Porto Velho, mas nesse caso teriam que se deslocar por pelo menos 100 quilômetros em uma dessas duas direções. O fechamento do comércio dentro do setor Santa Bárbara teria sido positivo para Itapuã se não fosse o fato que juntamente com o fechamento do comércio houve também um grande número de demissões.

Na esperança de conseguir emprego, uma parte significativa das famílias, se transfere para a Capital ou Ariquemes uma cidade com potencial econômico em franco desenvolvimento. Algumas famílias também se instalam em Itapuã, sobretudo pelo fato de possuírem residência fixa na pequena cidade, podendo se dedicar ao comércio ou a agricultura de subsistência. Ambas as atividades tornavam-se bastante duras pelas condições impostas, tanto pela natureza como pela economia que, passava por um momento bastante delicado antes da implantação do Plano Real.

Como mencionado antes, com a emancipação em 1992, o Município passou a viver um novo momento em que, a população, até aqui esquecida pelo poder público tem a oportunidade de ser autônoma, escolher seus representantes no Legislativo e o chefe do Executivo municipal. Os funcionários da mineração vão se integrar nessa demanda pelas cadeiras no Legislativo e apoio ao candidato a prefeito, conforme se observa na tabela abaixo:

TABELA 2 – ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DE JAMARI/ITAPUÃ DO OESTE

Prefeito Eleito e Não Eleito 1992	Prefeito Eleito e Não Eleito 1996	Prefeito Eleito e Não Eleito 2000
PEDRO HERIVAN DIOGENES – 782 Votos Eleito. ELIZEU ALVES RIBEIRO – 707 Votos Não Eleito. EDGAR RODRIGUES TREVISAN – 333 Votos Não Eleito.	HELENA DA COSTA BEZERRA – 713 Votos Eleito. CLAUDETE DE FATIMA MENDES – 587 Votos Não Eleito. ARLINDO MOURA DA SILVA – 575 Votos Não Eleito. VICENTE ANISIO DE SOUZA MAIAGONCALVES – 503 Votos Não Eleito.	ROBSON JOSE MELO DE OLIVEIRA – 1.432 Votos Eleito. HELENA DA COSTA BEZERRA – 1.330 Votos Não Eleito. CLAUDETE DE FÁTIMA MENDES – 305 Votos Não Eleito. GENIS FRANÇA SANTOS – 87 Votos Não Eleito.
Câmara de Vereadores eleita Legislatura 1993-1996	Câmara de Vereadores eleita Legislatura 1997-2000	Câmara de Vereadores eleita Legislatura 2001-2004
LUIS DE OLIVEIRA BILIO - 115 IVALDO EDUARDO DE LIMA - 107 ROBERTO CARVALHO MUSSI FAGALI- 78 AILTON FREITAS DOS REIS - 70 ITAMAR JOSE FELIX - 65 FRANCISCO SALES REIS - 54 WELLINGTON NOGUEIRA - 48 JOAQUIM CARDOSO DA SILVA - 47 AMARILDO FERREIRA 41	CLAUDINEI CAVALHEIRO – 164 ROBSON JOSÉ MELO DE OLIVEIRA – 112 EDNA SOARES GOMES – 103 MILTON LELES PEREIRA – 97 MARCELO RIBEIRO – 81 ANA OLÍVIA – 78 FRANCISCO RAMOS DA CUNHA – 95 MIRALVA DE OLIVEIRA GRANJA – 72 WELLINGTON NOGUEIRA – 71	FRANCISCO ITAMAR DA COSTA – 92 HILBERTO PASCOAL PEREIRA – 101 SILVANA FELIX DA SILVA SENA – 119 CLAUDINEI CAVALHEIRO – 152 EDNA SOARES GOMES – 94 JOAO CARLOS DE SOUZA – 103 WELLINGTON NOGUEIRA – 131 FRANCISCO CHAGAS G. DE ARRUDA – 97 MILTON LELES PEREIRA – 116.

Nota – elaborada pelo mestrando.

Fonte: <http://www.tre-ro.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996>. Acesso em: 08/08/2014.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>. Acesso em: 08/08/2014.

No ano da emancipação os funcionários da Mineração Jacundá mesmo possuindo um número reduzido de trabalhadores, conseguiram apoiar um candidato em uma eleição majoritária e também eleger dois vereadores que eram funcionários da Empresa. No pleito seguinte, em 1996 uma funcionária da Mineração Jacundá é eleita prefeita do Município de Jamari³¹, a sua coligação fez ainda três vereadores, embora nenhum dos vereadores fosse trabalhador da Empresa. É importante que se diga que nenhum dos dois prefeitos passou por grandes dificuldades em suas respectivas administrações no que diz respeito à maioria para aprovação de suas matérias na Câmara de Vereadores. A diferença é sentida nas eleições do ano 2000, em que um vereador de oposição bastante combativo, consegue derrotar a tentativa de reeleição da prefeita.

Utilizando Hobsbawm e Bourdieu para compreender melhor. O Grande Capital não se vale apenas das estruturas físicas e equipamentos. Ele também se vale das crenças e das ideologias, o comportamento de uma empresa estrangeira passa a ser o comportamento de uma comunidade e quando o lucro não é mais possível o Grande Capital se retira, abandonando tanto estruturas físicas como as ideologias.

Quando a prefeita é derrotada nas eleições de 2000, a Mineração Jacundá estava passando por um processo de mudança nas suas operações e, brevemente a mina passou a ser

³¹ O município recebeu a nova denominação de Itapuã do Oeste em 24 de outubro de 1997 pela Lei 747. Grifo do mestrando.

operada pela ERSA, a CESBRA já havia se retirado e mesmo a parte internacional da Empresa tinha saído do ramo retirando seus capitais do País anos antes. Na realidade o investimento internacional na Mineração Jacundá pode ser observado na sua escritura pública e no depoimento de Champeaux, em um período que compreende dos anos 60 aos anos 80, um período em que não houve grandes oscilações no mercado do estanho exceto para a elevação do preço no mercado internacional cotado pela LME (Bolsa de Metais de Londres) em meados dos anos 80.

A eleição de uma prefeita, sendo esta funcionária de uma empresa mineradora talvez tenha sido um dos maiores triunfos da Empresa, em várias décadas de permanência na região e, que não dá para considerar como mero capricho do acaso. Em um momento em que a empresa agoniza com a crise da cassiterita iniciada nos anos 90, foi fundamental essas duas eleições para manter a tranquilidade daqueles que queriam a abertura da Rodovia que iria cortar o Território da FLONA, conseqüentemente da Mineração tornando-a vulnerável aos “garimpeiros ilegais”.

A Mineração Jacundá não investiu recursos nas eleições dos dois primeiros prefeitos e, acredita-se que não tenha investido. Mas certamente ela foi favorecida nos dois pleitos eleitorais. Isso ocorreu em virtude da pressão exercida pela população de Itapuã do Oeste, essa pressão não era boa para a Empresa, por isso ter dentro da Câmara de Vereadores dois funcionários e um prefeito da qual boa parte dos funcionários ajudaram eleger, significava ter certo controle político, ainda que isso não tivesse partido da direção executiva da Empresa. Esse é o ponto.

A Empresa não precisou se mobilizar para ter controle da situação. No mínimo os problemas com a opinião pública que a Empresa poderia ter eram minimizados pelos representantes políticos que tinham ligação com ela, mas que foram eleitos pelo povo, a Mineração Jacundá gozava de uma posição relativamente confortável com a população local. Dentro desse contexto o desmonte da estrutura da Mineração Jacundá é acelerado, por conta das questões ambientais o setor de mineração, de uma maneira geral, passa a ter dificuldades com liberação de pesquisas e até mesmo para trabalhar em locais em que já havia passado por processo de exploração mineral. O preço do minério, e a oferta no mercado internacional do estanho tornaram inviáveis investimentos vultosos no setor, tornando também inviável o uso de modernas tecnologias.

5.2. “O Fim do Ciclo?” – implicações das políticas para o Setor

Os anos 90 foram cruciais para a mineração de cassiterita de um modo geral. Tínhamos vivido durante a primeira metade da década de 80 os efeitos da crise do petróleo que ocorrera no final dos anos 70, a recessão nos Estados Unidos no início da década perdurando até 1983 e que abalou algumas Nações Ocidentais, sobretudo de orientação capitalista. Nos anos 90 tivemos uma crise de superprodução aliada a um processo de recuperação do mercado do estanho por causa da crise do petróleo.

Essa crise de superprodução se devia a descoberta da maior jazida de estanho, até então encontrada, e estava dentro da Província Estanífera de Rondônia no Município de Ariquemes a cerca de 100 quilômetros da Mineração Jacundá numa localidade chamada: garimpo de Bom Futuro, essa descoberta ocorreu em 1987. Porém os preços do estanho no mercado internacional estavam sofrendo uma “pressão de mercado” e organismos internacionais ligados ao grande capital que regulavam o preço para criar falsas expectativas no mercado não conseguiram manter sob controle essa “farsa” e, os preços voltaram para uma dada realidade e os produtores tiveram que se adaptar a essa nova realidade que o mercado impôs. É possível compreender melhor tal situação a partir desta análise que Rodrigues nos traz:

Convém explicar que a crise que se abateu no mercado naquela época foi provocada pelos elevados estoques mundiais de estanho, agravada pelo excesso de oferta diante da demanda retraída. Paradoxalmente, mesmo em desacordo com essa conjuntura, os preços eram mantidos artificialmente elevados, por força de estratégia operacional do ITC –*International Tin Council*– entidade de produtores e consumidores mundiais de estanho que tinha como objetivo administrar um acordo entre seus membros para controlar o fluxo das trocas internacionais – visando à manipulação do mercado, comprando os excedentes de produção e forjando um falso equilíbrio da oferta/demanda, com o intuito de sustentar alta a cotação do metal. Esgotada a capacidade financeira do ITC para continuar “enxugando” a oferta e a conseqüente falência de seu mecanismo regulador, imediatamente o estanho deixou de ser cotado na Bolsa de Metais de Londres - LME, tornando transparente a dimensão dos elevados estoques em poder do ITC, dos bancos e dos consumidores.

Com efeito, os preços despencaram para o patamar de realidade do mercado, qual seja, de US\$ 12.000/t para ao redor de US\$ 6.000/t, em pouco tempo. Ademais, com o impacto da crise, muitas empresas fecharam em todo o mundo e, no Brasil, várias frentes de lavra foram paralisadas. Em decorrência prevalecia a opinião de que a indústria do estanho teria que se adaptar à nova realidade, onde os preços não voltariam mais aos níveis elevados dos anos anteriores e passar a trabalhar com outro referencial realista, mais baixo, estabelecido pelas forças de mercado. (RODRIGUES, 2001, p. 22).

A princípio, se fosse adotada a linguagem de que alguns economistas utilizam para o mercado e que em alguns casos chega quase ao tom de “profecias escatológicas”, certamente o estanho estaria condenado, mas não é assim. O que ocorreu de fato foi uma “moralização” dos valores reais do estanho em escala mundial, os efeitos das crises influenciaram também nesses

valores, países como o Brasil, por exemplo, viram-se obrigados a se adaptar a essa nova fase do estanho. No caso do Brasil a situação não foi confortável e o remédio infelizmente foi amargo. Aqui sempre se consumiu o estanho que produziu, o que foi bom porque não houve a necessidade de importações, a questão é que nas décadas anteriores o Brasil havia se tornado um dos principais produtores do minério, com alto grau de pureza e desta forma o produto tinha boa aceitação no mercado internacional, que também credenciava o país como grande exportador desta *Commodity*.

O que ocorreu ao Brasil foi que quando alcançou o ápice como produtor e exportador, a crise tirou não apenas dele, mas de todos os países que detinham essa condição privilegiada os méritos que com grandes esforços tanto de empresas, como de governos e principalmente de trabalhadores conquistaram ao longo de décadas.

Como se escreveu, o Brasil procurou absorver dentro de sua demanda interna a cota que podia utilizar, adotando inclusive o uso do estanho em componentes da indústria automobilística. Se houve então redução dos preços, alta dos estoques, descobertas de grandes jazidas, têm-se então a redução de frentes de lavras, empresas saíram do mercado e empregos foram reduzidos. Tudo isso no “esforço” de manter os preços economicamente viáveis, para que não houvesse algum tipo de colapso do mercado.

Além dos problemas ocasionados por crises econômicas e pela superprodução, houve também mudanças na forma do consumo, nas demandas do mercado e, principalmente, na descoberta de outros materiais que podem substituir o estanho trazendo ao mercado os mesmos benefícios e por um custo muito menor. Nesse trecho o relatório de Rodrigues esclarece sobre o estanho e as perspectivas do mineral para o mercado em uma visão futura para a época:

Na medida em que se expandia a produção de cassiterita, particularmente a partir dos surtos de crescimento verificados na década de 80 (descoberta da Mina do Pitíngua e entrada em operação do Garimpo de Bom Futuro), o mercado externo passou a ser o destino preponderante e crescente das vendas do estanho metálico brasileiro. No período 1988-2000, os excedentes de produção permitiram exportações acumuladas de 232.258 toneladas de metal, com uma geração de divisas da ordem de US\$ 1.445 milhões. Este valor, cotejado com as importações, restritas ao atendimento de interesses pontuais do mercado, resulta em um saldo positivo de US\$ 1.432 milhões para a balança comercial do setor. (RODRIGUES, 2001, p. 15).

Se pensar que o minério trouxe esse montante de divisas para o País, realmente é de se concordar que posteriormente o Brasil tenha ingerido um remédio amargo ao deixar de ganhar valores tão expressivos com a mineração naquele momento, porém não significa dizer que o estanho não possui valor e não é utilizado pela indústria fora do Brasil, ao contrário, segundo Rodrigues somente os Estados Unidos importaram 5.744t de estanho em 2000, e no mesmo período alguns países que hoje compõem o MERCOSUL como Argentina importaram 750t e o

Chile com 332t respectivamente. Continuando com a análise de Rodrigues a respeito do mercado mundial, ele nos diz:

Segundo dados da ATPC – *Association of Tin Producing Countries*, o consumo mundial de estanho foi da ordem de 216 mil toneladas, no ano de 2000, sem considerar o que foi absorvido pelo mercado chinês, cujas estatísticas não são divulgadas (estima-se que seja da ordem de 50 mil t/ano). Os países da União Européia, seguidos dos EUA e Japão, com 58,1 mil t, 54,0 mil t e 25,0 mil t, respectivamente, responderam por mais de 63% do consumo do metal, em 2000. Dentro da União Européia, o maior destaque é para a Alemanha (20,0 mil t), seguido do Reino Unido (10,5 mil t), França (7,2 mil t), Holanda (5 mil t) e Itália (5 mil t). Coréia, Malásia, Tailândia e Brasil, completam o grupo de países com consumo superior a 5 mil t/ano. (RODRIGUES, 2001, p. 16/17).

Com efeito, percebe-se que não é o fim de um ciclo, do mesmo modo que ocorreu com a borracha que ainda é utilizada na indústria em uma escala muito menor do que foi no século XIX e primeira metade do século XX. O que vai ocorrer no caso do estanho é reordenamento de uma atividade econômica, que experimentou da barbárie que era o garimpo e suas aplicações, e em contraposição a uma gestão administrativa de alto nível passando pelas relações humanas dos estadunidenses, temos assim duas situações distintas.

Cada país quer fosse produtor ou produtor/consumidor procurou assim como o Brasil se adaptar às novas realidades que lhes foram impostas pelos preços do mercado do estanho ou pela necessidade maior ou menor do produto dentro de seus parques industriais. Além disso, considera-se o fato de que após a Segunda Guerra e a posterior recuperação econômica de alguns desses países que estiveram diretamente envolvidos no conflito, houve mudanças no formato e no uso de embalagens que deixaram de ser utilizadas, como a folha de flandres, mas, tal material não é totalmente substituído sendo usado em outros segmentos industriais.

O uso do estanho para fabricação de solda eletrônica, que nesse momento a indústria de eletroeletrônicos estava em franco desenvolvimento e a própria indústria metalúrgica que também faz uso da solda do estanho, e do estanho para revestimento de esquadrias e vigas evitando a oxidação (ferrugem), etc. Passada a fase de “turbulência” o mercado do estanho se organiza e a atividade volta a ser praticada dentro de suas limitações econômicas. Para concluir Rodrigues comenta:

O desenho de cenários para o uso setorial aponta para o possível crescimento do consumo, diante da tendência de maior utilização das embalagens revestidas de estanho no acondicionamento de alimentos e bebidas. A propósito, neste campo de aplicação, o estanho havia perdido espaço, por razões econômicas, para outros materiais, como o alumínio, plástico, PET, etc. Para alguns outros produtos, a armazenagem em embalagens de folha-de-flandres permanece preponderante. (RODRIGUES, 2001, p. 17/18).

Alguns tipos de embalagens como o PET, plástico e o alumínio tem sofrido questionamentos quanto a capacidade de conservação dos alimentos e produtos que se propõem

em embalar. Esses questionamentos deixam no ar as possibilidades de retorno ao uso do estanho de forma mais eficiente, principalmente quando esses questionamentos são direcionados a integridade dos alimentos, ou os materiais que são utilizados na embalagem de alguma maneira, causarem danos a saúde de maneira temporária ou permanente. A certeza de que uma lata deve ser retirada da prateleira é a alteração ocorrida na embalagem. Por exemplo, uma lata de sardinha se estiver com as bordas enferrujadas, a tampa estufada e a lata ter sido amassada por qualquer razão que seja, os funcionários do mercado devem retirar o produto da prateleira imediatamente, sob pena de ser punidos pela vigilância sanitária.

As discussões feitas pelos entusiastas do estanho vão de encontro, “quem diria”, ao pensamento de que esses materiais que o substituíram, foram substituídos por razões puramente econômicas, e que o uso desses substitutos prejudicam a saúde dos consumidores tanto pelo contato da embalagem com produto quanto a “aparência física” que a princípio não revela o estado real do produto a ser consumido, ficando apenas como único obstáculo entre a mesa do consumidor e o produto, a data de validade.

Ainda cabe uma discussão a respeito da Mineração Jacundá dentro deste contexto, que é com relação a sua estrutura alocada dentro da FLONA Jamari. Principalmente naquilo que trata da reorganização da atividade de mineração na região. Esse reordenamento da atividade, dos cortes em investimento e recursos humanos, explica algumas posturas da Mineração Jacundá com relação a Itapuã do Oeste e a aproximação que é feita durante o processo de emancipação. A Mineração Jacundá vendeu e também doou parte das casas de algumas vilas, sobretudo em Santa Maria para moradores e funcionários da Empresa que residiam em Itapuã do Oeste. Pelo fato das residências deste setor ser em grande parte casas de madeira, com telhados de folha de zinco, a tarefa de desmonte e retirada do material não era tão difícil. Não sendo possível o aproveitamento da parte de alvenaria das casas que nesse caso era o banheiro, o alicerce e o piso da residência.

A Mineração Jacundá torna-se mais receptiva a população de Itapuã do Oeste porque percebe que precisa de sua estrutura que é público e óbvio que ela está disponível a qualquer cidadão para diminuir qualquer tipo de ressentimento a empresa adota “a política da boa vizinhança”, promovendo as festas que faziam parte de seu calendário dando a oportunidade de funcionários e amigos de funcionários a frequentarem o espaço da Mineração Jacundá que antes era um pouco mais restrito.

É compreensível essa política da Empresa, afinal as mudanças que ocorrem no cenário mundial relacionadas ao preço do estanho fazem com que a empresa reduza funcionários, custos e investimentos. No que se refere aos funcionários a empresa se preocupou com um número

menor, porém com reconhecida experiência no ramo, isso permitiu manter os níveis salariais que o setor praticava evitando possíveis greves. Os custos foram drasticamente reduzidos com o encolhimento da estrutura que pode ser observado na tabela da página 87. Mesmo a estrutura que restou em 1988 passou por uma nova reformulação, restando algumas poucas vilas do Setor Santa Bárbara, ficando desativado o hospital, o clube Stanumm, posto telefônico, consultório odontológico e a escola. Esses serviços básicos que eram oferecidos aos funcionários e dependentes da Empresa foram assumidos pelo Município de Itapuã do Oeste.

Os investimentos ficaram restritos a maneira como o mercado foi se comportando em relação aos preços e estoques. Embora as tecnologias para extração mineral tenham passado por uma evolução significativa no uso de equipamentos e sondas de alta precisão, os preços não motivavam a abertura de novas frentes de lavra. Isso ocorreu também porque o minério extraído na região que estava numa camada mais superficial, já tinha sido extraído nos períodos em que as crises não eram tão agudas.

Então para possíveis processos de extração dentro de um horizonte que vislumbre números expressivos de reservas, toneladas e empregos, seria necessário uma reviravolta positiva nos preços do estanho, e de acordo com Rodrigues esta possibilidade não se encontra muito próxima. Sabendo que o minério está incrustado nas rochas a grandes profundidades, a mineração trabalha em áreas onde já havia extraído minério em outras épocas. A mina opera com desmonte e britagem de rocha separando o estanho do restante do material.

Não são apenas os fatores de ordem econômica que influenciaram e influenciam o comportamento de empresas tanto nacionais como multinacionais e, do modo como ocorreu no caso da Mineração Jacundá. Para tanto, temos uma reflexão de Hobsbawm:

No entanto, os candidatos à constituição de novos impérios enfrentam um obstáculo ainda maior. Já não podem contar com a obediência dos súditos. E, graças à herança da Guerra Fria, os que se recusam a obedecer têm agora acesso a armas suficientemente poderosas para manter à distância os países fortes. No passado, os países podiam ser administrados por um número comparativamente mínimo de estrangeiros porque a dominação de qualquer regime com poder efetivo era aceita pelos povos que estavam acostumados a ser governados hierarquicamente, ou por nativos ou por estrangeiros. (HOBSBAWM, 2013, p.73).

De um modo muito direto é possível dizer que o mundo, de maneira geral não se dispõe mais obedecer a certas regras que são impostas pelo grande capital como ocorria antes. Então dificilmente se uma demanda positiva do mercado do estanho voltasse a existir, a Mineração Jacundá assim como qualquer outra empresa não voltaria a operar nas condições formidáveis que foram descritas neste capítulo.

5.3. Uma nova postura em relação à FLONA JAMARI

Diante daquilo que foi exposto até aqui, é seguro afirmar que a Mineração Jacundá com suas operações e administração possivelmente poderia estar dentro do local de lavra, ao passo que trabalhadores e suas famílias estariam morando em Itapuã do Oeste, isso ocorreria primeiro por conta da economia com a estrutura que foi comentada anteriormente e segundo as dificuldades hoje em ter uma população tão numerosa dentro de uma Unidade de Conservação com a envergadura que uma Flona possui e terceiro a própria estrutura política de Itapuã do Oeste onde sua a população criaria barreiras que traria dificuldades se compensações não fizessem parte dos projetos de qualquer empresa que por ventura se instalasse ou permanecesse dentro da Flona como é o caso da Mineração Jacundá.

Os anos 90 também seriam cruciais para a Flona do Jamari, embora os acontecimentos que a tornam alvo de discussões surgem ainda nos dois últimos anos da década de 80, que, diga-se de passagem, foram anos de muita tensão na Região Norte e que culminaram com uma nova postura em relação ao meio ambiente. Tais posturas, foram muito mais por pressão de grupos ambientalistas internacionais e a militância dos movimentos sociais que estavam ligados a esquerda brasileira, do que por políticas públicas.

O fato mais impactante sem dúvida nenhuma foi o assassinato do líder ambientalista Chico Mendes que também era sindicalista. A luta do líder sindical de Xapuri era declarada contra madeireiros, pecuarista, mineradoras e outros segmentos do agronegócio. Sua morte causou um nível de comoção que forçou os setores conservadores recuarem, principalmente, porque havia ocorrido no ano da promulgação da Constituição de 1988. Esse pacto federativo trazia consigo a voz das ruas e o desejo de mudanças profundas no enfrentamento de questões que estavam ganhando fôlego, como a Ecologia.

As denúncias feitas por Chico Mendes aos organismos internacionais de proteção ambiental chegaram até o Congresso norte-americano (Santos) e de lá aos organismos internacionais de crédito que financiavam projetos no Brasil, esses organismos se viram forçados a não renovar créditos ou conceder dinheiro para novos projetos, enquanto o Brasil não adotasse posturas “mais responsáveis”, principalmente no que se referia a frente de ocupação agrícola e o desenfreado processo de desmatamento patrocinado pelo regime militar.

No bojo dessas discussões os organismos internacionais de proteção ambiental que apoiavam a luta do líder sindical, denunciavam justamente o período da colonização nos anos 70, alertando sobre o que havia acontecido com Rondônia não deveria se repetir com o Acre, já que naquela época a abertura de uma Rodovia Federal e seu asfaltamento seria uma tragédia

mapa da página anterior, da FLONA não poderia se concretizar visando evitar invasões e conflitos com empresa de mineração.

A abertura da estrada, que ligava o entroncamento da BR 364 passando pelo Setor Santa Bárbara até o Setor Santa Maria, possuía uma funcionalidade que era fazer a ligação entre os setores de lavra, bem como o trânsito da população existente nos dois setores. Não havia nenhuma expectativa por parte da empresa que tal estrada fosse totalmente aberta e liberada ao trânsito como rodovia, pelo simples fato de que isso traria problemas para a empresa que deveria tanto se preocupar com seu patrimônio como: equipamentos, máquinas, veículos e o próprio minério. Por outro lado, havia a preocupação por parte da empresa com a “defesa” da FLONA que ficava sob sua responsabilidade já que o governo federal não dispunha de efetivo para “guardar” a Unidade de Conservação.

A pesquisa neste trabalho delimita-se ao estudo da Mineração de Cassiterita dentro da FLONA Jamari da década de 50 até a década de 90 do século XX. Mas para concluir o capítulo percebe-se que as políticas que envolvem a FLONA Jamari só podem ser observadas e visualizadas no presente. No ano de 2008, por exemplo, foi feito o primeiro leilão para a concessão da FLONA visando a exploração da madeira dentro de uma política que levasse em conta o modo sustentável de exploração de uma Floresta Nacional, empregando modernas técnicas de extração, causando danos menores em relação a uma exploração predatória que em geral é o que ocorreu na maior parte das florestas, como já mencionado anteriormente o caso da FLONA de Bom Futuro onde está localizado o garimpo com o mesmo nome.

A floresta foi devastada por grileiros e madeireiros nos anos 90, e a responsabilidade era novamente do poder público, que no caso do Governo Federal alegava não dispor de contingente para coibir a ação de invasores e por parte do Governo Estadual a preocupação em não se indispor com os invasores que afinal de contas são eleitores também. Não é uma acusação leviana. Estes governos tentam desde a década de 90 a desocupação da área por grileiros, inclusive com a ação conjunta das polícias, exército e Força Nacional de Segurança retirando famílias, rebanhos e só assim tentar um processo de recuperação da floresta dizimada. A Mineração de cassiterita que hoje recupera as áreas degradadas que são possíveis de serem recuperadas, de certo modo foi guardiã pelo menos de uma parte significativa do seu tesouro biológico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças econômicas que permitiram também as mudanças sociais em torno da Mineração Jacundá e de Itapuã do Oeste no período estudado entre os anos que perfazem meados da década de 50 ao final da década de 90 possibilitou compreender, o comportamento adotado pela empresa em relação à população local que não estava ao seu serviço, assim como a empresa era vista por essa mesma população. Entender que a partir de um processo histórico, conhecido pela historiografia como migração dos anos 70–80, houve o nascimento de Itapuã do Oeste desvinculado das operações que a empresa realizava, embora ela fosse favorecida com uma parte da mão de obra adquirida na cidade. Além do fato de que a Mineração Jacundá passou por um momento de reorganização de suas operações para evitar o fechamento em função de crises internacionais geradas pela queda do preço do minério, e durante o processo de emancipação do distrito de Itapuã do Oeste transferiu parte de seus funcionários e ex-funcionários para a cidade, ficando com um número ainda expressivo de funcionários, o que possibilitou a participação deles no jogo democrático, e assim possuiu durante algum tempo certa influência tanto no Legislativo como no Executivo municipal.

Demonstrou-se que a mão de obra utilizada na produção gomífera remetendo ao século XIX, foi também aproveitada na exploração mineral iniciada no fim da década de 50 do século XX. Bem como as relações de trabalho que foram herdadas dos dois ciclos da borracha: o primeiro entre 1870–1912, e o segundo entre 1943–1945. Essas relações que beneficiavam muito mais os patrões (seringalistas) do que os empregados (seringueiros) faziam parte de um sistema chamado de barracão e do qual esse sistema tornava esse trabalhador prisioneiro do patrão sem qualquer chance de se libertar a não ser que o patrão desejasse sua liberdade.

Isso ocorria porque tudo aquilo que o seringueiro precisasse principalmente gêneros alimentícios estaria dependendo do barracão para suprir estas e outras necessidades. Tudo isso mediante à produção gomífera que era levada até o barracão e uma vez lá seria feito o “acerto” e verificavam se o seringueiro com sua produção teria saldo para novas compras. Quase sempre o seringueiro tinha saldo devedor e isso não ocorria apenas em um único seringal ou com um ou outro seringueiro. Era uma prática forçar o endividamento do trabalhador do seringal forçando-o a permanecer naquele lugar para sempre.

Algo parecido com esse sistema tornou-se prática nos garimpos de cassiterita, e isso ocorreu segundo o que se demonstrou no início do trabalho, porque os garimpos eram seringais

com costumes seculares. Quando se menciona algo parecido é pelo fato de que não era possível manter o mesmo sistema numa atividade tão distinta, altamente insalubre e perigosa como é a lavra garimpeira justamente por conta da falta de experiência dos proprietários e de seus feitores. Havia uma dificuldade no que diz respeito às relações de trabalho que não eram menos violentas nos seringais, porém eram toleráveis em função da atividade e sua insalubridade, tanto que alguns seringalistas sentindo não ter habilidade com a atividade arrendaram suas terras para outros seringalistas que possuíam maior “sensibilidade” em tratar seus trabalhadores. Isso não tornou as condições de trabalho melhores, mais certamente as relações ficaram menos conflituosas. Procurou-se também demonstrar que antes do fim do garimpo manual já havia grupos sondando a região, em busca de jazidas e a confirmação do potencial delas, esses grupos procuraram firmar acordos e sociedades com proprietários de terras e esses proprietários por sua vez tinham acesso ao poder local, quer fosse Executivo, Legislativo ou Judiciário.

No que diz respeito ao acesso ao poder local, a partir de 1964 com o regime militar essa relação política tornou-se muito tênue, porque em 1971 o Governo Federal desfez um golpe certo passando o controle da lavra garimpeira para empresas nacionais e multinacionais que tem capital para investimentos e qualificação do processo de lavra tornando esse processo industrializado. Tudo isso visava segundo o governo melhor aproveitamento e qualidade da matéria prima utilizada na produção do estanho.

O processo de industrialização no país foi importante para o desenvolvimento do setor que possibilitou a entrada de capitais no Brasil por meio de investimentos em infraestrutura e equipamentos além da entrada de divisas no país com a exportação do estanho para vários países independentemente do bloco econômico a que pertencesse. E, ainda, é necessário mencionar que o Brasil compunha um seleto grupo de países que além de produzir o estanho era também grande consumidor da matéria prima pelo seu parque industrial. Isso, em alguns momentos de crises mais agudas colaborou para que a situação não se tornasse mais grave, já que o país poderia perfeitamente regular e absorver seus estoques com prejuízos menores.

Mesmo precisando investir no setor de transporte como pavimentação de rodovias federais o Governo Federal não fez a obra de pavimentação da rodovia 029 que seria a BR 364, mesmo sabendo da importância que essa rodovia possuía para o Território Federal do Guaporé e principalmente para a produção de cassiterita. O setor produtivo que gerou milhões de dólares em divisas para o Brasil foi obrigado a esperar por 28 anos para que a rodovia fosse pavimentada e esta empreitada não ocorreu em função da produção de cassiterita, mas a partir

da necessidade de um projeto que também não estava preocupado com integração do território às demais regiões do país. A preocupação do governo era com as tensões sociais que surgiam e com o “vazio demográfico” que a Amazônia representava e tornava-se alvo da cobiça internacional. Essas tensões sociais que o regime não conseguia mais controlar estavam atreladas às mudanças que estavam ocorrendo na América Latina com os regimes autoritários, que para Washington tinham cumprido seu papel mas já estava mais do que na hora do retorno da democracia enquanto modelo de gestão do capital nos países sob sua influência.

O Brasil poderia ter conseguido empréstimo com os organismos internacionais de crédito para pavimentação da rodovia BR 364, se os estadunidenses não se posicionaram com relação ao assunto, é porque simplesmente eles pensavam que isso não lhes dizia respeito. Bancos de uma maneira geral não possuem o costume de perguntar às instituições quer sejam públicas ou privadas o que devem fazer com o dinheiro que tomam emprestado, até podem e, em alguns casos, até mesmo exigem estudos de impacto social econômico, ambiental. Por exemplo, a pavimentação da BR 364, que possuiu verba aprovada pelo Banco Mundial, mas que precisou de um instrumento legal nesse caso havia o Decreto-Lei nº 86.029, que regulamentou o POLONOROESTE e uma série de ações que deveriam ter sido executadas, mas a que de fato foi executada, a pavimentação da rodovia federal. Ficou claro que tudo não passou da falta de planejamento de investimentos em infraestrutura, e de vontade política. De modo que o problema não era a falta de dinheiro e sim de políticas públicas para o setor de mineração.

Em um dos relatórios da Mineração Jacundá aparece a preocupação da empresa em investir na transformação da matéria prima do estanho, mas isso esbarrava em outro problema que o Estado de Rondônia possuía esta sendo a falta de energia elétrica confiável. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Samuel possibilitaria agregar valor à cassiterita explorada na região possibilitando melhores preços no mercado internacional, já que os planos da empresa eram no sentido de construir uma fundição em Rondônia e assim ampliar suas atividades além de gerar empregos dentro do setor. Com a queda do estanho no mercado internacional nos anos 90 essa proposta foi revista, podendo ser implantada somente nos anos 2000.

A criação da Floresta Nacional do Jamari possibilitou à Mineração Jacundá operar dentro da sua área de concessão sem que houvesse a intromissão do Governo do Estado, ou de qualquer outro poder constituído, ficando apenas a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF antecessor do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente –

IBAMA a fiscalização de rotina e mesmo assim não havia grandes restrições. Qualquer outro tipo de incursão dentro de sua área de concessão seria considerado pelo seu setor de segurança patrimonial uma invasão, e invasores não eram tolerados. A FLONA do Jamari compunha então o alibi perfeito para a Mineração Jacundá manter longe de seus setores de lavra, invasores e nesse caso a empresa era muito eficiente. A partir dos anos 90, a relação da FLONA do Jamari com a Mineração Jacundá começou a sofrer alterações que iriam de certa forma limitar a atuação da empresa dentro da Unidade de Conservação.

Os compromissos ora assumidos pela empresa ainda no período do regime militar começaram a ser cobrados pela sociedade civil e pelo próprio governo somente a partir da redemocratização do país. O governo federal passou a receber uma pressão dos organismos de proteção ambiental, sobretudo estrangeiros e também dos grupos de defesa ambiental que surgem no Brasil nessa época que vêm dos movimentos sociais, e que estiveram presentes durante a Constituinte de 1988. E se pode afirmar que acontecimentos ocorridos nesse setor durante esse período motivaram tais ações conforme descrevemos no trabalho, como a Rio 92 e antes disso a morte do líder sindicalista e ativista ambiental Chico Mendes.

Desde o surgimento de Itapuã do Oeste, a Mineração Jacundá sempre se sentiu ameaçada. Primeiro porque garimpeiros habitavam a Vila de Itapuã. Foi mencionado nesta pesquisa que Itapuã do Oeste não fora fundada por garimpeiros. O que não impedia de garimpeiros fixassem residência na Vila, já que a empresa não tinha como expulsá-los da Vila de Itapuã do Oeste, restava-lhe hostilizá-los em relação aos funcionários da empresa. Essa política muda somente quando a empresa começa a passar por dificuldades obrigando-a fechar suas “plantas” (assim são chamados os locais de lavra) e algumas Vilas são desativadas, comprimindo os funcionários no setor mais próximo da rodovia BR 364, o Setor Santa Bárbara, visando também à economia com combustível e parte de sua população conforme exposto ao longo do trabalho, é obrigada a se transferir para Itapuã do Oeste.

Nesse período Itapuã do Oeste tinha se tornado Município e recebia alguma infraestrutura ainda da época em que era distrito de Porto Velho. Existiam interesses por parte da empresa no que diz respeito à administração municipal exposto no neste trabalho utilizando os dados eleitorais que vão de 1992 a 2000. Claro que o interesse da empresa é traduzido por meio da tentativa de manter sob controle as pressões exercidas por parte do poder Executivo e Legislativo municipal, com relação a sua permanência dentro da FLONA do Jamari. As exigências de possíveis compensações ao município, ou pagamento de outros impostos criados exclusivamente para que a empresa fosse contribuinte do município, tudo isso a empresa por

meio de vereadores, prefeito e prefeita eleitos, conseguiram impedir que a permanência da empresa na região fosse desconfortável principalmente em um período de uma crise aguda que foi a queda dos preços do estanho no mercado internacional e voltava a um patamar de recuperação de suas atividades.

Isso com certeza para a economia de Itapuã do Oeste foi algo extremamente danoso ao Município que desde sua fundação possuía um comércio e poderia ter se desenvolvido a partir dos consumidores que havia dentro da empresa, podendo perfeitamente ir até a Vila de Itapuã do Oeste fazer suas compras. O que se tem em um cenário como esse é a cantina que se tornou o barracão revisitado, em que uma única sociedade conseguiu pela força da Legislação e do Capital excluir outra parte dessa mesma sociedade.

Em virtude de uma política administrativa que a empresa possuía pela qual não se condena tal política porque o trabalhador era beneficiado nesse processo, mas uma parte da sociedade era excluída não havia grandes possibilidades de sobrevivência para essa população. Compreende-se ao longo desse trabalho as razões que impediram a empresa de investir dentro da Vila de Itapuã e mais tarde no Município. A Contradição está no que se refere ao fato da empresa que recorreu e recorre ao Município quando dele precisa. A estrutura que consta dos relatórios da empresa e na tabela 01 presente nesse trabalho dá conta que Itapuã do Oeste teria no mínimo uma (01) Escola, (02) dois hospitais, sem contar a quantidade de casas de alvenaria que poderiam estar servindo tanto à empresa como a população de Itapuã do Oeste.

O que faltou não foi visão de futuro da empresa. Sua visão de futuro estava voltada para o bem estar de seus funcionários, pagamentos dos impostos devidos e o lucro obtido por meio da exploração cassiterita, ponto. Qualquer outra coisa era compreendida por esse modelo de administração como inaceitável, isso porque fazia parte de uma lógica do Capitalismo Neoliberal, o Estado não iria intervir em algo dessa natureza porque os organismos internacionais de crédito também eram financiadores e apoiadores do regime militar na pessoa de seus respectivos governos. O governo brasileiro por meio da legislação e das atitudes que tomava em relação ao setor de mineração criava mecanismos legais para o surgimento de monopólios para grupos internacionais, isso ocorria em face da fragilidade e incompetência do governo em lidar com a situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos Sociais: Um balanço do Debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. Editora Civilização Brasileira, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*. Editora UNB, 7ª Edição revista e ampliada, Brasília-DF, 2001.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Editora Paz e Terra, 3ª edição, São Paulo, 1979.

_____. *O Governo Janio Quadros*. Editora Brasiliense, 3ª Edição, São Paulo, 1981.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, 11ª Edição, Rio de Janeiro, 2007.

BRANCO, Pércio de Moraes. *Dicionário de Mineralogia e Gemologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de Fevereiro de 1967. *Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985 de 29 de Janeiro de 1940 (Código de Minas)*. Publicado no Diário Oficial da União de 28.2.1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. Decreto nº 1.298, de 27 de Outubro de 1994. *Aprova o regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências*. Publicado no Diário Oficial da União de 31.10.1994 e Retificado no DOU de 31.11.1994. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=568>. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 90.224, de 25 de Setembro de 1984. *Cria a FLORESTA NACIONAL DO JAMARI, no Estado de Rondônia, e dá outras providências*. Publicado no Diário Oficial da União de 26.09.1984. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_jamari.pdf. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de Maio de 1981. *Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)*. 1981. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=126644>. Acesso em: 20/07/2014.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano*. Editora Martins Fontes, 1ª Edição, São Paulo, 2005.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, Texto e História: Para Ler a História Oral*. Editora Loyola, 1ª Edição, São Paulo, 1999.

_____. *Nas Águas do Texto: Palavra, Experiência e Leitura em História Oral*. EDUFRO, 1ª Edição, São Paulo, 2001.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Cia das Letras, 2ª edição, São Paulo, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ORG). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Forense Universitária, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

CHEVALIER, Jean; GUEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. José Olympio Editora, 7ª edição, Rio de Janeiro, 2002.

COMPANHIA ESTANÍFERA DO BRASIL, nº 581/90, p. 1-14, 1990, Porto Velho.

COMPANHIA ESTANÍFERA DO BRASIL, Samuel Assayag Hanan, nº 217/90, p. 1-15, 1985, Porto Velho.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. *Teoria da história e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo*. Pesquisa In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A Aventura (Auto)biográfica: fundamentos e metodologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política*. Zahar Editores, 1ª Edição, Rio de Janeiro, 1982.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Editora Graal, 4ª Edição, Rio de Janeiro, 2002.

DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA RODOVIA CUIABÁ – PORTO VELHO, Presidente da República João Baptista Figueiredo, Palanque rodovia Cuiabá – Porto Velho, 13 de Setembro de 1984.

DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA DE PERFIS SOLDADOS “PRESIDENTE COSTA E SILVA”, Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, Pronunciamento feito pelo Presidente Médici, Volta Redonda, 06 de Janeiro de 1971.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. EDUSP, 14ª edição, São Paulo, 2012.

FIERO; SEBRAE/RO. *Rondônia: perfil socioeconômico industrial*. Porto Velho, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Cia das Letras, São Paulo, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Cia das Letras, 10ª reimpressão, São Paulo, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Editora Paz e Terra, 9ª edição, São Paulo, 2005.

_____. *Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991*. Cia das Letras, 2ª edição, São Paulo, 2006.

_____. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Cia das Letras, 7ª reimpressão, São Paulo, 2013.

HOBBSAWM, Eric J; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Editora Paz e Terra, 7ª reimpressão, São Paulo, 2012.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. Companhia das Letras, 1ª Edição, São Paulo, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias sobre os Movimentos Sociais*. In: *Movimentos Sociais e lutas pela moradia*. Edições Loyola, p. 21-50, sd.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, nº 1130000016-1, p. 9-18, 1965, Porto Velho.

MACEDO, Sérgio. *OPINIÃO: Minério o falso progresso do garimpo de Rondônia*. nº 158, Rio de Janeiro, 1975.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. Editora Expressão popular, 2ª edição, São Paulo, 2010.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Editora Expressão popular, 2ª edição, São Paulo, 2008.

MATIAS, Francisco. *Pioneiros: Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia*. Editora Maia, 1ª edição, Porto Velho, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como Fazer, Como Pensar*. Editora Contexto, 1ª Edição, São Paulo, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Editora Loyola, 3ª Edição, São Paulo, 2000.

MENEZES, Esron Penha de. *Retalhos para a História de Rondônia*. Editora Gênese, 1ª Edição, Manaus, 1988.

MENEZES, Nilza. *Mocambo: Com feitiço e com Fetiche*. Editora Rondoniana, 1ª edição, Porto Velho, 1999.

_____. *Memória Judiciária: História do Judiciário de Rondônia no Século XX*. Gráfica do TJ/RO, Porto velho, 1999.

MINHA EXPERIÊNCIA DE VIDA NA MINERAÇÃO JACUNDÁ, Carlos Alberto Dantas; Entrevistado por Anderson de Jesus dos Santos, Porto Velho, 2000.

MINHA EXPERIÊNCIA DE VIDA NA MINERAÇÃO JACUNDÁ, Eric M. de Champeaux; Entrevistado por Anderson de Jesus dos Santos, Porto Velho, 2013.

POLLAK, Michael. “*Memória e identidade social*”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992. p. 200-212.

PROST, Antonie; VINCENT, Gérard. *História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. Editora Companhia das Letras, 1ª reimpressão, São Paulo, 2009.

QUADROS, Marcos Luiz do Espírito Santo. *Geologia e Recursos Minerais do Estado de Rondônia*: CPRM. Porto Velho, 2007

RAMOS, Carlos Romano. *Estanho na Amazônia: Apogeu e o caso da produção*. Novos Cadernos do NAEA v.6, nº. 2, p.39-60, dez. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/87>. Acesso em: 15/01/2014.

RELATÓRIO PARA AMATA S.A., Mary Helena Allegretti, p. 1-68, Curitiba, 2012.

RODRIGUES, Antônio Fernando da Silva. *Estanho: Balanço Mineral Brasileiro*. Brasília, 2001.

ROEHE, Nara Simone. *A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO GEISEL: tensão em uma parceria histórica (1974-1978)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, 2011.

RONDÔNIA. Lei Complementar nº 233, de 06 de Junho de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico – Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.seplan.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/44>. Acesso em: 21/07/2014.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondonia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento*. EDUSP, 1ª Edição, São Paulo, 1981.

SANTOS, Carlos. *A Fronteira do Guaporé*. EDUFRO, 1ª Edição, Porto Velho, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Editora Paz e Terra, 7ª Edição, São Paulo, 1982.

_____. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1930-1964)*. Editora Paz e Terra, 7ª Edição, São Paulo, 1982.

TEIXEIRA, Marco Antonio; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional (Rondônia)*. Editora Rondoniana, 4ª edição, Porto Velho, 2003.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, Fernando Coutinho, nº 12.096, p. 3-38, 1960, Porto Velho.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A Árvore da Liberdade. Volume I.* Editora Paz e Terra, 6ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A Maldição de Adão. Volume II.* Editora Paz e Terra, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2012.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História.* Editora UNB, 4ª edição, Brasília, sd.